

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 11 | Novembro 2009



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Novembro de 2009

Elaborado com informação disponível até ao dia 24 de Novembro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	23
Destaques	29
Previsões macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Outono de 2009	31
Desenvolvimentos recentes da taxa de inflação na Área do Euro e em Portugal	33
Evolução do saldo orçamental e da dívida pública na União Europeia	37
Relatório de Sustentabilidade de 2009	41
Artigos	45
Em Análise	47
<i>Ease of Doing Business</i> 2010: Facilidade de fazer negócios em Portugal	47
Ensaio	55
Efeitos indirectos do IDE para as empresas nacionais e a evidência empírica para Portugal	55
Iniciativas e Medidas Legislativas	63
Abreviaturas Utilizadas	71

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Nos EUA, os indicadores de confiança para o mês de Outubro continuam a apresentar, na generalidade, uma evolução favorável. Os dados quantitativos, nomeadamente no que se refere às vendas do comércio a retalho, apesar de negativos, apresentaram uma evolução mais favorável. A taxa de desemprego aumentou para 10,2%, e a taxa de inflação registou uma variação homóloga negativa de 0,2% em Outubro (9,8% e -1,3% em Setembro, respectivamente).
- * Os indicadores de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) referentes ao mês de Outubro continuaram a melhorar, com destaque para a confiança dos empresários dos serviços e da indústria. A taxa de desemprego da AE voltou a aumentar em Agosto para 9,6% no 3.º trimestre (9,3% no trimestre precedente), e a taxa de inflação registou, em Outubro, uma variação negativa de 0,1% (-0,3% em Setembro).
- * As taxas de juro a 3 meses continuaram a diminuir quer na área do euro quer nos EUA, enquanto as taxas de juro de longo prazo estabilizaram face ao mês precedente.
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* aumentou, face ao final de Outubro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 26 de Novembro, apresentado um valor de 78 USD/bbl (52€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * Segundo a estimativa rápida do INE, o PIB terá diminuído 2,4%, em termos homólogos reais, no 3.º trimestre (-3,7% no 2.º trimestre). Relativamente ao trimestre anterior, o PIB cresceu 0,9%, o 2.º trimestre consecutivo de crescimento em cadeia.
- * Os dados qualitativos referentes ao trimestre terminado em Outubro apontam para uma melhoria da confiança dos empresários na generalidade dos sectores.
- * A taxa de desemprego foi de 9,8% no 3.º trimestre, mais 0,7p.p. que no trimestre anterior.
- * A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor foi de -1,5% em Outubro, situando-se 1,5p.p. abaixo do verificado na área do euro. A inflação subjacente foi de -0,4% (-0,2% no mês anterior).
- * Até Outubro de 2009, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 11674 milhões de euros, observando-se um agravamento de 6772,9 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior. Para o mesmo período, o défice primário foi de 6766 milhões de euros, comparado com os 164,6 milhões de euros registados no mesmo mês de 2008. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 999 milhões de euros, revelando uma redução de 904,2 milhões de euros face ao mesmo período de 2008. Os Serviços e Fundos Autónomos, por sua vez, apresentam uma melhoria no saldo da execução orçamental de 182,6 milhões de euros face ao período homólogo de 2008, situando-se nos 899 milhões de euros.
- * Até ao terceiro trimestre de 2009, e na óptica da contabilidade pública, o défice orçamental provisório da Administração Local foi de 334,7 milhões de euros, traduzindo um agravamento de 460,9 milhões de euros, enquanto o défice orçamental da Administração Regional se situou nos 118,6 milhões de euros, tendo sido inferior em 100 milhões de euros ao do período homólogo de 2008.

Comércio Internacional

O INE passou nos últimos meses a divulgar dados estatísticos do Comércio Internacional, a partir de uma “estimativa rápida de dados agregados” do Comércio Intracomunitário, 40 dias após o fim do período de referência (prazo já vigente para o Comércio Extracomunitário), razão por que o presente BMEP inclui uma Balança Comercial, estimada, para o período de Janeiro a Setembro.

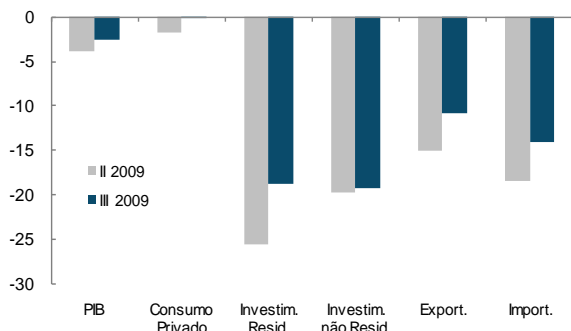
- * Após uma quebra sem precedentes, iniciada nos últimos meses de 2008, assistiu-se nos meses de Maio, Junho e Julho a uma ligeira recuperação das saídas de mercadorias portuguesas, com um sucessivo aumento do seu valor mensal: +2,6% em Maio, +2,9% em Junho e +16,0% em Julho (este último reflectindo já um efeito de sazonalidade), taxas de crescimento em cadeia que comparam respectivamente com -1,4%, -0,9% e +14,5% em iguais meses de 2008. No mês de Agosto, em que por efeitos sazonais ocorrem sensíveis descidas nas saídas de mercadorias face ao mês precedente, a quebra foi de 32,6%, contra uma redução de 36,1% em igual mês de 2008.
- * O perfil das saídas de bens reflecte o facto de a recessão ter afectado essencialmente bens duradouros, como foi o caso das máquinas e do material de transporte, entre outros, o que teve impacto ao nível do comportamento dos produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica.
- * Nos *últimos 12 meses a terminar em Agosto*, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias decresceram 17,1%, e as entradas 13,7%. Nos últimos 3 meses, excluindo ainda os produtos energéticos, as saídas acusaram uma descida de 18,4%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma diminuição de 15,8% face ao período homólogo do ano anterior. Reflectindo o aumento das taxas de variação em cadeia acima referidas, as taxas de variação homólogas das exportações têm vindo a tornar-se menos negativas.
- * Uma **estimativa rápida de dados agregados**, para o período de *Janeiro a Setembro de 2009*, aponta para taxas de variação homólogas de -22,8% nas saídas e de -23,3% nas entradas de mercadorias.
- * Ponderando os pesos no total, sobressai, em termos de mercados de destino, o contributo positivo de Angola (1,1 p.p.) para a taxa de variação das saídas de mercadorias nos *últimos 12 meses* (-18,4 p.p.). A Espanha, o principal mercado de destino, contribuiu negativamente (-7,0 p.p.).
- * Nos últimos 12 meses a terminar em Agosto, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 14,4% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Serviços (-1,8 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Bens (-12,6 p.p.). As “exportações” de Serviços resistiram melhor à recessão do que as de bens, tendo o seu peso no conjunto dos Bens e Serviços subido de 31,1%, no período de Janeiro a Agosto de 2008, para 34,7% no mesmo período de 2009.

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

Os últimos indicadores económicos e as análises das principais instituições financeiras sugerem que a actividade económica mundial se encontra em recuperação na generalidade dos países. Nos **EUA**, o PIB diminuiu 2,5% em termos homólogos reais (-3,8% no 2.º trimestre) em resultado da melhoria da procura interna (sobretudo do consumo privado e do investimento residencial) e das exportações.

Figura 1.1. PIB e Componentes da Despesa em volume nos EUA (VH, em %)



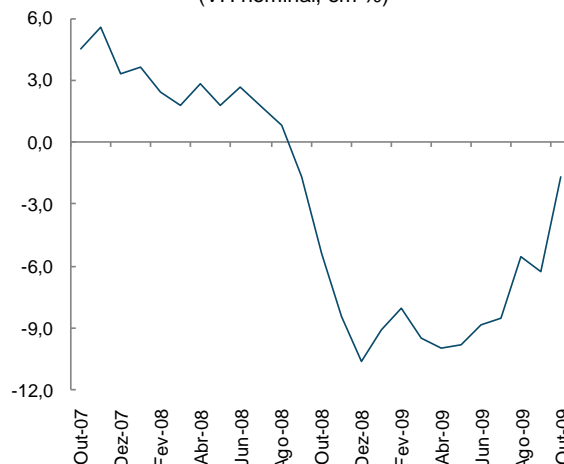
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Em Outubro, continuou a assistir-se à melhoria dos indicadores de confiança dos empresários e à recuperação significativa das vendas a retalho. Assim, em termos homólogos:

- as vendas a retalho diminuirão 1,7% em termos nominais (-6,3% em Setembro), o melhor resultado desde de há um ano atrás, devido especialmente ao aumento das vendas de automóveis;
- a produção industrial diminuiu 7,1% (-5,9% em Setembro), invertendo a tendência de melhoria dos 3 meses precedentes e o número de licenças de construção para habitação voltou a cair.

A taxa de desemprego aumentou para 10,2% em Outubro (9,8% em Setembro) e a taxa de inflação homóloga apresentou uma variação menos negativa, para -0,2% (-1,3% em Setembro).

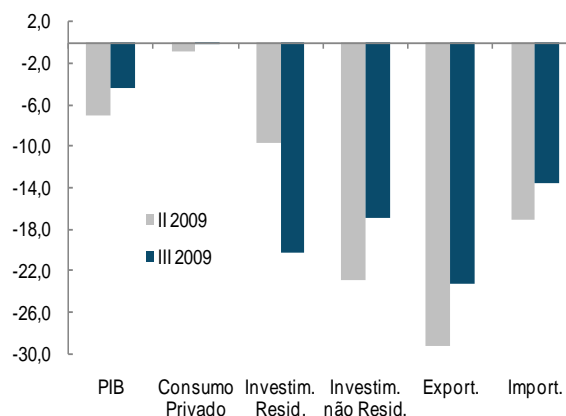
Figura 1.2. Vendas a Retalho dos EUA (VH nominal, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 3.º trimestre, o PIB do **Japão** teve uma quebra de 4,4% em termos homólogos reais (-7,1% no 2.º trimestre). Para esta evolução contribuiu essencialmente a melhoria do investimento não residencial e das exportações as quais apresentaram quebras menos significativas face às registadas no 2.º trimestre.

Figura 1.3. PIB e Componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

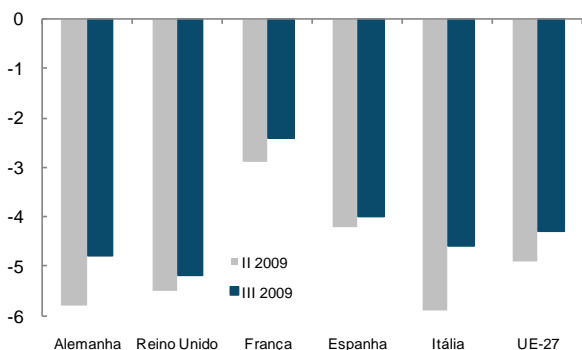
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out
EUA – PIB real	VH	BEA	0,4	0,0	-1,9	-3,3	-3,8	-2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-2,2	-3,2	-6,7	-11,6	-12,9	-9,6	-12,4	-10,3	-5,9	-7,1
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	45,5	47,4	36,1	35,9	42,6	51,5	48,9	52,9	52,6	55,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	47,4	50,8	38,9	42,8	45,8	50,8	46,1	51,3	55,1	55,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	63,8	64,8	57,7	58,3	68,2	68,4	66,0	65,7	73,5	70,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,8	6,1	6,9	8,1	9,3	9,6	9,4	9,7	9,8	10,2
China – PIB real	VH	NBSC	9,0	9,0	6,8	6,1	7,9	8,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	17,2	23,2	4,7	-20,1	-23,5	-20,5	-23,0	-23,4	-15,2	-13,8
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,7	-0,4	-4,4	-8,4	-7,1	-4,4	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No 3.º trimestre, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) registou uma quebra de 4,3% e de 4,1% em termos homólogos reais respectivamente (-4,9% e -4,8%, no 2.º trimestre). O comportamento do PIB em termos homólogos reais para as principais economias indica recuperação para a generalidade das economias, sendo mais significativa para a Alemanha e a Itália.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e Área do Euro

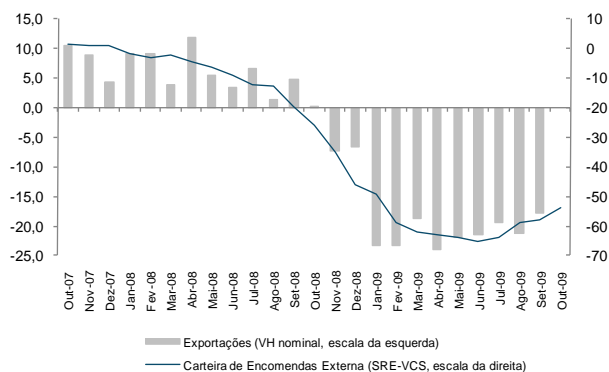


Fonte: Eurostat.

De facto, para a área do euro, no 3.º trimestre e, em termos homólogos:

- a produção industrial caiu 15% (-18,2% no 2.º trimestre);
- as exportações diminuíram 19,5% em termos nominais (-22,4% no 2.º trimestre);
- as vendas a retalho decresceram 2,7% em termos reais (-2,5% no 2.º trimestre).

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externa da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

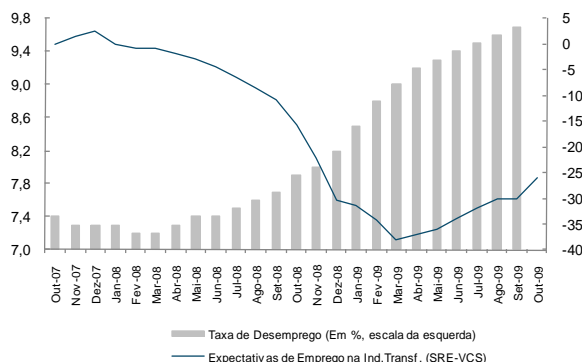
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	0,8	0,6	-1,7	-4,8	-4,9	-4,3	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,7	88,7	73,1	61,5	67,7	79,5	75,0	81,0	82,6	86,0	
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	0,7	0,4	-1,8	-4,9	-4,8	-4,1	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,2	89,9	75,6	65,7	70,2	79,9	76,0	80,8	82,8	86,2	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-1,8	-1,5	-9,6	-18,2	-18,2	-15,0	-16,0	-15,0	-14,0	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,8	-1,3	-1,8	-2,7	-2,5	-2,7	-2,4	-2,3	-3,4	:	
Taxa de Desemprego	%	"	7,6	7,6	8,0	8,8	9,3	9,6	9,5	9,6	9,7	:	
IHPC	VH	"	3,3	3,8	2,3	1,0	0,2	-0,4	-0,6	-0,2	-0,3	-0,1	

A taxa de desemprego prosseguiu a tendência de subida, tendo aumentado para 9,6% na AE (9,3% no 2.º trimestre).

Em Outubro, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora, serviços e para a construção; enquanto registaram uma ligeira deterioração para o comércio a retalho.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

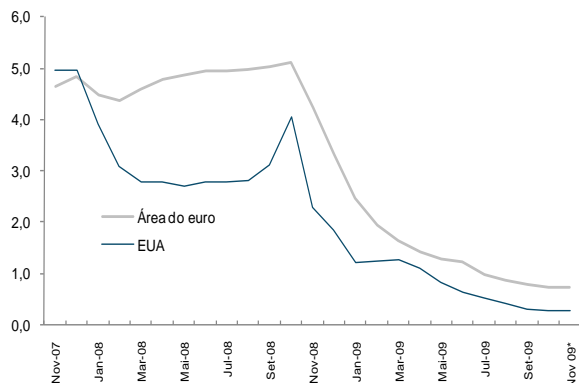
Em Outubro, o indicador de sentimento económico subiu tanto na UE como na AE, pelo 7.º mês consecutivo. Para este resultado contribuiu, sobretudo, a melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da indústria transformadora e dos serviços.

Em Outubro, a taxa de inflação homóloga da área do euro foi de -0,1% (-0,3% em Setembro) e desceu para 0,5% em termos de variação média dos últimos 12 meses (0,8% em Setembro). Para esta evolução contribuiu essencialmente a quebra homóloga menos acentuada registada nos preços de energia, os quais diminuíram 8,5% (-11% em Setembro). A taxa de inflação subjacente (excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados) diminuiu para 1% em termos homólogos, o valor mais baixo desde Setembro de 2000.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir na área do euro e nos EUA, situando-se, a 26 de Novembro em 0,72% e em 0,25%, respectivamente.

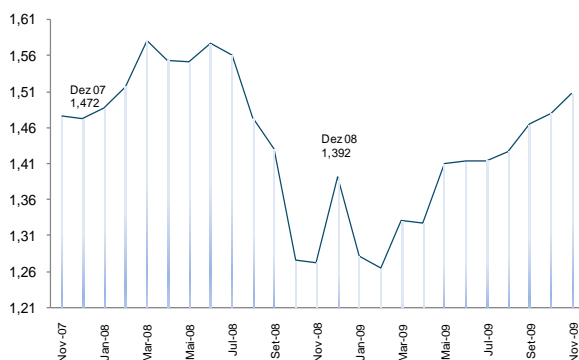
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 26.

Em Outubro, as taxas de juro de longo prazo mantiveram sensivelmente o mesmo nível do mês precedente, tanto nos EUA como na área do euro.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

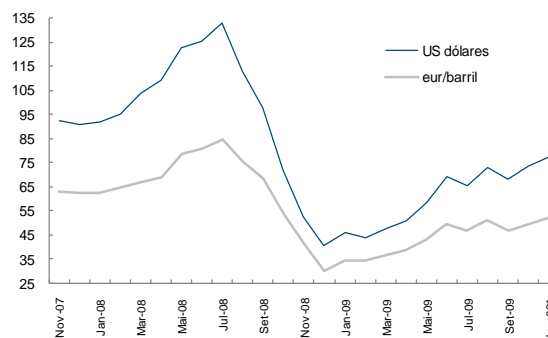


Fonte: Banco de Portugal. Para Novembro, o valor é do dia 26.

A taxa de câmbio do euro face ao dólar voltou a apresentar uma apreciação em Novembro (em torno de 1,51), resultando sobretudo de uma depreciação global do dólar face às principais divisas. Este movimento deve-se, em parte, ao baixo nível das taxas de juro nos EUA e à diminuição da percepção dos riscos da economia mundial.

Em Outubro, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 52 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Novembro, e até dia 26, o preço do petróleo *Brent* registou uma subida para cerca de 78 USD/bbl (52 €/bbl), 70% acima do valor registado no início do ano. Para este movimento ascendente tem contribuído as perspectivas de aumento da procura de petróleo por parte da América do Norte e da China.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 26.

O preço das matérias-primas não energéticas aumentou 2,5% em termos homólogos em Outubro (-14,7% em Setembro), invertendo a tendência de quebra registada ao longo do último ano.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	2,93	5,28	2,93	1,51	1,10	0,75	0,89	0,82	0,75	0,72
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,66	3,86	3,24	2,72	3,30	3,50	3,54	3,58	3,39	3,37
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,30	4,55	4,04	3,87	3,94	3,75	3,87	3,70	3,68	3,65
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,392	1,430	1,392	1,331	1,413	1,464	1,414	1,427	1,464	1,480
Dow Jones*	VC	Yahoo	-33,8	-4,4	-19,1	-13,3	11,0	15,0	8,6	3,5	2,3	0,0
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-44,4	-9,4	-19,4	-15,4	16,0	19,6	9,8	5,2	3,5	-4,5
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	96,43	114,80	54,93	45,73	59,58	69,00	65,69	72,93	68,36	73,77
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	32,9	53,1	-38,1	-52,8	-50,0	-39,9	-50,7	-35,5	-30,3	2,6
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	22,7	39,5	-31,8	-45,6	-42,8	-36,6	-44,8	-32,3	-31,3	-7,8
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	67,4	76,3	41,6	33,6	43,9	47,4	49,0	54,2	51,5	52,0

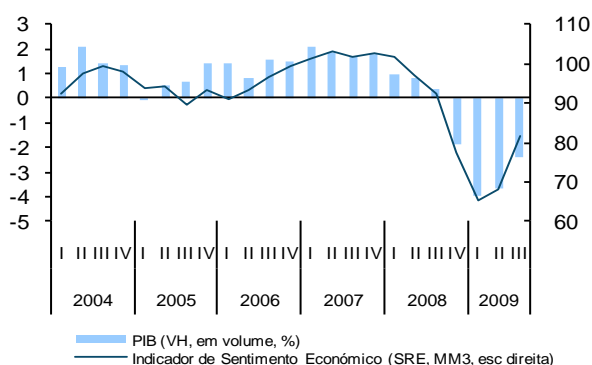
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo *Brent* em 2009 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 3.º trimestre de 2009, de acordo com a estimativa rápida do INE, o PIB diminuiu 2,4% em termos homólogos reais, representando uma recuperação face ao 2.º trimestre. De facto, face ao trimestre anterior, o PIB cresceu 0,9% em termos reais. Para esta melhoria concorreu o comportamento menos desfavorável do investimento e a manutenção do contributo externo líquido positivo.

Figura 2.1. PIB e Sentimento Económico

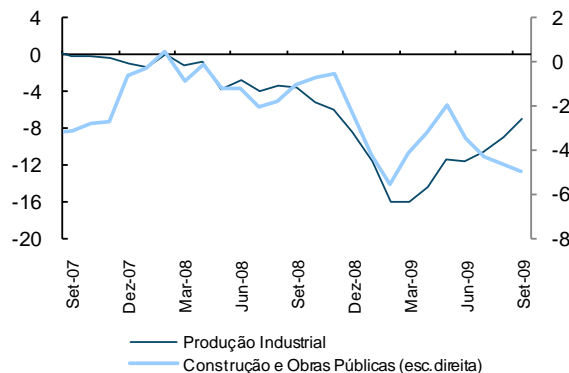


Fontes: INE e Eurostat.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 3.º trimestre, em termos homólogos, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios apresentaram quebras de 7,1% e 16,4%, respectivamente (-11,7% e -20,9% no 2.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 5% (-3,4% no trimestre precedente);
- nos serviços, os índices de volume de negócios dos serviços e do comércio a retalho registaram variações negativas de 10,9% e 6,4%, respectivamente (-15,8% e -5,9% no trimestre anterior).

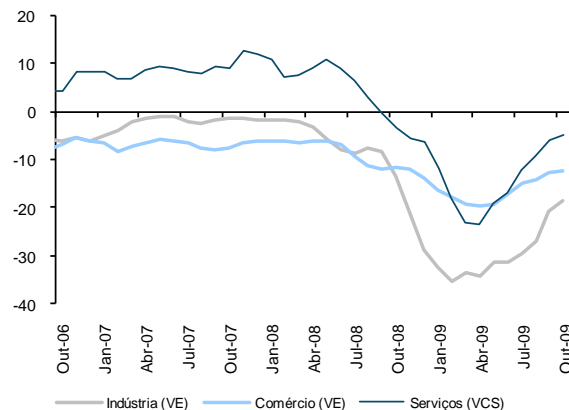
Figura 2.2. Índices de Produção (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Outubro os indicadores de confiança registaram uma evolução mais favorável na generalidade dos sectores de actividade, face ao 3.º trimestre.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

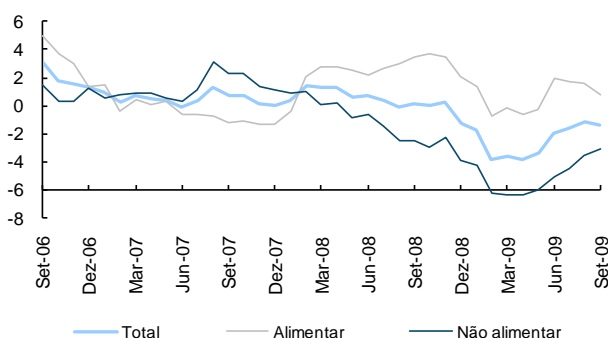
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	0,0	0,4	-19	-4,0	-3,7	-2,4	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,7	92,5	77,7	65,1	68,3	81,5	75,8	81,3	87,3	81,2
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-5	-2	-2	-8	-8	-29	-31	-20	-11	-24
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	0	-6	-6	-9	-12	-16	-15	-11	-12	-9
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	12	12	8	9	-1	-6	-8	-3	-6	-5
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-9	-43	-38	-37	-41	-46	-47	-44	-47	-45
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,3	-3,6	-8,3	-16,1	-11,7	-7,1	-9,6	-5,4	-6,2	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	2,9	5,1	-10,5	-23,4	-20,6	-15,9	-20,1	-16,1	-11,0	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	2,4	2,1	-6,5	-13,9	-15,8	-10,9	-13,1	-9,5	-9,8	:

Consumo Privado

O índice de volume de negócios no comércio a retalho registou, no 3.º trimestre do ano, uma diminuição homóloga de 1,3%, atenuando a quebra do trimestre anterior (-1,9% no 2.º trimestre). Para esta evolução favorável contribuiu, fundamentalmente, a categoria dos bens não alimentares, que registou uma variação homóloga de -3,1%, uma quebra 2p.p. menor do que a exibida no 2.º trimestre, enquanto a categoria de bens alimentares registou uma desaceleração de 1,2p.p..

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)

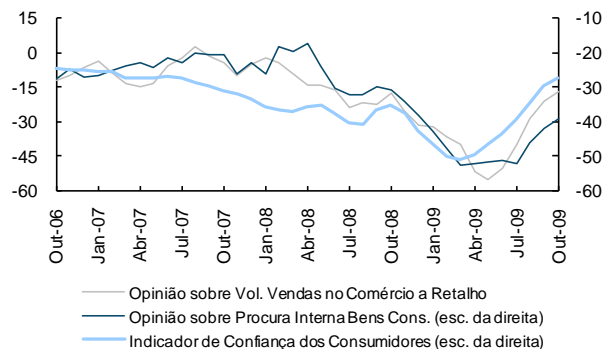


Fonte: INE.

Em Outubro, o indicador de confiança dos consumidores manteve a tendência de recuperação que vem registando desde Abril. Com excepção das opiniões dos consumidores quanto à oportunidade de aquisição de bens duradouros, esta evolução reflecte uma melhoria em todas as componentes, em especial no que diz respeito às perspectivas dos consumidores para a evolução da situação económica do país e do desemprego.

Este resultado positivo encontra paralelo nas opiniões dos empresários do comércio a retalho, cuja avaliação do nível de actividade no sector exibiu uma melhoria face a Setembro. Também, na indústria transformadora verificou-se, em igual período, uma evolução favorável das opiniões dos empresários a respeito da evolução da procura interna por bens de consumo.

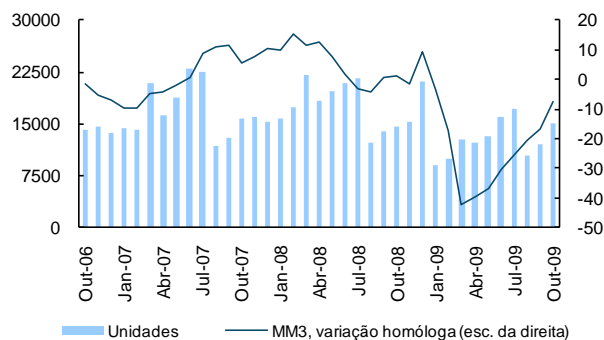
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

As vendas de automóveis ligeiros de passageiros exibiram, em Outubro, uma variação homóloga de 3,5%, registando uma taxa de variação homóloga positiva, pela primeira vez desde Setembro de 2008.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	1,7	2,2	1,1	-1,5	-1,0	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-38	-37	-43	-51	-43	-29	-33	-29	-26	-25
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-20	-22	-31	-40	-50	-21	-24	-26	-14	-11
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	0,2	0,1	-1,3	-3,6	-1,9	-1,3	-0,5	-2,3	-1,3	:
Bens alimentares	VH	"	2,6	3,5	2,0	-0,2	1,9	0,7	1,2	-0,9	2,0	:
Bens não alimentares	VH	"	-1,7	-2,5	-3,9	-6,4	-5,1	-3,1	-1,9	-3,5	-3,9	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	5,7	0,9	9,1	-42,5	-30,1	-16,7	-20,5	-14,8	-12,5	3,5
Importações de bens de consumo***	VH	INE	3,8	5,4	2,2	-3,1	-5,2	:	-2,7	-0,5	:	:

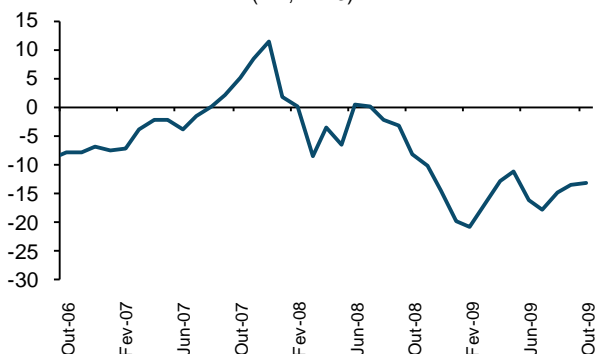
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o trimestre terminado em Outubro apontam para a continuação da recuperação do investimento. Esta melhoria consubstancia-se pela evolução mais favorável em todas as componentes do investimento. Assim:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 13,3%, em termos homólogos (-13,8% no 3.º trimestre);

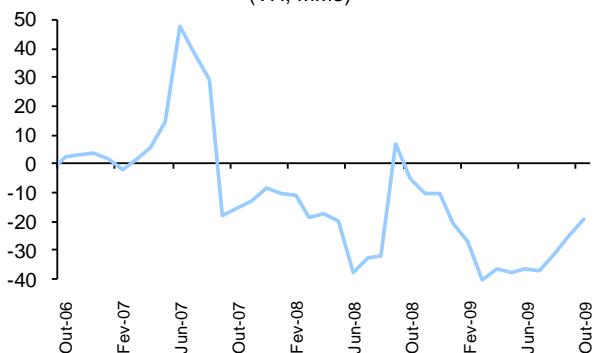
Figura 2.7. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



Fonte: SECIL e CIMPOR.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação de -19% (-25% no 3.º trimestre);

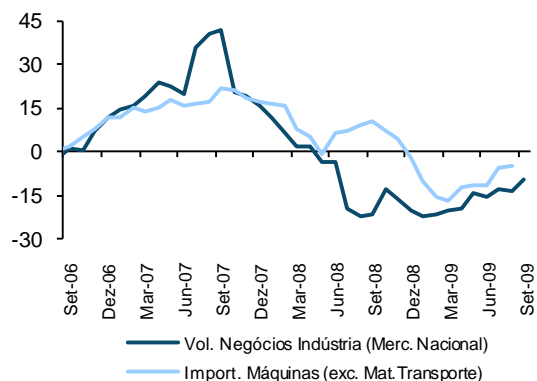
Figura 2.8. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento menos desfavorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No 3.º trimestre, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou uma quebra em termos homólogos de 9,6% (-15,3% no 2.º trimestre).

Nos meses de Julho e Agosto, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra, em termos médios homólogos nominais, de 1,5% (-11,8% no 2.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

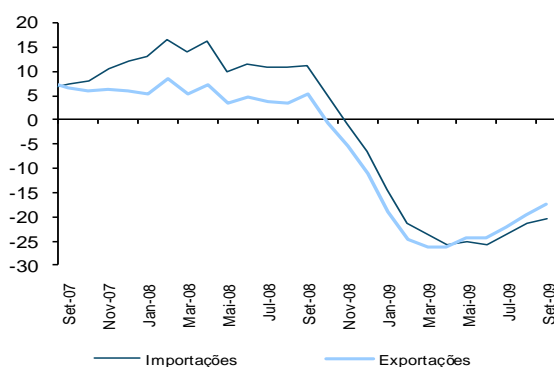
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out	
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-0,7	-1,2	-7,9	-15,5	-15,9	:	:	:	:	:	
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-6,6	-3,4	-14,7	-16,9	-16,1	-13,8	-18,9	-6,0	-14,2	-18,1	
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-19,0	6,6	-10,2	-40,5	-36,5	-25,0	-33,9	-23,6	-15,7	-18,8	
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-1,8	-3,5	-23,0	-38,2	-47,5	-23,6	-23,8	-45,7	-7,4	-49,4	
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-18	-21	-30	-37	-33	-30	-15	-43	-33	-11	
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-30,4	-37,3	-47,3	-48,8	-50,8	-40,4	-45,8	-36,7	-36,9	:	
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	5,2	10,7	-2,5	-16,8	-11,8	:	9,4	-15,6	:	:	
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-12,0	-21,5	-20,1	-20,4	-15,3	-9,6	-13,6	-7,5	-6,9	:	

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

No 3.º trimestre, de acordo com a informação preliminar divulgada pelo INE no âmbito do SDDS, os dados do comércio internacional indicam uma atenuação da quebra dos fluxos comerciais. Assim, neste trimestre, quer as exportações quer as importações de bens registaram quebras homólogas nominais de 17,5% e 15,8%, respectivamente (-19,7% e -22,5% no 2.º trimestre).

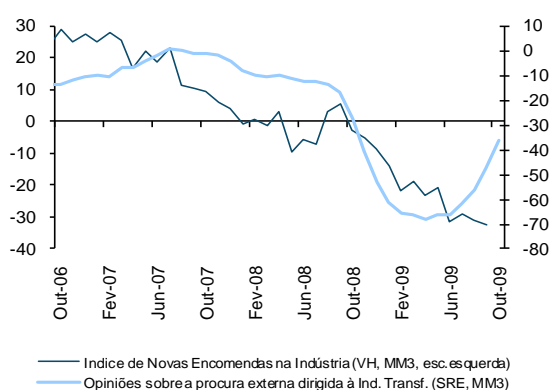
Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Esta evolução do comércio internacional aponta para a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento do PIB.

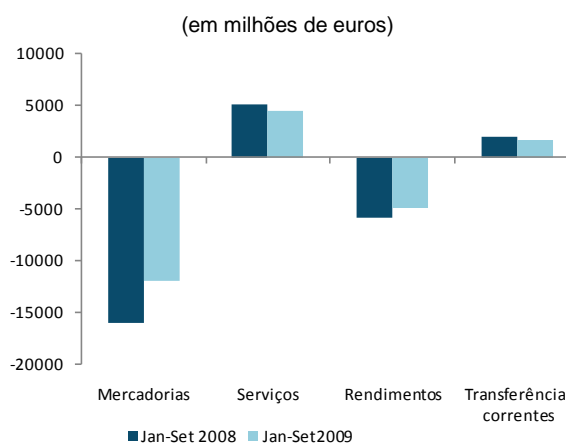
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Os dados mais recentes sobre as novas encomendas à indústria e as opiniões dos empresários sobre procura externa na indústria têm um comportamento diferenciado. Assim, enquanto as novas encomendas à indústria diminuíram 32,4% no 3.º trimestre, em termos homólogos (que compara com -31,5% no trimestre anterior), as opiniões dos empresários continua, no mês de Outubro, em franca recuperação.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo



Fonte: Banco de Portugal.

O défice acumulado da balança corrente diminuiu, até Junho, 2.477 milhões de euros, sobretudo devido à diminuição do défice da balança de bens. Por sua vez, também o saldo positivo da balança de capital diminuiu 649 milhões de euros, no mesmo período.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

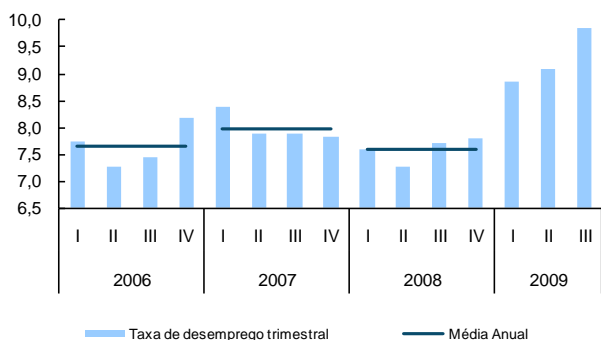
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-0,5	0,9	-8,9	-19,3	-17,1	:	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	2,1	3,4	-4,4	-15,4	-16,4	:	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-9,6	-10,5	-9,1	-7,8	-6,2	:	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-10,3	-12,2	-8,2	-11,4	-6,5	:	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-10,6	5,3	-11,1	-26,2	-24,4	-17,5	-24,4	-22,0	-19,7	-17,5
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-6,2	11,3	-6,4	-23,5	-25,8	-20,4	-18,9	-22,8	-22,5	-15,8

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009		
				Set	Jan-Set	Set	Jan-Set	Var. A.c.
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-1746	-1382	-12.716	-884	-9.572	3.144
Saldo Balança de Bens	"	"	-21256	-1778	-15.919	-1431	-11870	4.050
Saldo Balança de Serviços	"	"	6441	746	5.070	633	4.478	-593
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7817	-736	-5.784	-505	-4.939	845
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2467	196	1944	412	1.645	-298

Mercado de Trabalho

No 3.º trimestre de 2009, a taxa de desemprego cifrou-se, de acordo com os dados do INE, em 9,8%, mais 0,7p.p. que no trimestre anterior. O número total de indivíduos desempregados ascendeu a cerca de 547 mil, o que representa um aumento de 7,9% face ao trimestre anterior, e de 26,3% face a igual período de 2008.

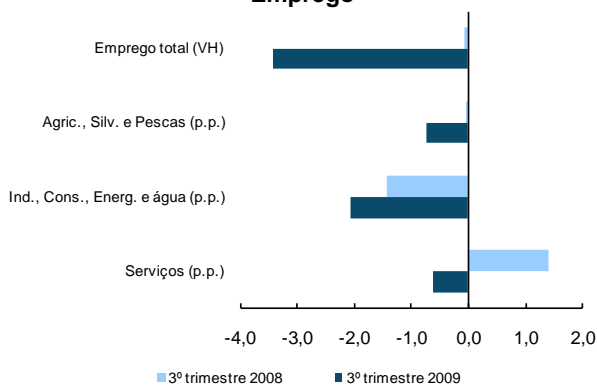
Figura 2.13. Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE.

O emprego total exibiu uma variação homóloga de -3,4% (-2,9% no trimestre precedente), acentuando assim a tendência iniciada no 3º trimestre de 2008. As principais quebras do emprego continuaram a concentrar-se na indústria (-7%) e nas actividades relacionadas com a agricultura, silvicultura e pescas (-5,9%), mas a variação homóloga do emprego nos serviços (-3,8%) merece também destaque, tendo em conta o peso deste sector na economia.

Figura 2.14. Contributos para o Crescimento do Emprego



Fonte: INE.

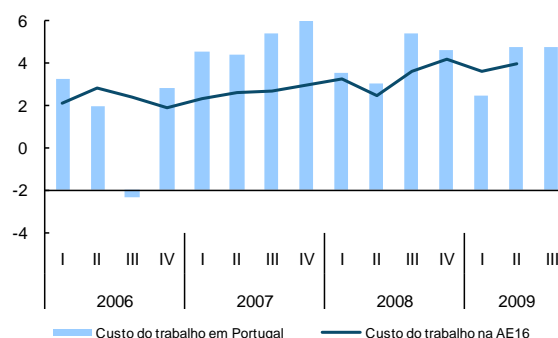
Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out
Taxa de Desemprego	%	INE	7,6	7,7	7,8	8,9	9,1	9,8	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	0,5	-0,1	-0,2	-1,8	-2,9	-3,4	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	6,6	-0,7	6,6	23,8	28,1	29,1	30,1	28,6	29,1	29,1
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	11,1	12,4	25,6	38,3	23,3	14,8	18,5	17,6	10,2	-0,8
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	5,5	13,0	12,8	-14,1	5,7	3,5	7,1	-2,3	4,7	-8,6
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	3,1	3,0	3,1	2,5	3,0	2,8	3,0	3,0	2,8	2,8
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,3	5,5	4,6	2,5	4,8	4,7	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,3	3,6	4,2	3,6	4,0	:	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

O índice do custo de trabalho apresentou uma variação homóloga de 4,7% no 3º trimestre, desacelerando ligeiramente face ao conjunto dos três meses precedentes (4,8%). Para este resultado concorreram um aumento do custo médio do trabalho (2,4%) e uma diminuição do número de horas trabalhadas (2,2%).

Figura 2.15. Índice do Custo de Trabalho (VH, %)



Fonte: INE.

De acordo com os dados do IEFP, em Outubro o número de novos desempregados inscritos registou uma quebra homóloga marginal de 0,8. No final do período, o desemprego ascendia a cerca de 517 mil indivíduos, o que representa um aumento 29,1% face a igual período de 2008.

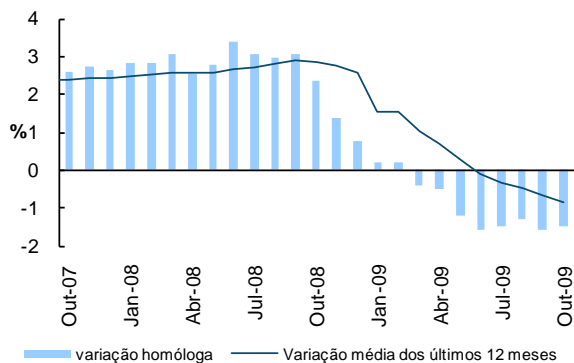
As ofertas de emprego e as colocações registaram, em Outubro quebras homólogas de 8,6% e 11%, respectivamente (que compara com variações homólogas positivas de 3,5% e 2,5% no 3º trimestre, respectivamente).

Até ao final de Outubro, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento de 2,8% (3% em igual mês de 2008). O número de trabalhadores abrangidos ascendia a cerca de 1156 mil, menos 385 mil que em igual período de 2008.

Preços

Em Outubro de 2009, o Índice de Preços no Consumidor apresentou uma variação homóloga de -1,6%, representando uma quebra ligeiramente inferior ao mês anterior (-1,6%). Face a Setembro, o IPC registou uma variação nula, com a taxa de variação média dos últimos 12 meses a cifrar-se em -0,8%, (menos 0,1 p.p. que em Setembro).

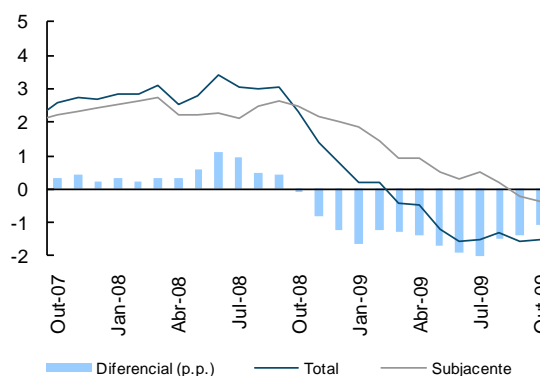
Figura 2.16. IPC



Fonte: INE.

Para esta redução concorreram as categorias de “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”; “Transportes”; “Lazer, recreação e cultura” e “Saúde”. Em sentido contrário, contribuíram positivamente as categorias “Restaurantes e hotéis” e “Habitação, água, gás, electricidade e outros combustíveis”, cujas variações homólogas se cifraram em 1,4% e 1,7%, respectivamente.

Figura 2.17. IPC Total e IPC Subjacente (VH, %)

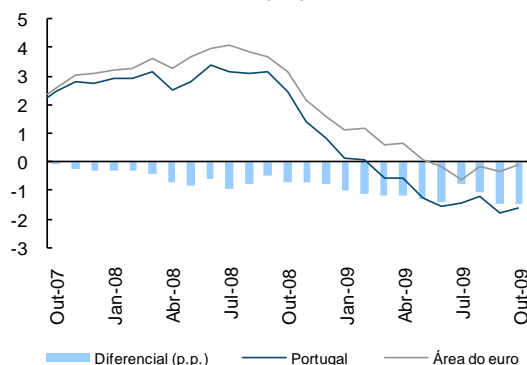


Fontes: INE.

A variação homóloga do IPC Subjacente, ou seja, o IPC excluindo bens energéticos e alimentares não transformados, diminuiu para -0,4% em Outubro (-0,2% em Setembro).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal apresentou uma variação homóloga negativa de 1,6% (-1,8% em Setembro), mantendo o diferencial negativo face à área do euro em 1,5 p.p..

Figura 2.18. IHPC (VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

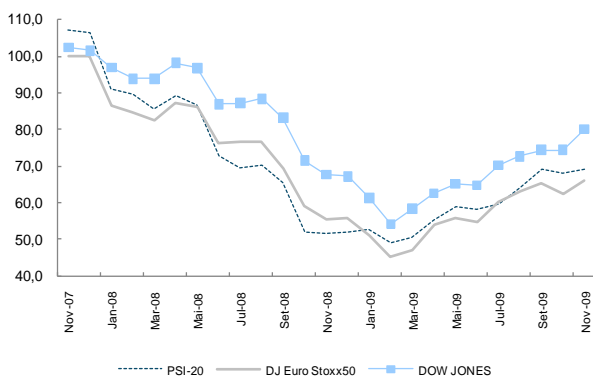
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2009									
				Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	:	0,8	0,2	-0,2	0,1	-0,5	-0,3	0,2	0,0	
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	0,2	-0,4	-0,5	-1,2	-1,6	-1,5	-1,3	-1,6	-1,5	
Índice de Preços no Consumidor	VM 12	"	2,6	1,6	1,0	0,7	0,3	-0,1	-0,3	-0,5	-0,7	-0,8	
IPC – Bens	VH	"	:	-0,8	-1,8	-2,0	-2,9	-3,5	-3,8	-3,3	-3,6	-3,1	
IPC – Serviços	"	"	:	1,8	1,8	1,9	1,8	1,9	2,1	1,9	1,4	1,1	
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	2,4	1,4	0,9	0,9	0,5	0,3	0,5	0,2	-0,2	-0,4	
IHPC	"	"	2,7	0,1	-0,6	-0,6	-1,2	-1,6	-1,4	-1,2	-1,8	-1,6	
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	:	-1,1	-1,2	-1,2	-1,3	-1,4	-0,8	-1,0	-1,5	-1,5	

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em Novembro de 2009, os índices bolsistas internacionais continuaram a evoluir favoravelmente, devido, em parte, à expectativa de resultados positivos das empresas, pertencentes ao sector financeiro e não financeiro, tanto na área do euro como nos EUA.

Em termos médios e, até 25 de Novembro, os índices *Dow Jones* e *DJ Euro Stoxx50* subiram 45% e 44%, respectivamente, face ao final de Fevereiro (mês em que atingiu o mínimo do ano).

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)



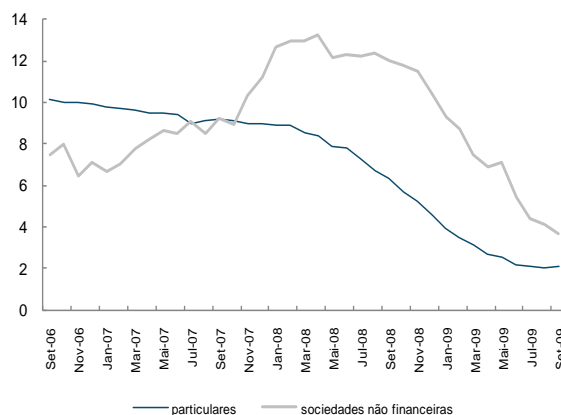
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Novembro, o valor é do dia 26.

À semelhança do desenvolvimento positivo dos índices bolsistas internacionais, em termos médios e até ao dia 25 de Novembro, o índice PSI-20 subiu 41% face ao final de Fevereiro.

Em Setembro, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu, em resultado do abrandamento do crédito destinado às empresas para 3,7% (4,1% em Agosto).

Já em relação ao crédito destinado aos particulares, este aumentou ligeiramente para 2,1%, invertendo a tendência de diminuição verificada ao longo dos últimos meses (2,0% em Agosto), devido à aceleração do crédito à habitação, para 2,4%.

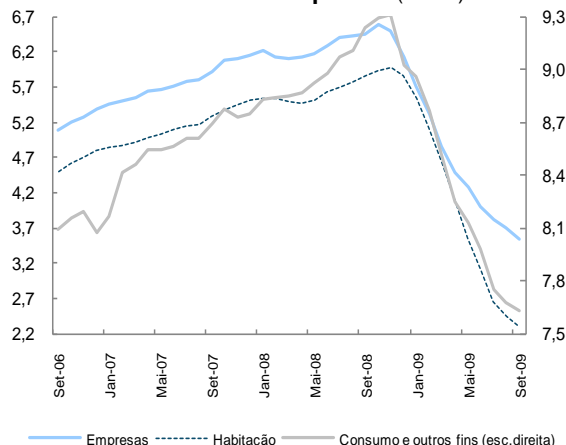
Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas não financeiras e para os particulares, tendo sido mais acentuada para os primeiros, as quais caíram para 3,5% em Setembro (3,7% em Agosto).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

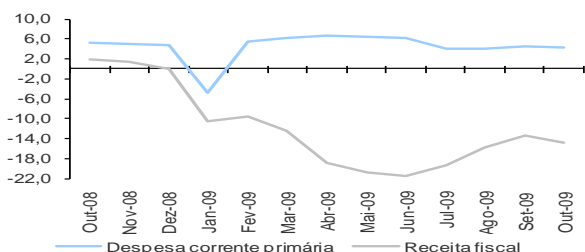
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2009											
				Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,8	4,5	4,3	4,4	4,4	3,9	3,9	3,8	3,8			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	103	173	155	114	80	99	59	68	62	55			
PSI20*	VC	CMVM	-513	-6,7	2,8	9,4	6,9	-16	2,6	7,3	8,3	-16			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	4,3	3,5	3,2	2,9	2,7	2,5	2,3	2,3	2,4	:			
- para consumo	va**	"	8,9	7,7	6,6	5,7	4,3	4,1	3,1	2,6	2,6	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	10,5	8,7	7,5	6,9	7,1	5,4	4,4	4,1	3,7	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,86	5,13	4,62	4,07	3,56	3,08	2,64	2,45	2,30	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,13	5,33	4,85	4,50	4,27	4,01	3,82	3,70	3,54	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Outubro, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 11674 milhões de euros, apresentando um agravamento de 6772,9 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 6766 milhões de euros, que compara com um défice primário de 164,6 milhões de euros no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



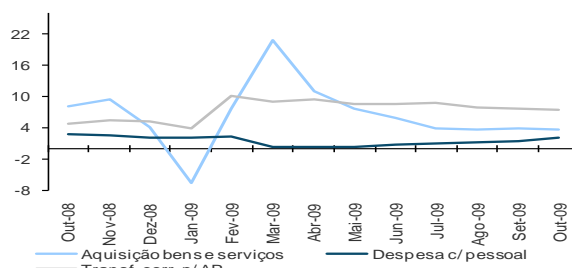
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2008, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita fiscal de 14,8%, explicado pelos efeitos das medidas de política e pela contracção da actividade económica. A evolução da receita fiscal é justificada pelo decréscimo de 16,5% na receita dos impostos indirectos – particularmente IVA, imposto sobre veículos, imposto do selo e imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – e, simultaneamente, pela diminuição de 12,3% da receita dos impostos directos, parte da qual justificada pelo facto de se ter descontado ao IRS, em Outubro, dado que a liquidação do IRS apenas ficou concluída em Setembro, a parcela da receita para os municípios, na sequência do previsto na Lei das Finanças Locais. A receita fiscal registaria, descontando os efeitos das medidas de política, um decréscimo de 11,2%. Este decréscimo, representa um agravamento em 2,1p.p. face ao mês anterior, reflecte a diminuição da receita de IRS, pelas razões apontadas e da receita de IVA, em virtude da redução do prazo médio de reembolso de 30 para 25 dias e da alteração dos “reembolsos até ao 3.º mês” para 96 dias; e
- um acréscimo da despesa total em 5,8%, que traduz um crescimento da despesa corrente primária, de 4,2%, e da despesa de capital, de 32,3%. O aumento registado na despesa corrente primária ocorreu, essencialmente, devido à evolução das transferências correntes que, em termos comparáveis, aumentaram 8,1%. Esta evolução

reflecte, sobretudo, o acréscimo das transferências para a Segurança Social – incluindo as previstas no programa Iniciativa para o Investimento e o Emprego (IIE) – justificando 1,4p.p. do aumento da despesa, e o aumento da transferência para cobertura do défice do sistema de pensões da CGA (com um contributo de 1,2p.p.). Verifica-se igualmente um aumento das despesas com pessoal em 2,1%, corrigindo o efeito da reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA para transferências correntes, conforme previsto no OE para 2009, e o aumento da despesa com juros e outros encargos. Os subsídios registaram, pelo quarto mês consecutivo, uma diminuição, (-60,2%) reflectindo a verba paga, em Julho de 2008, relativa à amortização do défice tarifário. O aumento da despesa de capital resulta do maior grau de execução da IIE, o qual passou de 32,3% até Setembro para 46% até Outubro.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.

Fontes: DGO e GPEARl.

Em 31 de Outubro, a dívida directa do Estado situou-se nos 129,8 mil milhões de euros, constatando-se um aumento de 1558 milhões de euros face ao final do mês anterior, isto é, uma variação de 1,2%. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida positiva de Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, assim como, em sentido contrário, a amortização líquida de CEDIC e de Certificados de Aforro com a redução dos respectivos stocks.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	30-Set-09		Out-09			31-Out-09
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transaccionável	105 789	2 338	0	55	108 183	
Bilhetes do Tesouro	14 961	1 486	0	0	16 447	
Obrigações do Tesouro	90 029	749	0	63	90 840	
Não Transaccionável	22 434	4 045	4 880	0	21 599	
Certificados de Aforro	17 046	52	112	0	16 987	
CEDIC	4 544	3 281	3 567	0	4 258	
Total	128 224	6 383	4 880	55	129 782	

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2008		2009		2009			
	Jan a Out		Jan a Out		Jul	Ago	Set	Out
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)					
Receita Total	32681	28072	82,2	67,8	-18,8	-15,3	-12,8	-14,1
Receita corrente	31775	27680	80,7	68,5	-17,4	-13,9	-11,6	-12,9
Impostos directos	12282	10767	83,4	70,5	-19,9	-12,3	-7,8	-12,3
Impostos indirectos	16765	13992	77,4	64,0	-18,9	-18,4	-17,4	-16,5
Despesa Total	37582	39746	81,0	80,4	3,7	4,1	5,0	5,8
Despesa corrente primária	30706	32007	80,6	80,9	4,1	4,1	4,5	4,2
Despesa corrente	35443	36915	82,2	81,6	2,9	3,2	3,4	4,2
Despesa com pessoal	10939	8945	82,4	82,7	-19,1	-19,5	-19,1	-18,2
Aquisição bens e serviços	904	937	59,0	60,0	3,8	3,6	3,9	3,7
Subsídios	906	361	80,0	50,6	-69,5	-57,2	-56,5	-60,2
Juros	4736	4908	94,0	86,1	-4,2	-3,2	-3,8	3,6
Transferências corr. p/ AP	15663	19178	82,0	83,9	24,5	23,6	23,1	22,4
Saldo Global	-4901	-11674	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-165	-6766	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

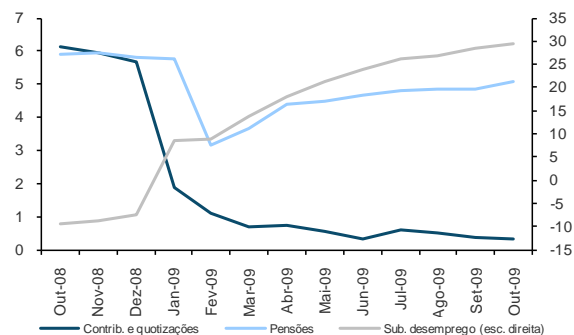
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Outubro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 999 milhões de euros, representando uma redução de 904,2 milhões de euros face ao mesmo período de 2008.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2008, caracterizou-se por:

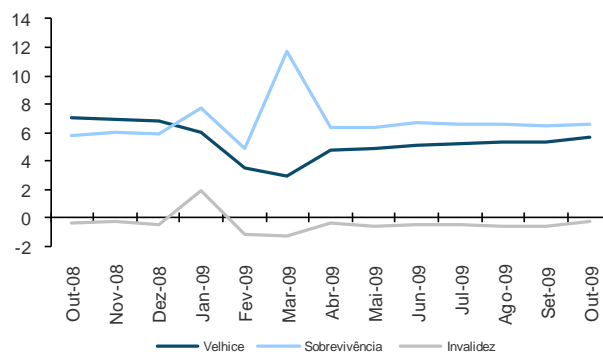
- um aumento da receita corrente em 4,8% em resultado do comportamento das transferências correntes da Administração Central (11,9%), das transferências correntes do Fundo social Europeu (51,6%) e das contribuições e quotizações (0,3%); e
- um aumento da despesa corrente em 11%, reflectindo, principalmente, a subida da despesa em prestações sociais, nomeadamente, pensões (5,1%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (29,4%), subsídio familiar a crianças e a jovens (23,6%) e, embora com menor peso, o complemento solidário para idosos (134,8%). As acções de formação profissional voltam a apresentar acréscimos significativos (47%), com o aumento de 33,6% nas acções suportadas pelo Fundo social Europeu. No que respeita ao número de beneficiários, constatou-se um aumento de 39,4% no subsídio de desemprego e de 1,3% no subsídio de doença.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



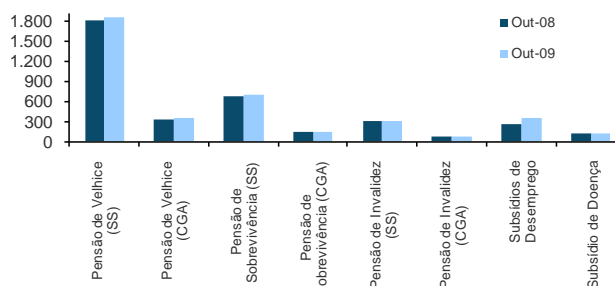
Fonte: MTSS.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: MTSS.

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Outubro, e na óptica da contabilidade pública, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 54,8 milhões de euros, o qual compara com um défice de 302,1 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. A receita corrente apresentou um aumento de 11,6%, repercutindo essencialmente o aumento das contribuições e, em menor grau, o aumento das transferências correntes recebidas do Estado. O aumento das transferências do Estado resulta, simultaneamente, da necessidade de cobertura do défice deste sistema de pensões, e do diferente perfil da receita do adicional ao IVA para a CGA, tal como definido no decreto-lei de execução orçamental para 2009. A despesa corrente aumentou 6,9%, reflectindo, principalmente, os aumentos das despesas em pensões (7,1%) e, com peso menor, a aquisição de bens e serviços (10,1%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2008		2009		2008		2009			
	Jan a Out		Jan a Out		Jan a Out		Jan a Out			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	17821	18667	4,7	80,4	78,7	5680	6341	11,6	76,9	83,0
Contribuições e quotizações	10698	10733	0,3	82,2	77,4	2900	2999	3,4	71,6	78,8
Transferências correntes da Adm. Central	4792	5980	24,8	75,0	87,9	2725	3237	18,8	76,3	88,1
Despesa Total	15918	17668	11,0	74,1	79,8	5982	6396	6,9	77,6	81,1
Pensões	10035	10546	5,1	77,0	77,2	5951	6364	6,9	77,8	81,2
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1287	1665	29,4	72,3	105,5	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	3165	3746	18,4	79,2	91,0	-	-	-	-	-
Saldo Global	1903	999	-	-	-	-302	-55	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Outubro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 899 milhões de euros, verificando-se uma melhoria de 182,6 milhões de euros face ao período homólogo.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, face ao mesmo período do ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento na receita de 6,3%, explicada pelo crescimento da receita de capital, em 53,7%, e da receita corrente, em 3,3%. O aumento da receita de capital traduz o acréscimo das transferências dos outros subsectores das Administrações Públicas (97,3%) e da União Europeia (23%). Recorde-se que a composição da receita corrente está influenciada pela reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA de contribuições para transferências correntes recebidas de outros sectores das Administrações Públicas (AP). Corrigindo deste efeito, as contribuições recebidas aumentaram 23,5% e as transferências correntes dos outros subsectores das AP 3,4%; e
- um aumento da despesa em 5,5%, onde a despesa corrente apresenta um acréscimo de 3,1%, derivado, fundamentalmente, ao aumento das transferências correntes (7,2%) – que repercute o crescimento das pensões e abonos da responsabilidade da CGA –, da aquisição de bens e serviços (8%), e dos subsídios (1,4%). Quanto às restantes componentes que compõem a despesa corrente observaram-se diminuições, que compensaram parcialmente os aumentos acima mencionados, na despesa com pessoal (-17,1%)¹ e nos juros e outros encargos (-32%). A despesa de capital apresentou um aumento de 42,3%, reproduzindo o comportamento das transferências de capital (53,5%) e das outras despesas de capital.

Serviço Nacional de Saúde

Até Outubro, o excedente global provisório do Serviço Nacional de Saúde (SNS), na componente integrada nos serviços da administração pública, foi de 335,1 milhões de euros, observando-se um aumento no excedente orçamental de 151,3 milhões de euros face ao registado no mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental do Serviço Nacional de Saúde, face ao período homólogo de 2008, caracterizou-se por:

- um crescimento de 1,8% na receita induzido pelo aumento verificado nas transferências correntes recebidas (3,3%). Em sentido inverso, verificou-se uma redução das outras receitas correntes em (-21,2%) e das taxas, multas e outras penalidades (-32,5%); e
- uma ligeira redução da despesa em 0,4%, justificada pela diminuição da despesa com pessoal (-33,6%) e, das transferências correntes (-19,3%), outras despesas correntes (-11,2%) e com juros e outros encargos (-38,2%). Contrariamente, observou-se um aumento na despesa com aquisição de bens e serviços (8,7%). O comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das operações de empresarialização ocorridas em Setembro de 2008, as quais se consubstanciam numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.
- Até Setembro, a execução financeira consolidada do SNS, na óptica de compromissos e numa base comparável, aponta para um aumento da despesa com pessoal de 3,7% e da aquisição de bens e serviços de 5,1%.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2008		2009		2008		2009	
	Jan a Out		Set	Out	Jan a Out		Set	Out
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	18 754	19 937	5,8	6,3	6 942	7 067	2,9	1,8
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	4 912	2 999	-39,3	-38,9	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	9 244	12 250	32,4	32,5	6 584	6 801	3,4	3,3
Despesa Total	18 038	19 038	5,3	5,5	6 758	6 732	1,9	-0,4
Despesa com pessoal	2 826	2 343	-21,5	-17,1	1 233	818	-34,5	-33,6
Aquisição de bens e serviços	5 877	6 349	9,6	8,0	5 126	5 572	10,8	8,7
Transferências correntes	7 395	7 924	8,0	7,2	147	118	10,0	-19,3
Saldo Global	716	899	-	-	184	335	-	-

Fonte: DGO.

Nota: ¹ Ver texto sobre o Serviço Nacional de Saúde.

Administrações Local e Regional

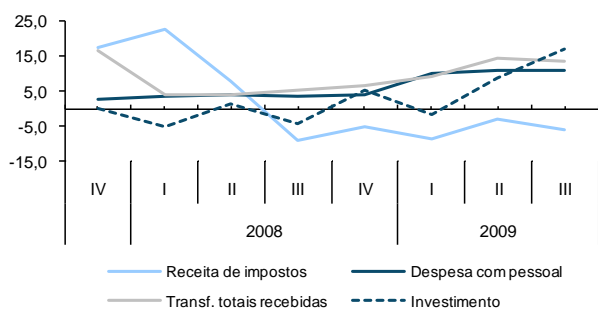
Administração Local

Até ao terceiro trimestre de 2009, e na óptica da contabilidade pública, o défice provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 334,7 milhões de euros, o que compara com um excedente de 96,2 milhões de euros registado no ano anterior e, contemplando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face a 2008, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 3,8%, influenciada, principalmente, pelo aumento das transferências correntes e de capital recebidas ao abrigo da Lei das Finanças Locais, dos rendimentos da propriedade e das outras receitas de capital; inversamente, observou-se um decréscimo da receita fiscal - devido à diminuição de 34% nos impostos indirectos e de 2,8% nos impostos directos -, na venda de bens de investimento e na venda de bens e serviços correntes; e
- um aumento da despesa total em 12,6%, reflectindo, especialmente, o aumento das despesas com pessoal (11%), em aquisição de bens e serviços (12,8%), das transferências (12,3%) e dos subsídios (15,6%). O aumento da despesa com pessoal deve-se, fundamentalmente, à transferência efectiva de competências do Ministério da Educação para a Administração Local, especialmente no que diz respeito ao pessoal não docente.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

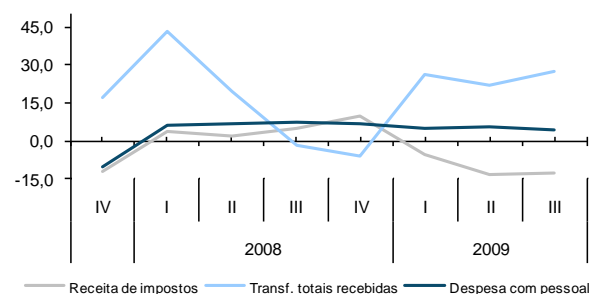
Administração Regional

Até ao terceiro trimestre de 2009, e na óptica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 118,6 milhões de euros, que compara com um défice de 218,8 milhões de euros no período homólogo do ano anterior.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2008, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 5,3%, reflectindo o comportamento negativo das receitas de capital (-17,5%) e das receitas correntes (-2,7%). Nestas constatou-se um decréscimo na receita dos impostos directos (-23,3%) e dos impostos indirectos (-6,4%); e
- uma diminuição da despesa total em 10,7%, que reflecte, essencialmente, os decréscimos do investimento (-47,9%), da aquisição de bens e serviços (-37,6%) e das transferências de capital (-9%). As despesas de capital foram as que mais contribuíram para a queda registada na despesa total.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*				Administração Regional			
	2008	2009	2009		2008	2009	2009	
	Jan a Set		Jun	Set	Jan a Set		Jun	Set
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita total	5 025	5 214	4,8	3,8	1 418	1 343	-7,6	-5,3
Impostos	1 749	1 643	-2,7	-6,0	873	762	-13,4	-12,7
Transferências correntes	1 425	1 618	14,6	13,5	227	290	21,8	27,5
Despesa total	4 929	5 549	8,4	12,6	1 637	1 461	4,5	-10,7
Pessoal	1 542	1 711	11,1	11,0	546	570	5,4	4,4
Aquisição de bens e serviços	1 185	1 337	6,8	12,8	291	181	4,5	-37,6
Transferências correntes	349	392	8,8	12,3	319	362	10,2	13,5
Investimento	1 227	1 440	9,0	17,4	262	136	5,1	-47,9
Saldo global	96	- 335	-	-	- 219	- 119	-	-

Fonte: DGO.

Nota: * Os valores da AL para 2008 referem-se ao Universo Comparável.

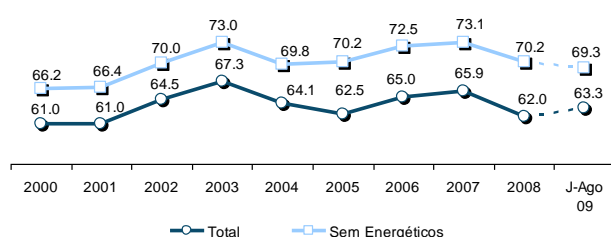
3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Agosto de 2009, as saídas ^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) decresceram 18,4% em termos homólogos, e as entradas 17,2% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, verifica-se que no mesmo período as saídas decresceram 17,1% e as entradas 13,7%.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Agosto			VH	
	2008	2009	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	26 237	20 005	-23.8	-19.7	-18.4
Entradas (cif)	41 683	31 603	-24.2	-21.4	-17.2
Saldo (fob-cif)	- 15 446	- 11 598	-24.9	-24.2	-15.2
Cobertura (fob/cif)	62.9	63.3	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	65.9	66.3	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	24 531	19 064	-22.3	-18.4	-17.1
Entradas (cif)	34 194	27 513	-19.5	-15.8	-13.7
Saldo (fob-cif)	- 9 664	- 8 449	-12.6	-9.5	-5.3
Cobertura (fob/cif)	71.7	69.3	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	75.1	72.6	-	-	-
Extra UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	7 499	5 748	-23.3	-21.0	-16.5
Importações (cif)	12 825	8 064	-37.1	-35.1	-30.9
Saldo (fob-cif)	- 5 326	- 2 315	-56.5	-57.3	-51.9
Cobertura (fob/cif)	4 746	1 951	-58.9	-60.2	-54.6
Cobertura (fob/fob)	58.5	71.3	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	61.2	74.7	-	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Setembro, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que são uma versão preliminar do período de Janeiro a Agosto.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado: 0.9548

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Nos últimos três meses (Junho a Agosto), excluindo os produtos energéticos, as saídas acusaram uma diminuição, face ao período homólogo do ano anterior, de 18,4% tendo as entradas registado uma descida de 15,8%.

No período de Janeiro a Agosto de 2009, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 63,3% (69,3% excluindo os energéticos) (Figura 3.1).

Uma estimativa rápida de dados agregados, para o período de Janeiro a Setembro de 2009, aponta para taxas de variação homólogas de -22,8% nas saídas e de -23,3% nas entradas de mercadorias (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Setembro

(estimativa rápida)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Setembro		
	2008	2009	TVH
Saídas (fob)	29 504	22 785	-22.8
Entradas (cif)	46 890	35 987	-23.3
Saldo (fob-cif)	-17 386	-13 202	-24.1
Cobertura (fob/cif)	62.9	63.3	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Segundo dados preliminares disponíveis para o período de Janeiro a Setembro de 2009, referentes ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros e as importações daí provenientes terão decrescido respectivamente 23,3% e 37,1% (Quadro 3.1).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2008	2009	VH	2008	2009	VH
Janeiro	5 012	3 854	-23.1	3 332	2 418	-27.4
Fevereiro	5 308	3 692	-30.4	3 375	2 368	-29.8
Março	5 111	4 262	-16.6	3 291	2 589	-21.3
Abril	5 462	3 846	-29.6	3 383	2 462	-27.2
Mai	5 363	3 826	-28.6	3 337	2 525	-24.3
Junho	5 202	4 219	-18.9	3 308	2 598	-21.5
Julho	5 744	4 433	-22.8	3 790	3 014	-20.5
Agosto	4 481	3 472	-22.5	2 421	2 030	-16.2
Setembro	5 207			3 268		
Outubro	5 340			3 240		
Novembro	4 748			2 882		
Dezembro	4 197			2 323		
1º Trimestre	15 431	11 808	-23.5	9 998	7 376	-26.2
2º Trimestre	16 027	11 891	-25.8	10 028	7 585	-24.4
3º Trimestre	15 432			9 478		
4º Trimestre	14 284			8 445		

Com estimativa rápida do mês de Setembro no comércio Intra:

Set	5 207	4 384	-15.8	3 268	2 780	-14.9
-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE na publicação "Síntese Estatística do Comércio Internacional" nº 11/2009: www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Agosto de 2009 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Setembro de 2009, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2008, são os implícitos numa 2ª versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 400 mil euros para as chegadas e 550 mil para as expedições, em 2009, o que corresponderá a uma taxa de cobertura do comércio intracomunitário de 95% nas chegadas e nas expedições), bem como estimativas das não-respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os Países Terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos Países Terceiros.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Agosto, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo do ano anterior, uma descida de 18,4% (Quadro 3.4).

Neste período, nenhum dos grupos de produtos registou um crescimento positivo, tendo ocorrido a menor quebra no grupo "Agro-alimentares (-1,2%)".

Nos restantes grupos as descidas foram, por ordem decrescente: "Energéticos" (-38,0%), "Minérios e Metais" (-25,6%), "Máquinas" (-24,3%), "Material de transporte" (-20,9%), "Químicos" (-18,6%), "Madeira, Cortiça e Papel" (-17,4%), "Peles, Couros e Têxteis" (-16,3%), "Vestuário e Calçado" (-10,9%), e "Produtos Acabados Diversos" (-8,9%).

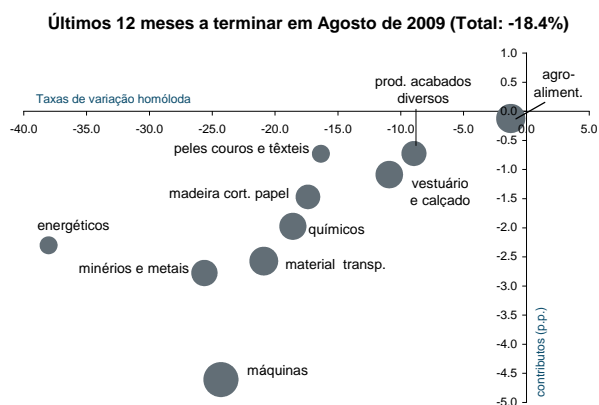
As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram uma descida de 5,8% na componente "calçado" e diminuições de 15,9% no "vestuário excepto de malha", e de 12,4% no "vestuário de malha".

Para a redução das exportações de Energéticos verificada no período de Janeiro a Agosto (-44,9%), contribuiu, em certa medida, a paralisação da refinaria de Sines na 2ª quinzena de Janeiro até ao final de Fevereiro, na sequência de um incêndio.

Ponderando os pesos no total, foram os seguintes os contributos negativos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, por grupos de produtos (Figura 3.2 e Quadro 3.4):

"Máquinas" (-6,4 p.p.), "Minérios e metais" (-3,6 p.p.), "Material de transporte" (-3,3 p.p.), "Energéticos" (-2,9 p.p.), Químicos (-2,3 p.p.), "Madeira, Cortiça e Papel" (-1,8 p.p.), "Vestuário e Calçado" (-1,3 p.p.), "Peles, Couros e Têxteis" (-0,9 p.p.), "Produtos acabados diversos" (-0,8 p.p.) e "Agro-alimentares" (-0,6 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos				
			Anual		Jan-Ago		média anual	últimos 12 meses		Jan-Ago	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009	03-08**	VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	26 237	20 005	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-18.4	-18.4	-23.8	-23.8
000 Agro-Alimentares	2 595	2 444	7.8	10.4	9.9	12.2	11.9	-1.2	-0.1	-5.8	-0.6
100 Energéticos	1 706	941	2.4	6.1	6.5	4.7	26.6	-38.0	-2.3	-44.9	-2.9
200 Químicos	2 767	2 172	8.7	10.7	10.5	10.9	9.9	-18.6	-2.0	-21.5	-2.3
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 201	1 740	9.6	8.4	8.4	8.7	2.8	-17.4	-1.5	-20.9	-1.8
400 Peles, Couros e Têxteis	1 134	909	6.1	4.4	4.3	4.5	-1.1	-16.3	-0.7	-19.8	-0.9
500 Vestuário e Calçado	2 654	2 315	15.7	9.7	10.1	11.6	-4.2	-10.9	-1.1	-12.8	-1.3
600 Minérios e Metais	2 899	1 959	6.6	10.7	11.0	9.8	16.3	-25.6	-2.8	-32.4	-3.6
700 Máquinas	4 924	3 253	19.7	19.3	18.8	16.3	5.1	-24.3	-4.6	-33.9	-6.4
800 Material de Transporte	3 224	2 358	15.3	12.6	12.3	11.8	1.4	-20.9	-2.6	-26.8	-3.3
900 Produtos Acabados Diversos	2 133	1 912	8.0	7.7	8.1	9.6	4.6	-8.9	-0.7	-10.3	-0.8

Por memória:

Total sem energéticos	24 531	19 064	97.6	93.9	93.5	95.3	4.7	-17.1	-16.1	-22.3	-20.8
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-------	-------	-------	-------

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses, as expedições para o mercado comunitário decresceram 20,3%, cabendo reduções de 20,9% aos países da UE-15 e de 14,0% aos 12 Países do Alargamento. Por sua vez, as exportações para os países terceiros diminuiram 12,7% (Quadro 3.5).

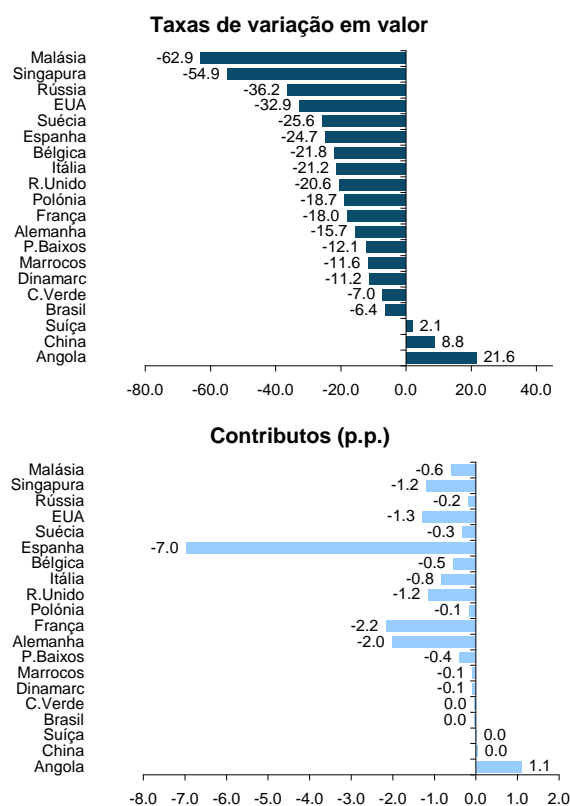
No contexto da UE-15 a descida foi generalizada a todos os principais mercados: Suécia (-25,6%), Espanha (-24,7%), Bélgica (-21,8%), Itália (-21,2%), Reino Unido (-20,6%), França (-18,0%), Alemanha (-15,7%), Países Baixos (-12,1%), e Dinamarca (-11,2%). Entre os Países do Alargamento destaca-se a Polónia (-18,7%).

Neste período, regista-se, entre os Países Terceiros, o incremento das exportações portuguesas para Angola (+21,6%), China (+8,8%) e Suíça (+2,1%). Assinalam-se diminuições nas exportações para a Malásia (-62,9%), Singapura (-54,9%), e EUA (-32,9%). Também as exportações para Marrocos, Cabo Verde e Brasil registaram quebras (-11,6%, -7,0% e -6,4% respectivamente).

Ponderando os pesos no total, o maior contributo positivo para a taxa de variação das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino (-18,4 p.p.), coube a Angola (1,1 p.p.) (Figura 3.3 e Quadro 3.5). A Espanha, o principal mercado de destino, deu um contributo negativo (-7,0 p.p.).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Agosto de 2009



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	Jan-Ago		anual		Jan-Ago		média anual 03-08*	12 meses [1]		Jan-Ago	
	2008	2009	2003	2008*	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
	Valores em milhões de euros										
TOTAL	26 237	20 005	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-18.4	-18.4	-23.8	-23.8
Intra UE-27	19 644	14 956	81.0	72.9	74.9	74.8	3.3	-20.3	-15.2	-23.9	-17.9
dos quais:											
UE-15	18 948	14 399	79.4	70.2	72.2	72.0	3.0	-20.9	-15.1	-24.0	-17.3
Espanha	7 348	5 270	23.8	26.4	28.0	26.3	7.7	-24.7	-7.0	-28.3	-7.9
Alemanha	3 354	2 661	14.8	13.1	12.8	13.3	3.0	-15.7	-2.0	-20.7	-2.6
França	3 111	2 495	13.2	11.5	11.9	12.5	2.6	-18.0	-2.2	-19.8	-2.3
R.Unido	1 456	1 105	10.3	5.5	5.5	5.5	-6.9	-20.6	-1.2	-24.1	-1.3
Itália	990	748	4.7	3.8	3.8	3.7	0.8	-21.2	-0.8	-24.5	-0.9
P.Baixos	866	740	3.8	3.2	3.3	3.7	2.4	-12.1	-0.4	-14.5	-0.5
Bélgica	659	483	4.4	2.5	2.5	2.4	-6.1	-21.8	-0.5	-26.8	-0.7
Suécia	326	240	1.3	1.2	1.2	1.2	3.5	-25.6	-0.3	-26.3	-0.3
Dinamarca	186	158	0.9	0.7	0.7	0.8	1.2	-11.2	-0.1	-15.3	-0.1
Alargamento	696	556	1.7	2.7	2.7	2.8	16.0	-14.0	-0.4	-20.1	-0.5
Polónia	208	162	0.5	0.8	0.8	0.8	14.1	-18.7	-0.1	-22.5	-0.2
Extra UE-27	6 593	5 050	19.0	27.1	25.1	25.2	13.3	-12.7	-3.1	-23.4	-5.9
dos quais:											
Angola	1 351	1 494	2.3	6.2	5.1	7.5	28.3	21.6	1.1	10.6	0.5
EUA	933	611	5.7	3.6	3.6	3.1	-3.5	-32.9	-1.3	-34.5	-1.2
Singapura	563	73	0.8	2.4	2.1	0.4	30.4	-54.9	-1.2	-87.1	-1.9
Malásia	257	20	0.1	1.0	1.0	0.1	67.7	-62.9	-0.6	-92.1	-0.9
Brasil	195	155	0.5	0.9	0.7	0.8	19.9	-6.4	0.0	-20.3	-0.2
Suíça	200	194	1.0	0.8	0.8	1.0	0.3	2.1	0.0	-3.1	0.0
Marrocos	188	141	0.5	0.7	0.7	0.7	16.2	-11.6	-0.1	-25.1	-0.2
C.Verde	170	145	0.5	0.7	0.6	0.7	13.5	-7.0	0.0	-14.5	-0.1
Por memória:											
Rússia	137	67	0.1	0.5	0.5	0.3	37.0	-36.2	-0.2	-51.3	-0.3
China	126	136	0.5	0.5	0.5	0.7	4.2	8.8	0.0	7.3	0.0
PALOP	1 628	1 764	3.1	7.3	6.2	8.8	24.9	17.8	1.1	8.3	0.5
EFTA	284	254	1.9	1.1	1.1	1.3	-4.9	-5.0	-0.1	-10.5	-0.1

* O ano de 2008 na estrutura anual e na média anual 2003-2008 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com [1] (Set 08-Ago 09) / (Set 07-Ago 08) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Agosto de 2009, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma redução de 17,2% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, todos os grupos de produtos apresentaram contributos negativos: "Energéticos" (-5,8 p.p.), "Material de transporte" (-3,4 p.p.), "Minérios e metais" (-2,9 p.p.), "Máquinas" (-2,2 p.p.), "Químicos" (-0,8 p.p.), "Agro-alimentares", "Pele, Madeira, Cortiça e Papel", e "Têxteis, Vestuário e Calçado" (-0,6% cada), e "Produtos acabados diversos" (-0,3 p.p.).

No período de Janeiro a Agosto de 2009, a UE-27 foi a origem de 77,8% das entradas de mercadorias, cabendo 75,5% aos países da UE-15 e 2,3% aos doze Países do Alargamento (Quadro 3.5). Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (32,1% do total), da Alemanha (13,0%) e de França (8,5%), seguidas das de Itália (5,6%) e dos Países Baixos (5,1%).

Entre os Países Terceiros (22,2% do total), destaque para a Nigéria (2,4%), China (2,2%), Brasil (2,0%) e EUA (1,7%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 5,9% do total das entradas.

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	Jan-Ago		Anual		Jan-Ago		média anual 03-08**	12 meses [1]		Jan-Ago	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	41 683	31 603	100.0	100.0	100.0	100.0	7.1	-17.2	-17.2	-24.2	-24.2
Grupos de Produtos											
000-Agro-Alimentares	5 269	4 767	13.0	13.0	12.6	15.1	7.0	-4.5	-0.6	-9.5	-1.2
100-Energéticos	7 489	4 090	10.1	17.5	18.0	12.9	19.5	-34.3	-5.8	-45.4	-8.2
200-Químicos	5 459	4 923	14.1	13.3	13.1	15.6	5.9	-6.2	-0.8	-9.8	-1.3
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	1 778	1 471	5.5	4.3	4.3	4.7	1.9	-13.7	-0.6	-17.3	-0.7
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 515	2 188	8.3	5.9	6.0	6.9	0.1	-9.9	-0.6	-13.0	-0.8
500-Minérios e Metais	4 218	2 577	8.7	9.9	10.1	8.2	9.9	-28.6	-2.9	-38.9	-3.9
600-Máquinas [3]	7 603	6 183	21.1	19.1	18.2	19.6	5.0	-11.9	-2.2	-18.7	-3.4
700-Material de Transporte [4]	5 109	3 392	13.1	11.7	12.3	10.7	4.6	-27.4	-3.4	-33.6	-4.1
800-Prod. Acabados Diversos	2 244	2 012	6.0	5.3	5.4	6.4	4.1	-6.1	-0.3	-10.3	-0.6
Total sem energéticos	34 194	27 513	89.9	82.5	82.0	87.1	5.2	-13.7	-11.4	-19.5	-16.0
Mercados de origem											
Intra UE-27	30 048	24 601	79.4	72.4	72.1	77.8	5.1	-12.5	-9.2	-18.1	-13.1
dos quais:											
UE-15	29 317	23 868	77.7	70.5	70.3	75.5	5.0	-12.9	-9.2	-18.6	-13.1
Espanha	12 538	10 150	30.0	30.1	30.1	32.1	7.1	-12.9	-3.9	-19.0	-5.7
Alemanha	4 998	4 111	14.6	12.1	12.0	13.0	3.1	-11.9	-1.5	-17.8	-2.1
França	3 554	2 676	9.8	8.3	8.5	8.5	3.6	-21.2	-1.8	-24.7	-2.1
Itália	2 194	1 777	6.4	5.1	5.3	5.6	2.3	-13.7	-0.7	-19.0	-1.0
P.Baixos	1 822	1 623	4.7	4.6	4.4	5.1	6.6	-5.4	-0.2	-10.9	-0.5
R.Unido	1 318	1 022	4.9	3.2	3.2	3.2	-1.8	-14.9	-0.5	-22.5	-0.7
Bélgica	1 078	913	2.9	2.7	2.6	2.9	5.4	-12.5	-0.3	-15.3	-0.4
Suécia	513	386	1.2	1.3	1.2	1.2	8.8	-9.8	-0.1	-24.7	-0.3
Alargamento	731	732	1.7	1.9	1.8	2.3	9.1	4.5	0.1	0.2	0.0
Extra UE-27	11 635	7 003	20.6	27.6	27.9	22.2	13.5	-30.1	-8.1	-39.8	-11.1
dos quais:											
Nigéria	1 279	747	1.6	2.9	3.1	2.4	21.1	-25.9	-0.7	-41.6	-1.3
Brasil	1 008	632	1.6	2.3	2.4	2.0	15.6	-34.6	-0.8	-37.3	-0.9
China	789	699	0.9	2.3	1.9	2.2	29.3	4.4	0.1	-11.4	-0.2
EUA	740	540	1.9	1.8	1.8	1.7	5.5	-22.7	-0.4	-27.0	-0.5
Líbia	875	241	0.9	1.7	2.1	0.8	22.4	-67.1	-1.2	-72.5	-1.5
Argélia	399	185	0.5	1.2	1.0	0.6	26.5	-28.0	-0.3	-53.6	-0.5
Noruega	495	330	1.3	1.2	1.2	1.0	5.0	-30.0	-0.4	-33.4	-0.4
Arábia Saud.	454	273	0.8	1.1	1.1	0.9	16.3	-16.0	-0.2	-39.9	-0.4
Japão	347	203	1.6	1.0	0.8	0.6	-2.5	-15.7	-0.1	-41.5	-0.3
Índia	334	167	0.4	0.8	0.8	0.5	24.5	-31.1	-0.2	-50.1	-0.4
Iraque	346	113	0.0	0.7	0.8	0.4	860.4	-56.2	-0.4	-67.4	-0.6
Angola	341	51	0.0	0.7	0.8	0.2	179.2	-75.9	-0.6	-84.9	-0.7
Rússia	336	222	1.2	0.7	0.8	0.7	-4.9	-49.9	-0.5	-34.0	-0.3
OPEP[5]	4 127	1 859	4.3	9.4	9.9	5.9	25.1	-40.5	-3.6	-55.0	-5.4
EFTA	793	552	2.3	1.9	1.9	1.7	3.3	-26.7	-0.5	-30.3	-0.6
PALOP	354	74	0.1	0.8	0.8	0.2	54.2	-67.3	-0.6	-79.1	-0.7

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] (Set 08-Ago 09) / (Set 07-Ago 08) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

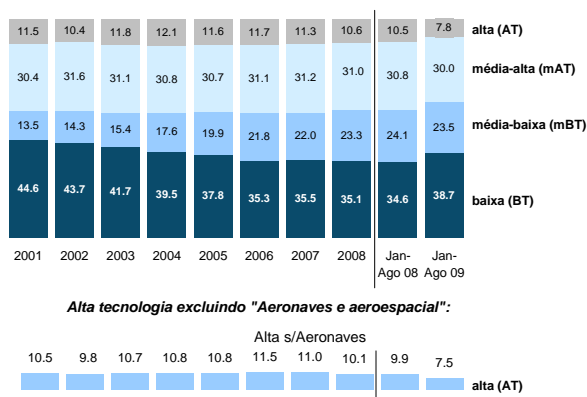
Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica¹

De acordo com *dados de base declarados* do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de *Janeiro a Agosto de 2009*, face ao mesmo período do ano anterior, assistiu-se a um decréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 54,9% para 53,5% (Figura 3.4 e Quadro 3.6).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

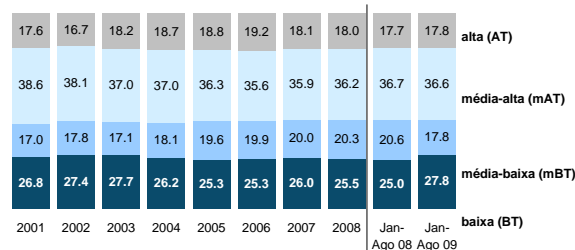
Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão; 2009 - versão preliminar).

O peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* desceu de 10,5% para 7,8%, reflectindo principalmente uma descida de 2,7 p.p. no "Equipamento de rádio, TV e comunicações". Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica*, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, subiu de 34,6% para 38,7%, a que corresponderam subidas de 1,7 p.p. nos "Produtos alimentares, bebidas e tabaco", de 1,3 p.p. nos "Têxteis, vestuário, couros e calçado", e de 0,9 p.p. na "Pasta de papel, papel, cartão e publicações".

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos. Para maior detalhe, consultar:

"Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 11/2009
www.gee.min-economia.pt

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005-últimas versões; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão; 2008-2ª versão; 2009-versão preliminar).

Quadro 3.7. Saídas e Entradas* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2008	Janeiro a Agosto		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2008		2008/07		Jan-Ago 2009/08	2007		2008		2008	
		2008	2009	2003-08	2008/07	2009/08	2007	2008	2008	2009	2008	2009
SAÍDAS*												
Total dos prod. indust. transformados	34 761 413	24 183 121	17 937 304	5.0	-0.7	-25.8	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.7	-25.8
Alta tecnologia	3 699 678	2 540 662	1 403 023	2.8	-6.3	-44.8	11.3	10.6	10.5	7.8	-0.7	-4.7
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 492 921	2 379 422	1 343 159	3.7	-9.2	-43.6	11.0	10.1	9.9	7.5	-1.0	-4.3
Média-alta tecnologia	10 760 740	7 444 473	5 372 933	5.0	-1.5	-27.8	31.2	31.0	30.8	30.0	-0.5	-8.6
Média-baixa tecnologia	8 087 039	5 830 621	4 214 648	14.1	5.1	-27.7	22.0	23.3	24.1	23.5	1.1	-6.7
Baixa tecnologia	12 213 956	8 367 365	6 946 700	1.5	-1.8	-17.0	35.5	35.1	34.6	38.7	-0.7	-5.9
<i>Por memória:</i>												
Total das Saídas	36 739 194	25 550 288	18 792 038	5.5	0.0	-26.5	100.0	100.0	100.0	100.0	0.0	-26.5
Residual	1 977 781	1 367 167	854 734	16.9	13.0	-37.5	4.8	5.4	5.4	4.5	0.6	-2.0
ENTRADAS*												
Total dos prod. indust. transformados	46 993 218	31 796 117	24 464 338	5.5	1.8	-23.1	100.0	100.0	100.0	100.0	1.8	-23.1
Alta tecnologia	8 471 743	5 632 007	4 356 289	5.3	1.6	-22.7	18.1	18.0	17.7	17.8	0.3	-4.0
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 796 731	5 045 907	4 114 738	5.2	0.6	-18.5	17.0	16.8	16.2	17.0	0.1	-3.0
Média-alta tecnologia	17 006 228	11 666 817	8 964 014	5.0	2.5	-23.2	35.9	36.2	36.7	36.6	0.9	-8.5
Média-baixa tecnologia	9 531 651	6 540 428	4 342 829	9.1	3.4	-33.6	20.0	20.3	20.6	17.8	0.7	-6.9
Baixa tecnologia	11 983 596	7 956 866	6 801 206	3.8	-0.1	-14.5	26.0	25.5	25.0	27.8	0.0	-3.6
<i>Por memória:</i>												
Total das Entradas	58 747 203	40 406 721	29 260 511	7.1	5.8	-27.6	100.0	100.0	100.0	100.0	5.8	-27.6
Residual	11 753 985	8 610 603	4 796 173	15.4	25.6	-44.3	16.9	20.0	21.3	16.4	4.3	-9.4

* Saídas de mercadorias correspondem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar).

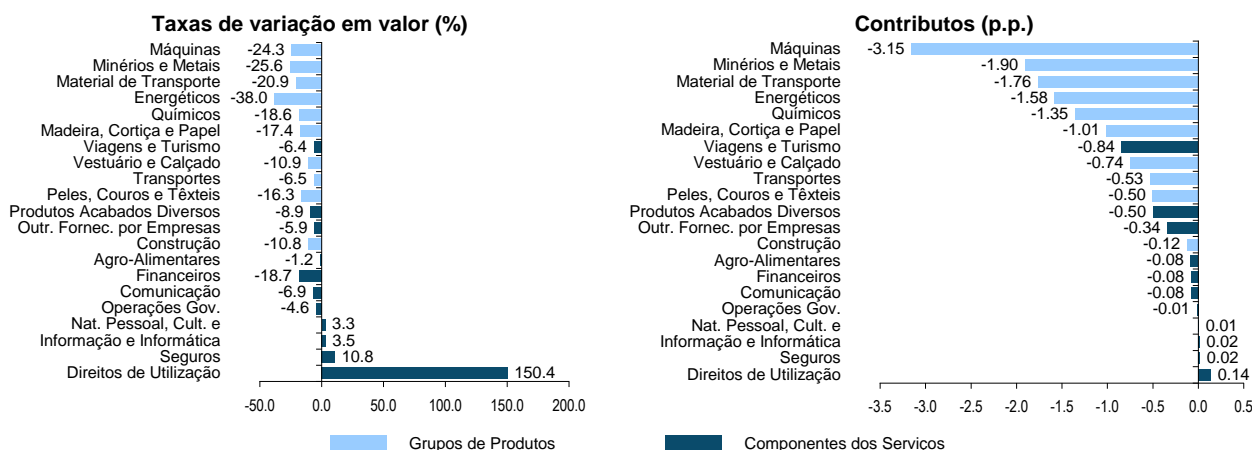
¹ Por dificuldades no carregamento dos dados de base desagregados não foi possível actualizar esta informação, mantendo-se aqui a versão do mês anterior.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

Segundo dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o período de Janeiro a Agosto de 2009, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 34,7% do lado das “exportações” (crédito), e de 18,4% na vertente das “importações” (débito). Nos últimos 12 meses a terminar em Agosto, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 14,4% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Serviços (-1,8 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Bens (-12,6 p.p.) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das “exportações” de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em Agosto de 2009



Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Janeiro a Agosto		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [1]				
			Anual		Jan-Ago		média anual 03-08	12 meses [2]		Jan-Ago	
	2008	2009	2003	2008	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	38 330	30 876	100.0	100.0	100.0	100.0	7.4	-14.4	-14.4	-19.4	-19.4
Bens	26 413	20 151	72.2	68.1	68.9	65.3	6.1	-18.3	-12.6	-23.7	-16.3
Serviços	11 917	10 725	27.8	31.9	31.1	34.7	10.4	-5.8	-1.8	-10.0	-3.1
Transportes	3 139	2 744	5.4	8.5	8.2	8.9	17.7	-6.5	-0.5	-12.6	-1.0
Viagens e Turismo	5 038	4 608	14.9	13.3	13.1	14.9	4.9	-6.4	-0.8	-8.5	-1.1
Comunicação	415	386	0.8	1.1	1.1	1.3	14.3	-6.9	-0.1	-7.0	-0.1
Construção	429	347	0.7	1.2	1.1	1.1	19.0	-10.8	-0.1	-19.2	-0.2
Seguros	69	75	0.2	0.2	0.2	0.2	4.4	10.8	0.0	8.7	0.0
Financeiros	151	107	0.4	0.4	0.4	0.3	10.7	-18.7	-0.1	-29.1	-0.1
Informação e Informática	174	179	0.2	0.5	0.5	0.6	22.9	3.5	0.0	2.9	0.0
Direitos de Utilização	29	110	0.1	0.1	0.1	0.4	11.4	150.4	0.1	272.3	0.2
Outr. Fornec. por Empresas	2 219	1 920	4.4	6.1	5.8	6.2	14.3	-5.9	-0.3	-13.4	-0.8
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	136	141	0.3	0.4	0.4	0.5	11.4	3.3	0.0	3.2	0.0
Operações Governamentais	117	107	0.4	0.3	0.3	0.3	3.3	-4.6	0.0	-8.2	0.0
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	48 147	37 320	100.0	100.0	100.0	100.0	8.0	-15.6	-15.6	-22.5	-22.5
Bens	40 555	30 446	84.8	84.0	84.2	81.6	7.8	-17.6	-14.8	-24.9	-21.0
Serviços	7 593	6 874	15.2	16.0	15.8	18.4	9.2	-5.0	-0.8	-9.5	-1.5
Transportes	2 323	1 898	4.6	4.9	4.8	5.1	9.6	-11.6	-0.6	-18.3	-0.9
Viagens e Turismo	1 989	1 856	4.4	4.1	4.1	5.0	6.6	-5.0	-0.2	-6.7	-0.3
Comunicação	368	345	0.5	0.8	0.8	0.9	17.9	-5.7	0.0	-6.1	0.0
Construção	115	78	0.3	0.2	0.2	0.2	2.6	-26.6	-0.1	-32.4	-0.1
Seguros	137	134	0.3	0.3	0.3	0.4	5.6	2.5	0.0	-1.9	0.0
Financeiros	178	122	0.3	0.4	0.4	0.3	10.1	-19.4	-0.1	-31.5	-0.1
Informação e Informática	245	244	0.4	0.5	0.5	0.7	11.4	-2.2	0.0	-0.3	0.0
Direitos de Utilização	219	242	0.6	0.5	0.5	0.6	4.6	11.6	0.1	10.4	0.0
Outr. Fornec. por Empresas	1 631	1 566	3.0	3.6	3.4	4.2	11.9	3.1	0.1	-4.0	-0.1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	276	304	0.5	0.6	0.6	0.8	12.0	9.2	0.1	10.1	0.1
Operações Governamentais	110	84	0.3	0.2	0.2	0.2	0.8	-20.3	0.0	-23.5	-0.1

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

Previsões macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Outono de 2009

Nos meses de Outubro e Novembro, o FMI, a CE e a OCDE divulgaram as previsões de Outono, contendo novas projecções macroeconómicas de 2009 até 2011. Face às previsões de Primavera, o PIB mundial foi revisto em alta para 2009 e 2010, sendo de maior amplitude para este último ano e abrangendo a totalidade dos países considerados (Quadro 1). Após a recessão profunda, que atingiu, em 2009, principalmente as economias avançadas e alguns países emergentes e em desenvolvimento, como Países do Leste Europeu; CEI, incluindo a Rússia e, a América Latina, espera-se uma recuperação generalizada para os próximos dois anos, devendo, no entanto, manter-se fraca, em resultado dos efeitos da crise financeira internacional na deterioração do mercado de trabalho e no fraco crescimento da procura interna.

Mais recentemente, a partir do 2º trimestre de 2009, os indicadores económicos e financeiros indicam uma ligeira melhoria da conjuntura internacional, para a qual tem contribuído os efeitos das medidas de relançamento económico nos domínios orçamental; de reforço da estabilização do sistema financeiro e da orientação de uma política monetária mais expansionista caracterizada pela manutenção das taxas de juro directoras num nível historicamente baixo.

Quadro 1. PIB

	(variação anual, em %)												Desvios face à Primavera de 2009, em p.p.							
	2008		2009				2010				2011				2009			2010		
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE	CE	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE			
Economia Mundial	3,1	-1,2	-1,1	:	3,1	3,1	:	3,5	:	0,2	0,2	:	1,2	1,2	:					
Economias Avançadas	0,6*	:	-3,4	:	:	1,3	:	:	:	:	0,4	:	:	1,3	:					
EUA	0,4	-2,5	-2,7	-2,5	2,2	1,5	2,5	2,0	2,8	0,4	0,1	0,3	1,3	1,5	1,6					
Japão	-0,7	-5,9	-5,4	-5,3	1,1	1,7	1,8	0,4	2,0	-0,6	0,8	1,5	1,0	1,2	1,1					
União Europeia	0,8	-4,1	-4,2	:	0,7	0,5	:	1,6	:	-0,1	-0,2	:	0,8	0,8	:					
Reino Unido	0,6	-4,6	-4,4	-4,7	0,9	0,9	1,2	1,9	2,2	-0,8	-0,3	-0,4	0,8	1,3	1,2					
Área do Euro	0,6	-4,0	-4,2	-4,0	0,7	0,3	0,9	1,5	1,7	0,0	0,0	0,8	0,8	0,7	0,9					
Alemanha	1,3	-5,0	-5,3	-4,9	1,2	0,3	1,4	1,7	1,9	0,4	0,3	1,2	0,9	1,3	1,2					
França	0,4	-2,2	-2,4	-2,3	1,2	0,9	1,4	1,5	1,7	0,8	0,6	0,7	1,4	0,5	1,2					
Itália	-1,0	-4,7	-5,1	-4,8	0,7	0,2	1,1	1,4	1,5	-0,3	-0,7	0,7	0,6	0,6	0,7					
Espanha	0,9	-3,7	-3,8	-3,6	-0,8	-0,7	-0,3	1,0	0,9	-0,5	-0,8	0,6	0,2	0,0	0,6					
Portugal	0,0	-2,9	-3,0	-2,8	0,3	0,4	0,8	1,0	1,5	0,8	1,1	1,7	1,1	0,9	1,3					
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6,0*	:	1,7	:	:	5,1	:	:	:	:	0,1	:	:	1,1	:					
Rússia	5,6	-7,2	-7,5	-8,7	2,3	1,5	4,9	2,7	4,2	-3,4	-1,5	-1,9	0,8	1,0	1,2					
China	9,7	8,7	8,5	8,3	9,6	9,0	10,2	9,5	9,3	2,6	2,0	0,6	1,8	1,5	0,9					
Índia	6,7	5,7	5,4	6,1	6,4	6,4	7,3	7,4	7,6	1,4	0,9	0,2	1,4	0,8	0,1					
Brasil	5,1	-0,4	-0,7	0,0	4,2	3,5	4,8	4,2	4,5	1,0	0,6	0,8	2,0	1,3	0,8					

Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, Novembro 2009; FMI, *World Economic Outlook*, Outubro 2009; OCDE, *Economic Outlook*, Novembro 2009. * FMI.

Associado à recente aceleração dos preços das matérias-primas, especialmente do petróleo, e à melhoria da procura interna, deverá assistir-se a um ligeiro aumento da taxa de inflação nos próximos anos, invertendo a situação de desinflação ocorrida em algumas economias avançadas, durante o ano de 2009.

Quadro 2. Taxa de inflação e preço das matérias-primas

	(variação anual, em %)												Desvios face à Primavera de 2009, em p.p.							
	2008		2009				2010				2011				2009			2010		
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE		
Economias Avançadas	3,4*	:	0,1	:	:	1,1	:	:	:	:	0,3	:	:	0,8	:					
EUA	3,8	-0,5	-0,4	-0,4	0,8	1,7	1,7	0,1	1,3	0,2	0,5	0,2	0,5	1,8	0,7					
Japão	1,4	-1,2	-1,1	-1,2	-0,4	-0,8	-0,9	0,3	-0,5	-0,2	-0,1	0,2	0,1	-0,2	0,5					
União Europeia	3,7	1,0	0,9	:	1,3	1,1	:	1,6	:	0,1	0,1	:	0,0	0,3	:					
Reino Unido	3,6	2,0	1,9	2,1	1,4	1,5	1,7	1,6	0,5	1,0	0,4	0,2	0,1	0,7	0,5					
Área do Euro	3,3	0,3	0,3	0,2	1,1	0,8	0,9	1,5	0,7	-0,1	-0,1	-0,3	-0,1	0,2	0,2					
Alemanha	2,8	0,3	0,1	0,2	0,8	0,2	1,0	1,0	0,8	0,0	0,0	-0,1	0,1	0,6	0,6					
França	3,2	0,1	0,3	0,1	1,1	1,1	1,0	1,4	0,6	-0,1	-0,2	-0,2	0,2	0,1	0,3					
Itália	3,5	0,8	0,7	0,7	1,8	0,9	0,9	2,0	0,8	0,0	0,0	-0,4	0,0	0,3	-0,3					
Espanha	4,1	-0,4	-0,3	-0,4	0,8	0,9	0,8	2,0	-0,1	-0,3	-0,3	-0,3	-0,6	0,0	0,5					
Portugal	2,7	-1,0	-0,6	-0,9	1,3	1,0	0,7	1,4	1,0	-0,7	-0,9	-0,7	-0,4	0,0	-0,3					
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	9,3*	:	5,5	:	:	4,9	:	:	:	:	-0,2	:	:	0,2	:					
Rússia	14,1	10,5	12,3	11,7	9,0	9,9	6,9	7,8	7,0	-2,8	-0,6	3,7	-0,1	0,0	0,4					
China	5,9	:	-0,1	-1,1	:	0,6	0,1	:	1,0	:	-0,2	-0,1	:	-0,1	1,0					
Índia	8,3*	:	8,7	7,8	:	8,4	7,1	:	6,2	:	2,4	3,3	:	4,4	4,1					
Brasil	5,7*	:	4,8	4,2	:	4,1	4,4	:	4,5	:	0,0	0,0	:	0,1	0,2					
<i>em memória:</i>																				
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	98,5	61,3	61,5	77,0	76,5	76,5	77,0	80,5	77,0	8,4	9,5	19,0	13,0	14,0	12,0					
Preço das matérias-primas excl. prod. energ. (taxa de variação, em %)	13,3	-19,6	-2,0	:	5,8	2,4	:	0,9	:	1,0	7,6	:	5,1	-2,0	:					

Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, Novembro 2009; FMI, *World Economic Outlook*, Outubro 2009; OCDE, *Economic Outlook*, Novembro 2009. * FMI.

Para a área do euro (AE), as componentes do PIB que mais desaceleraram em 2009 foram o investimento, o qual deve diminuir cerca de 10,7%, segundo a CE (sobretudo em bens de equipamento) e as exportações (em torno de -14%), reflectindo a fraqueza da procura interna e externa e o aumento das condições mais restritivas na concessão do crédito. A melhoria da conjuntura internacional e os efeitos das medidas de política orçamental e monetária no relançamento da economia da AE são factores que deverão contribuir para uma recuperação significativa das exportações já a partir do próximo ano, estando previsto um crescimento de 3%, em média, nos anos de 2010 e 2011. Quanto ao investimento, apesar da CE perspectivar uma recuperação em 2010 (-1,9%), só deverá apresentar um valor positivo em 2011.

Associado à desaceleração económica, o mercado de trabalho deve deteriorar-se, estando previsto uma subida da taxa de desemprego para 10,1% para a AE, em média, nestes dois anos. Neste domínio, convém destacar que, no conjunto da AE, para 2010, a CE prevê uma subida significativa da taxa de desemprego na Irlanda; Espanha e Países Baixos.

Quadro 3. Taxa de desemprego

	(Em % da População Activa)										Desvios face à Primavera de 2009, em p.p.					
	2008	2009			2010			2011		2009			2010			
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	
Economias Avançadas	5,8*	:	8,2	:	:	9,3	:	:	:	:	0,1	:	:	0,1	:	
EUA	5,8	9,2	9,3	9,2	10,1	10,1	9,9	10,2	9,1	0,3	0,4	-0,1	-0,1	0,0	-0,2	
Japão	4,0	5,8	5,4	5,2	6,3	6,1	5,6	7,0	5,4	0,0	0,8	0,0	0,0	0,5	-0,1	
Área do Euro	7,5	9,5	9,9	9,4	10,7	11,7	10,6	10,9	10,8	-0,4	-0,2	-0,6	-0,8	0,2	-1,4	
Alemanha	7,3	7,7	8,0	7,6	9,2	10,7	9,2	9,3	9,7	-0,9	-1,0	-1,1	-1,2	-0,1	-2,4	
França	7,8	9,5	9,5	9,1	10,2	10,3	9,9	10,0	10,1	-0,1	-0,1	-0,6	-0,5	0,0	-1,3	
Itália	6,8	7,8	9,1	7,6	8,7	10,5	8,5	8,7	8,7	-1,0	0,2	-0,8	-0,7	0,0	-1,7	
Espanha	11,3	17,9	18,2	18,1	20,0	20,2	19,3	20,5	19,0	0,6	0,5	0	-0,5	0,9	-0,3	
Portugal	7,7	9,0	9,5	9,2	9,0	11,0	10,1	8,9	9,9	-0,1	-0,1	-0,4	-0,8	0,0	-1,1	
Bélgica	7,0	8,2	8,7	7,9	9,9	9,9	8,9	10,3	9,2	-0,3	-0,8	-0,4	-0,4	-0,6	-1,7	
Irlanda	6,0	11,7	12,0	11,9	14,0	15,5	14,0	13,2	13,8	-1,6	0,0	-0,3	-2,0	2,5	-0,8	
Grécia	7,7	9,0	9,5	9,3	10,2	10,5	10,4	11,0	10,4	-0,1	0,5	-0,2	0,5	0,0	0,1	
Chipre	3,6	5,6	5,6	:	6,6	5,9	:	6,7	:	0,9	1,0	:	0,6	1,6	:	
Malta	5,9	7,1	7,3	:	7,4	7,6	:	7,3	:	0,0	0,4	:	-0,2	0,0	:	
Luxemburgo	4,9	6,2	6,8	5,9	7,3	6,0	7,1	7,7	7,5	0,3	0,0	-0,1	0,3	0,0	-0,1	
Países Baixos	2,8	3,4	3,8	3,7	5,4	6,6	5,2	6,0	5,5	-0,5	-0,3	-0,3	-0,8	1,6	-1,8	
Áustria	3,8	5,5	5,3	5,8	6,0	6,4	7,1	5,7	7,3	-0,5	-0,1	-0,3	-1,1	0,2	-0,8	
Eslovénia	4,4	6,7	6,2	:	8,3	6,1	:	8,5	:	0,1	0,0	:	0,9	0,0	:	
Finlândia	6,4	8,5	8,7	8,3	10,2	9,8	9,7	9,9	9,7	-0,4	0,2	-0,4	0,9	0,5	-1,1	
Eslováquia	9,5	12,3	10,8	11,6	12,8	10,3	12,7	12,6	12,5	0,3	-0,7	-0,2	0,7	-1,4	-0,9	
União Europeia	7,0	9,1	:	:	10,3	:	:	10,2	:	-0,3	:	:	-0,6	:	:	
Reino Unido	5,6	7,8	7,6	8,0	8,7	9,3	9,3	8,0	9,5	-0,4	0,2	-0,2	-0,7	0,1	-0,4	
Dinamarca	3,3	4,5	3,5	5,9	5,8	4,2	6,9	5,6	6,2	-0,7	0,3	-0,1	-0,8	-0,3	-1,0	
Suécia	6,2	8,5	8,5	8,2	10,2	8,2	10,3	10,1	10,1	0,1	0,1	-0,5	-0,2	-1,4	-1,1	
Rep. Checa	4,4	6,9	7,9	6,9	7,9	9,8	8,4	7,4	7,9	0,8	2,4	0,0	0,5	4,1	-0,8	

Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, Novembro 2009; FMI, *World Economic Outlook*, Outubro 2009; OCDE, *Economic Outlook*, Novembro 2009. * FMI.

A implementação de medidas de relançamento das economias vai, entretanto, originar uma deterioração da situação das finanças públicas, estando previsto um défice em torno dos 6,7% do PIB, em média, na AE no conjunto dos anos de 2009 e 2010, interrompendo a melhoria registada entre 2004 e 2007. Da mesma forma, a dívida pública em percentagem do PIB deve aumentar para cerca de 81%, em média, nos anos de 2009 e 2010, tendo-se situado abaixo de 70% do PIB entre 2001 e 2008.

Desenvolvimentos recentes da taxa de inflação na Área do Euro e em Portugal

1. Área do Euro

A taxa de inflação da área do euro (AE) registou, em termos homólogos, um valor negativo ao longo de 2009, mas deverá ter atingido o valor mais baixo em Julho (-0,6%), apresentando-se menos negativo a partir desse mês, tendo registado o valor de -0,1% em Outubro (Quadro 1). A verificação de desinflação na AE, a qual se estendeu à generalidade dos países, ficou a dever-se a vários factores, com destaque para os seguintes:

- efeitos de base relacionados com a forte subida dos preços dos produtos energéticos e alimentares em 2008;
- consequências da crise económica no abrandamento da procura interna, caracterizando-se por um fraco crescimento do consumo privado e no enfraquecimento do mercado de trabalho (subida da taxa de desemprego, quebra do emprego e contenção nos aumentos salariais).

Assim, os preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares (especialmente os não transformados) apresentaram quebras sucessivas em termos homólogos, nos últimos meses, representando os contributos mais importantes para a diminuição da taxa de inflação na AE (Figuras 1 e 3).

Relativamente à taxa de inflação subjacente (excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados), a qual se situou, em 1% em termos homólogos em Outubro, na AE (2,2% no 4º trimestre de 2008), apesar de ter registado uma desaceleração ao longo de 2009, nunca registou uma variação negativa, mantendo também, a classe dos produtos industriais não energéticos, em que os preços registaram aumentos reduzidos em termos homólogos, contribuiu positivamente para o crescimento dos preços (0,2p.p., em termos médios, até Outubro de 2009) (Figura 5).

As diferenças da taxa de inflação entre Estados membros aumentaram nos últimos anos, devido, em parte, ao facto da exposição dos países à oscilação dos preços das matérias-primas internacionais não ser igual para todos. E ainda, os efeitos da crise económica também não se reflectiram da mesma maneira em todos os países.

Quadro 1. Taxa de inflação na área do euro
(Taxa de variação homóloga, em %)

	Peso no Total em 2009 (Em %)	2006	2007	2008	2008				2009			2009	
					I	II	III	IV	I	II	III	Set	Out
1. Total IHPC	100,0	2,2	2,1	3,3	3,4	3,6	3,8	2,3	1,0	0,2	-0,4	-0,3	-0,1
2. Subjacente*	83,0	1,5	2,0	2,4	2,5	2,5	2,5	2,2	1,6	1,5	1,2	1,1	1,0
3. Bens	58,6	2,3	1,9	3,8	3,9	4,5	4,7	2,1	0,1	-1,2	-1,9	-1,8	-1,4
4. Alimentares	19,3	2,4	2,8	5,1	5,2	5,7	5,6	3,8	2,4	1,0	-0,1	-0,2	-0,4
Transformados	11,9	2,1	2,8	6,1	6,4	6,9	6,7	4,3	2,1	1,1	0,6	0,5	0,3
Não Transformados	7,5	2,8	3,0	3,5	3,5	3,7	3,9	3,0	2,8	0,8	-1,2	-1,3	-1,6
5. Industriais	39,3	2,3	1,4	3,1	3,2	3,9	4,2	1,2	-1,1	-2,3	-2,8	-2,6	-2,0
Não energéticos	29,7	0,6	1,0	0,8	0,8	0,8	0,7	0,9	0,7	0,7	0,5	0,5	0,3
Energéticos	9,6	7,7	2,6	10,3	10,7	13,6	15,1	2,1	-6,1	-10,7	-11,9	-11,0	-8,5
6. Serviços	41,4	2,0	2,5	2,6	2,6	2,4	2,6	2,6	2,2	2,2	1,8	1,8	1,8

Fonte: Eurostat. * Exclui os produtos alimentares não transformados e energéticos.

2. Portugal

É de destacar que **Portugal** tem sido o 2º país, atrás da Irlanda, a registar uma taxa de inflação mais negativa. Para esta evolução, é de salientar que, no nosso país, tanto os produtos energéticos como os produtos alimentares (designadamente os não transformados) pesam mais do que na média da AE, no total do cabaz do IHPC e, foram precisamente estes mesmos produtos que mais contribuíram para o abrandamento da taxa de inflação (Quadro 2). Por outro lado, os efeitos da crise económica com

consequências ao nível da contracção da procura interna, ampliados pela intensa concorrência internacional, levaram a que a taxa de inflação subjacente em Portugal apresentasse um comportamento mais negativo face ao verificado para a média da AE.

De facto, a taxa de inflação subjacente registou, em Portugal, uma variação negativa em termos homólogos nos meses de Setembro e Outubro (-0,6%, em média), contra um aumento médio de 1,1% para a média da AE, fenómeno que deve estar associado à quebra significativa dos preços dos produtos industriais não energéticos (nomeadamente têxteis, vestuário e automóveis). Assim, para além dos produtos alimentares e energéticos terem sido os produtos que mais contribuíram para a descida da taxa de inflação em Portugal, também os produtos industriais não energéticos pesaram no resultado final (Figuras 2, 4 e 6).

Quadro 2. Taxa de inflação em Portugal
(Taxa de variação homóloga, em %)

	Peso no Total em 2009 (Em %)	2006	2007	2008	2008				2009			2009	
					I	II	III	IV	I	II	III	Set	Out
1. Total IHPC	100,0	3,0	2,4	2,7	3,0	2,9	3,1	1,6	-0,1	-1,1	-1,5	-1,8	-1,6
2. Subjacente*	79,2	2,4	2,2	2,5	2,8	2,4	2,5	2,2	1,2	0,5	0,2	-0,5	-0,7
3. Bens	58,5	3,2	2,2	2,4	2,7	2,9	3,3	0,7	-1,1	-2,8	-3,5	-3,5	-3,1
4. Alimentares	21,4	3,6	2,8	4,2	3,6	4,5	5,4	3,4	1,2	-2,2	-4,9	-4,7	-4,3
Transformados	11,6	4,1	2,6	8,1	8,2	8,7	9,1	6,3	2,4	-0,9	-2,6	-2,7	-2,5
Não Transformados	9,9	3,2	3,0	0,6	-0,8	0,7	1,8	0,6	0,2	-3,7	-7,4	-6,9	-6,5
5. Industriais	37,0	3,0	1,9	1,4	2,2	2,1	2,1	-0,7	-2,4	-3,1	-2,8	-2,9	-2,3
Não energéticos	26,1	1,5	1,4	-0,2	-0,1	-0,4	-0,3	-0,2	0,2	-0,6	-1,1	-1,7	-2,0
Energéticos	10,9	8,1	3,5	6,6	9,6	10,2	9,5	-2,7	-10,7	-11,7	-9,5	-8,4	-5,3
6. Serviços	41,5	2,7	2,8	3,1	3,5	2,9	2,9	3,0	1,4	1,6	1,6	0,9	0,6

Fonte: Eurostat. * Exclui os produtos alimentares não transformados e energéticos.

3. Perspectivas

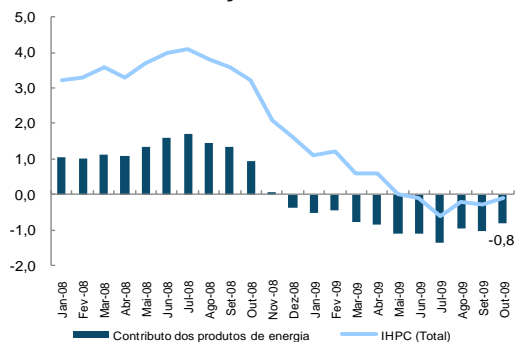
Apesar da diminuição da taxa de inflação para o conjunto da AE, que ocorreu nos últimos meses, não se prevê que haja risco de deflação pelo facto da descida dos preços não ser generalizada a todos os produtos, contrariamente ao que poderá vir a existir no Japão. As previsões da CE indicam que a taxa de inflação da média da AE deverá aumentar em 2010 e 2011, para se situar em 1,1% e em 1,5%, respectivamente nestes 2 anos (0,3% em 2009) em resultado da aceleração do preço das matérias-primas (sobretudo petróleo) e de alguma recuperação da economia. Sendo de referir que a Irlanda, deverá ser o único país da União Europeia a apresentar uma taxa de inflação negativa, durante dois anos consecutivos.

Finalmente, podem destacar-se algumas reflexões sumárias relacionadas com os riscos de alguma aceleração dos preços na área do euro, nos próximos anos. Com efeito:

- prevê-se uma subida dos preços das matérias-primas, a partir de 2010, especialmente do petróleo, provocada, em parte, pela recuperação da procura interna da generalidade dos países, sobretudo proveniente das principais economias emergentes e em desenvolvimento, tal como a China. Por outro lado, também deverá assistir-se a alguma escassez da oferta desta matéria-prima derivada de algum recuo do investimento em novas plataformas petrolíferas nos últimos anos devido à insuficiência de recursos financeiros disponíveis num contexto de ampliação da recente crise financeira e económica internacional;
- num cenário de forte deterioração do saldo global das Administrações Públicas, na maior parte das economias nos próximos anos, impulsionada, pela recessão económica e, pelo impacto das medidas adoptadas de apoio às famílias, empresas e sector financeiro, alguns países deverão ter que aumentar os impostos podendo originar acréscimos de preços no futuro;

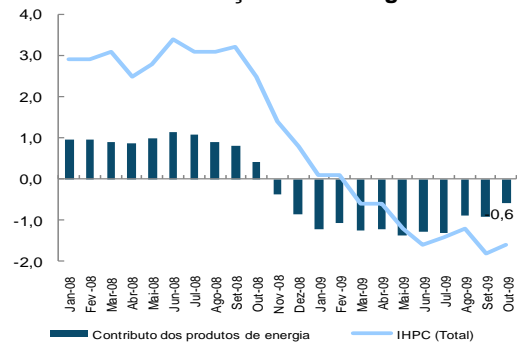
- também, a estratégia de saída dos estímulos monetários deverá ser clara, dado que a cedência de elevada liquidez pelos diferentes bancos centrais às economias poderá implicar, no futuro, alguns riscos inflacionistas;
- a incerteza ainda elevada quanto ao ritmo de recuperação da economia da área do euro e o impacto da crise sobre o crescimento potencial, poderá provocar alguns riscos para a taxa de inflação futura (curva de Phillips);
- torna-se necessário acautelar os efeitos de uma subida dos preços nos salários, sobretudo nos países detentores de esquemas de indexação automática salarial à taxa de inflação e de presenciarem um fraco crescimento de produtividade do trabalho sob pena de continuarem a perder competitividade.

Figura 1. Contributo dos produtos de energia para a taxa de inflação na área do euro



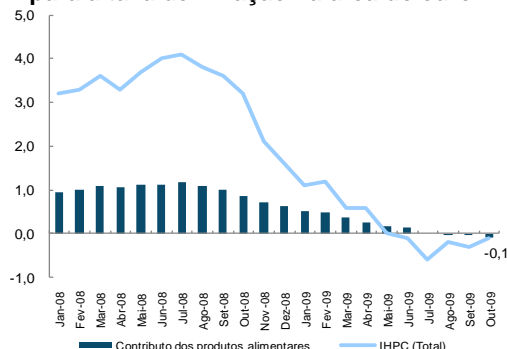
Fonte: Eurostat.

Figura 2. Contributo dos produtos de energia para a taxa de inflação em Portugal



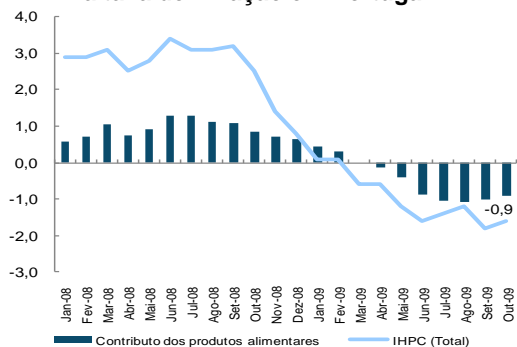
Fonte: Eurostat.

Figura 3. Contributo dos produtos alimentares para a taxa de inflação na área do euro



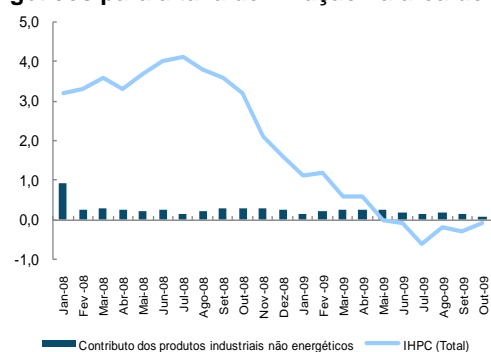
Fonte: Eurostat.

Figura 4. Contributo dos produtos alimentares para a taxa de inflação em Portugal



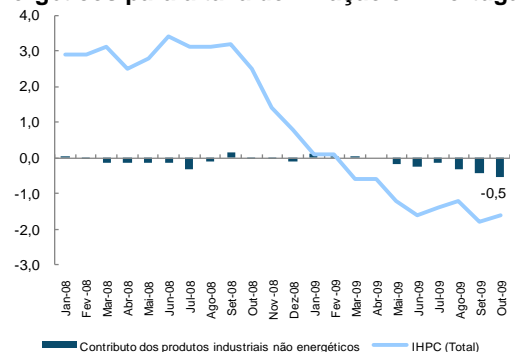
Fonte: Eurostat.

Figura 5. Contributo dos produtos industriais não energéticos para a taxa de inflação na área do euro



Fonte: Eurostat.

Figura 6. Contributo dos produtos industriais não energéticos para a taxa de inflação em Portugal



Fonte: Eurostat.

Evolução do saldo orçamental e da dívida pública na União Europeia

De acordo com a segunda notificação do Procedimento dos Défices Excessivos de 2009, os valores do défice orçamental e da dívida pública dos países pertencentes à União Europeia (UE) e à área do euro aumentaram significativamente em 2008 quando comparados com os valores de 2007. Contudo, a evolução recente do défice e da dívida tem de ser analisada no contexto da crise financeira e económica iniciada no 2.º semestre de 2008.

Em 2008, o défice orçamental em percentagem do PIB aumentou 1,5 p.p. para a UE e 1,4 p.p. para a área do euro. No que respeita à dívida pública, registaram-se subidas de 2,8 p.p. e 3,3 p.p. na UE e na área do euro, respectivamente (Quadro 1). Para 2009, as estimativas de Novembro da Comissão Europeia apontam para deteriorações mais acentuadas das posições orçamentais na UE.

Quadro 1: Evolução do saldo orçamental e da dívida pública

	Saldo Orçamental					Dívida Pública				
	2005	2006	2007	2008	por memória: PDE Mar09	2005	2006	2007	2008	por memória: PDE Mar09
União Europeia	-2,4	-1,4	-0,8	-2,3	-2,3	62,7	61,3	58,7	61,5	61,5
Área do euro	-2,5	-1,3	-0,6	-2,0	-1,9	70,1	68,3	66,0	69,3	69,3
Alemanha	-3,3	-1,6	0,2	0,0	-0,1	68,0	67,6	65,0	65,9	65,9
Áustria	-1,6	-1,6	-0,6	-0,4	-0,4	63,9	62,2	59,5	62,6	62,5
Bélgica	-2,7	0,3	-0,2	-1,2	-1,2	92,1	88,1	84,2	89,8	89,6
Bulgária	1,9	3,0	0,1	1,8	1,5	29,2	22,7	18,2	14,1	14,1
Chipre	-2,4	-1,2	3,4	0,9	0,9	69,1	64,6	58,3	48,4	49,1
Dinamarca	5,2	5,2	4,5	3,4	3,6	37,1	31,3	26,8	33,5	33,3
Eslováquia	-2,8	-3,5	-1,9	-2,3	-2,2	34,2	30,5	29,3	27,7	27,6
Eslovénia	-1,4	-1,3	0,0	-1,8	-0,9	15,8	12,4	12,6	13,6	22,8
Espanha	1,0	2,0	1,9	-4,1	-3,8	43,0	39,6	36,1	39,7	39,5
Estónia	1,6	2,3	2,6	-2,7	-3,0	4,6	4,5	3,8	4,6	4,8
Finlândia	2,8	4,0	5,2	4,5	4,2	41,8	39,3	35,2	34,1	33,4
França	-2,9	-2,3	-2,7	-3,4	-3,4	66,4	63,7	63,8	67,4	68,0
Grécia	-5,2	-2,9	-3,7	-7,7	-5,0	100,0	97,1	95,6	99,2	97,6
Hungria	-7,9	-9,3	-5,0	-3,8	-3,4	61,8	65,6	65,9	72,9	73,0
Irlanda	1,7	3,0	0,3	-7,2	-7,1	27,6	25,0	25,1	44,1	43,2
Itália	-4,3	-3,3	-1,5	-2,7	-2,7	105,8	406,5	103,5	105,8	105,8
Letónia	-0,4	-0,5	-0,3	-4,1	-4,0	12,4	10,7	9,0	19,5	19,5
Lituânia	-0,5	-0,4	-1,0	-3,2	-3,2	18,4	18,0	16,9	15,6	15,6
Luxemburgo	0,0	1,3	3,7	2,5	2,6	6,1	6,6	6,6	13,5	14,7
Malta	-2,9	-2,6	-2,2	-4,7	-4,7	70,2	63,6	62,0	63,8	64,1
Países Baixos	-0,3	0,5	0,2	0,7	-0,4	51,8	47,4	45,5	58,2	58,2
Polónia	-4,1	-3,6	-1,9	-3,6	-3,9	47,1	47,7	45,0	47,2	47,1
Portugal	-6,1	-3,9	-2,6	-2,7	-2,6	63,6	64,7	63,6	66,3	66,4
Reino Unido ^(a)	-3,1	-2,6	-2,7	-6,9	-5,5	41,8	42,6	43,3	55,5	52,0
República Checa	-3,6	-2,6	-0,7	-2,1	-1,5	29,7	29,4	29,0	30,0	29,8
Roménia	-1,2	-2,2	-2,5	-5,5	-5,4	15,8	12,4	12,6	13,6	13,6
Suécia	2,3	2,5	3,8	2,5	2,5	51,0	45,9	40,5	38,0	38,0

Fonte: Eurostat, *Euro-indicators*, 22 de Outubro de 2009.

Nota: ^(a) Dados referentes ano financeiro (1 de Abril a 31 de Março).

Esta evolução é quase generalizada, sendo que, em 2008, os únicos países que não registaram uma deterioração nas finanças públicas foram a Áustria, a Hungria e a Bulgária, com acréscimos no saldo orçamental de 0,2 p.p., 1,2 p.p. e 1,7 p.p., respectivamente. Apenas sete dos países que constituem a UE apresentaram excedentes orçamentais: Bulgária, Dinamarca, Chipre, Luxemburgo, Países Baixos, Finlândia e Suécia. Pelo contrário, isto é, em situação de défice orçamental, encontra-se a maioria dos Estados-Membros, onde Irlanda, Espanha, Estónia, Reino Unido e Grécia se encontram no grupo de países onde se registaram os maiores acréscimos. Portugal apresentou uma subida do défice orçamental de apenas 0.1 p.p. do PIB.

No que respeita à dívida pública, também se registaram acréscimos significativos quer devido ao aumento das necessidades de financiamento quer ao menor crescimento nominal do PIB. No final de 2008, os Estados-Membros que registaram rácios em percentagem do PIB mais elevados, acima do valor de referência foram: Itália, Grécia, Bélgica, Hungria, França, Portugal e Alemanha.

Note-se ainda que, comparando esta notificação do Procedimento de Défices Excessivos com a 1.^a notificação do ano (Março 2009), verifica-se uma revisão em baixa para os valores para os saldos orçamentais em relação ao PIB e em alta para os rácios da dívida pública na maior parte dos países da UE.

Ajustamento de passagem do défice à variação da dívida

O ajustamento *stock-flow* consiste na diferença entre a variação da dívida pública e o défice orçamental para um dado período, revelando-se um indicador estatístico eficiente para monitorizar a performance orçamental. Valores positivos nos ajustamentos representam aumentos da dívida superiores ao défice orçamental, enquanto valores negativos traduzem défices orçamentais mais elevados do que a variação da dívida pública. Estas diferenças podem ser explicadas pela aquisição líquida de activos financeiros por parte das Administrações Públicas, operações em créditos comerciais ou diferenças de valorização entre as operações que afectam o défice e/ou a dívida pública.

Quadro 2: Ajustamento défice – dívida
(% PIB)

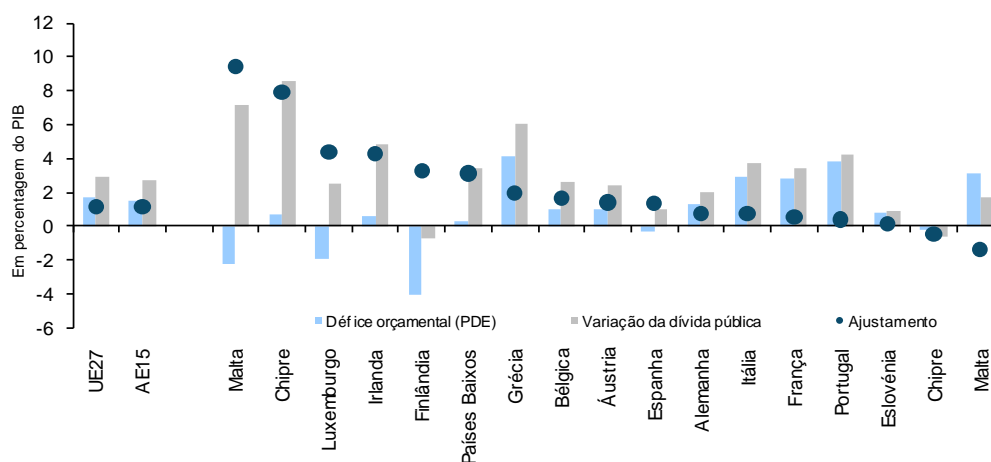
	2005	2006	2007	2008	Média
UE 27	0,5	0,3	0,5	3,3	1,1
AE	0,6	0,2	0,5	3,2	1,1
Portugal	1,1	-0,2	-0,6	1,3	0,4

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, Outubro 2009.

No período entre 2005 e 2008, o ajustamento médio, para a UE situou-se em cerca de 1% do PIB, enquanto em Portugal o valor médio foi de 0,4% do PIB, traduzindo a consistência entre os dois indicadores orçamentais nestes anos (Quadro 2 e Gráfico 1). O valor mais alto, registado de 2008, 1,3% do PIB reflecte, essencialmente, a emissão de dívida pública para financiamento da regularização de dívidas comerciais, de operações de aumento de capital em empresas públicas e de empréstimos concedidos pelas Administrações Públicas.

Malta e Chipre registam os valores médios mais altos, e Estados-membros como a Finlândia e o Luxemburgo reflectem valores elevados, devido às operações de aquisição de activos financeiros, financiadas, em parte, pelos excedentes orçamentais verificados até 2008.

Gráfico 1: Déficit orçamental, variação da dívida pública e ajustamento
Valores médios 2005-2008



Fonte: Eurostat.

Decompondo a passagem do déficit para a variação da dívida em Portugal para o período 2005 a 2008, é possível verificar, nos dois primeiros anos, a venda líquida de acções e outras participações, reflectindo o impacto das receitas de privatizações afectas à amortização da dívida pública, enquanto em 2007 se assistiu à conversão de empréstimos sobre Cahora Bassa em participação no capital, e, em 2008, a já referida aquisição líquida de activos financeiros (Quadro 3). As operações em depósitos também registam alguma volatilidade, uma vez que no final de cada ano se podem verificar diferentes situações de liquidez (por exemplo, o produto da colocação de dívida pode ainda ter uma contrapartida em depósitos a 31 de Dezembro).

Quadro 3: Ajustamento déficit – dívida em Portugal
(% PIB)

	2005	2006	2007	2008
Ajustamentos <i>Stock-Flow</i>	1,1	-0,2	-0,6	1,3
Aquisição líquida de activos financeiros	0,4	-0,3	-0,4	0,6
Moeda e depósitos	0,6	0,6	-0,3	-0,3
Títulos excluindo acções	0,3	0,3	0,0	-0,6
Empréstimos	0,2	0,0	-1,3	0,5
Acções e outras participações	-0,4	-1,1	0,9	1,0
Outros activos financeiros	-0,4	-0,1	0,2	0,0
Outros ajustamentos	0,7	0,1	-0,2	0,7

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, Outubro 2009.

Relatório de Sustentabilidade de 2009

O relatório de sustentabilidade de 2009 divulgado pela Comissão Europeia, *Sustainability Report 2009*¹, avalia a sustentabilidade das finanças públicas na União Europeia (UE), actualizando a análise efectuada em 2006 e tomando em consideração o recente contexto de crise financeira e económica global.

Os custos orçamentais inerentes às mais recentes projecções demográficas, aliados aos efeitos da crise económica, tornam a manutenção da sustentabilidade orçamental um desafio premente para o conjunto dos Estados Membros da UE. O envelhecimento da população coloca pressões nas finanças de um país, primeiramente através dos seus efeitos no mercado de trabalho e, por conseguinte, no crescimento económico e, por outro lado, na despesa associada ao envelhecimento da população. As projecções mais recentes indicam que, na ausência de esforços ambiciosos para implementar reformas estruturais e consolidar as contas públicas, existirão, nas próximas décadas, aumentos significativos não só na despesa pública directamente relacionada com o envelhecimento da população (em particular, pensões, saúde e cuidados continuados) mas também na despesa com juros.

A análise apresentada pretende avaliar a robustez da posição orçamental actual dos Estados-Membros tendo em consideração a evolução projectada para as despesas associadas ao envelhecimento da população. Para tal, são utilizadas as estimativas do impacto orçamental da evolução demográfica apresentada no *2009 Ageing Report*² e o exercício é elaborado com base no pressuposto de *no-policy change*, onde se assume a manutenção da carga fiscal e da despesa não relacionada com o envelhecimento actuais.

A avaliação geral dos riscos a que os Estados-Membros estão sujeitos em termos de sustentabilidade de longo prazo é baseada em indicadores específicos e em informação adicional (qualitativa e quantitativa). Os indicadores de sustentabilidade utilizados pela Comissão Europeia (CE) medem o ajustamento permanente do saldo orçamental primário necessário para garantir que a dívida pública se situe no valor máximo de 60% do PIB (em 2060, no caso do indicador S1) ou para que a restrição orçamental intertemporal das Administrações Públicas seja satisfeita (no caso do indicador S2), isto é, o valor actualizado dos excedentes do saldo primário futuros deve ser igual ao valor da dívida pública actual.

Os países foram agrupados em três categorias de risco, com base nos indicadores de sustentabilidade, bem como outros factores como a dívida pública e os activos, pensões médias e carga fiscal. Da totalidade de países que constituem a UE, apenas cinco países são classificados como tendo um risco baixo, nove como tendo risco médio e treze como estando expostos a riscos de longo prazo elevados.

No primeiro grupo, com um risco baixo, encontram-se a Bulgária, a Dinamarca, a Estónia, a Finlândia e a Suécia cujas posições orçamentais são consideradas sólidas e levaram a cabo recentemente reformas estruturais nos seus sistemas de pensões. Apesar da deterioração dos saldos orçamentais e de um aumento substancial nos rácios da dívida pública destes países, as suas posições orçamentais estruturais permanecem sólidas e, portanto com um risco de longo prazo baixo.

A Bélgica, a Alemanha, a França, a Itália, o Luxemburgo, a Áustria, a Polónia e Portugal, constituem o segundo grupo de países, classificados com um risco de longo prazo médio. Este grupo de países tem a particularidade de possuírem características muito distintas, no que respeita à sua posição orçamental inicial e nível de despesa com o envelhecimento. No caso de Portugal, as recentes reformas

¹ http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication15998_en.pdf

² A este propósito, ver “O efeito orçamental do envelhecimento da população em Portugal no contexto da União Europeia”, Boletim Mensal da Economia Portuguesa, Setembro 2009, GEE-MEI e GPEARI-MFAP (<http://www.gpearl.min-financas.pt/analise-economica/publicacoes/boletim-mensal-de-economia-portuguesa>)

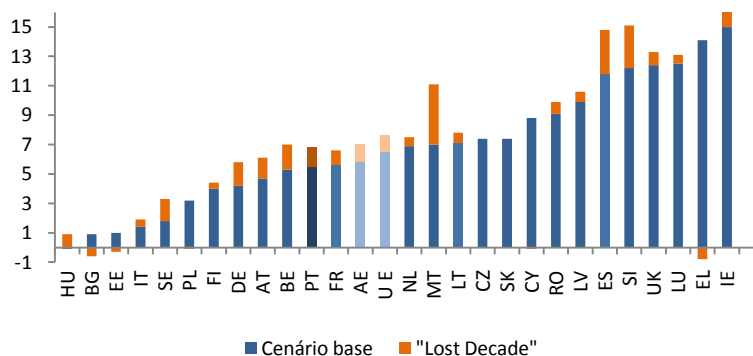
implementadas na área da segurança social contribuíram de forma significativa para melhorar a sustentabilidade de longo prazo; porém, a posição orçamental estrutural permanece ainda em desequilíbrio.

Por último, encontram-se os países com uma elevada exposição ao risco de longo prazo — República Checa, Chipre, Irlanda, Grécia, Espanha, Letónia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Roménia, Eslovénia, Eslováquia e Reino Unido — com hiatos de sustentabilidade acima de 6% do PIB, sendo o dobro no caso da Irlanda, Grécia, Espanha, Eslovénia e Reino Unido. Os hiatos de sustentabilidade da maioria destes países são o resultado de um grande aumento das projecções da despesa relacionada com o envelhecimento, juntamente com desequilíbrios orçamentais iniciais significativos, e por isso mais expostos a um risco de longo prazo elevado. De modo a ultrapassar esta situação de desequilíbrio, os programas de consolidação orçamental terão de ser mais ambiciosos, nomeadamente na área da protecção social, de forma a o a reduzir o défice e a dívida nos próximos anos.

Esta avaliação decorre principalmente do valor dos indicadores no cenário base, o qual tomou como pontos de partida: i) para os custos associados ao envelhecimento, as previsões da Primavera de 2008 da Comissão Europeia e ii) para a situação orçamental de 2009, a estimada no exercício de Primavera de 2009 da Comissão Europeia. Dada a incerteza sobre os efeitos da crise no crescimento potencial e nas projecções para as despesas públicas associadas ao envelhecimento da população, foram elaborados alguns cenários alternativos. O cenário designado como “lost decade” é o mais pessimista das análises de sensibilidade consideradas, admitindo que a trajectória de crescimento do produto será retomada num período de 10 anos, mas sem qualquer recuperação em termos do seu nível.

Ainda assim, mesmo neste cenário, a situação relativa dos países não é fortemente alterada, estando Portugal próximo da média europeia em qualquer dos cenários (Gráfico 1).

Gráfico 1. Indicador S2 — cenários alternativos
(% PIB)



Fonte: *Sustainability Report 2009*.

Enquanto a recuperação não se afirmar sustentável e as medidas discricionárias promovidas pelos Governos da UE não forem retiradas, o impacto provocado pela crise nas finanças públicas não pode ser correctamente determinado. No entanto, é salientada a necessidade de se definirem desde já estratégias de saída em todos os países, de modo a que sejam implementadas logo que possível, de forma a assegurar a sustentabilidade das finanças públicas. A Comissão destaca ainda a necessidade de se aumentar a qualidade das finanças públicas, de modo a poder afectar mais recursos para as áreas da educação e investigação e prosseguir novas reformas nos sistemas de protecção social, nomeadamente nos sistemas de saúde. Ainda neste contexto, é fundamental corrigir os desequilíbrios orçamentais, através da diminuição do défice e dívida pública, adoptando estratégias e políticas que visem o crescimento do produto potencial e a credibilidade do ajustamento orçamental.

Caso de Portugal

A análise de sustentabilidade para Portugal, com base na situação orçamental de 2009, revela um hiato de sustentabilidade (S2) de 5,5% do PIB, inferior ao da média da UE (6,5% do PIB). O ajustamento necessário poderá ser realizado através do aumento das receitas e/ou diminuição das despesas, em particular através de novas reformas no sistema de protecção social, de forma a desacelerar o crescimento da despesa relacionada com o envelhecimento.

As recentes reformas, nomeadamente a reforma prosseguida nos sistemas de pensões são evidenciadas como cruciais para a melhoria registada em ambos os indicadores entre 2006 e 2009 (o S1 passou de 7.9 para 4.7 e o S2 de 10.5 para 5.5, nos cenários base). Os novos valores permitiram que Portugal deixasse de pertencer ao grupo dos países com finanças públicas mais vulneráveis ao envelhecimento populacional, sendo incluído no grupo de risco médio. A extensão do período de projecção de 2050, no relatório de 2006, para 2060 aumenta o hiato de sustentabilidade em apenas 0,1p.p.

O indicador de sustentabilidade S1 pode ser decomposto na posição orçamental inicial (IBP), no ajustamento necessário para estabilizar o rácio da dívida (DR), e no ajustamento necessário dado o custo de longo prazo do envelhecimento da população (LTC). No caso de Portugal, a componente IBP está acima da média da UE, a componente DR é positiva, situando-se também acima da média da UE, enquanto o contributo do LTC se encontra abaixo da média europeia, permitindo que os hiatos de sustentabilidade sejam ligeiramente melhores do que os da média dos países europeus (Quadro 1). O custo de longo prazo do envelhecimento reflecte principalmente o aumento projectado para a despesa em pensões e em saúde (1,5p.p. e 1,8p.p. do PIB entre 2010 e 2060, respectivamente), sendo particularmente relevante desenvolver medidas adicionais no sector da saúde.

Quadro 1. Decomposição dos indicadores de sustentabilidade S1 e S2

	S1				S2		
	IBP	DR	LTC	Total	IBP	LTC	Total
Portugal	3,2	0,3	1,0	4,7	3,7	1,9	5,5
União Europeia	3,1	0,2	2,0	5,4	3,3	3,2	6,5
Área do Euro	2,1	0,3	2,4	4,8	2,3	3,5	5,8

Fonte: *Sustainability Report 2009*.

Notas: IBP – *initial budgetary position*; DR – *adjustment to reach the debt requirement* e LTC – *long term change in age-related costs*.

No que respeita à dívida pública, estima-se que aumente de 75,4% em 2009 para 84% do PIB em 2010. A dívida pública portuguesa situa-se acima da média europeia e do critério estabelecido no Tratado de Maastricht o que, juntamente com os défices primários estruturais, poderá contribuir negativamente para a sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas.

Adicionalmente aos dados apresentados, é referido, no que respeita às pensões, que o risco da política actual não se continuar a aplicar no futuro, dadas as projecções apontarem para uma diminuição do rácio de benefício, o que poderá colocar pressões adicionais na sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas.

Artigos

Em Análise

Ease of Doing Business 2010: Facilidade de fazer negócios em Portugal

Merícia Gouveia¹

Este texto tem como objecto de análise os resultados apurados para Portugal no relatório *Doing Business 2010*, recentemente divulgado pelo Banco Mundial. Começa por enquadrar Portugal nos *rankings* trabalhados no relatório em termos evolutivos e de comparações internacionais. Em seguida, a análise incide nas áreas do *Doing Business 2010* nas quais Portugal realizou reformas e registou maiores oscilações nos *rankings*.

O relatório *Doing Business* visa proporcionar uma base objectiva para uma maior compreensão e melhoria do ambiente regulamentar aplicado aos negócios nos países em análise. Este relatório incorpora o índice “Facilidade de Fazer Negócios” (*Ease of Doing Business*), apresentado como um *ranking* que compara 183 economias, mais duas que na edição anterior e cujos indicadores reportam a Junho de 2009². Ainda que a informação recolhida incida no período de Julho de 2008 a Junho de 2009, o título refere-se a 2010, uma vez que pretende reflectir o ambiente de negócios que um empreendedor pode esperar encontrar nesse ano num determinado país. Incide em 10 áreas de negócios que podem ser afectadas pelas regulamentações em vigor. Registe-se ainda que, apesar da alargada utilização deste índice, a consistência estatística da sua estrutura apresenta algumas limitações³. (ver Anexo, onde é apresentado maior detalhe sobre o conteúdo do índice e a metodologia aplicada).

1. Portugal no ranking do *Ease of Doing Business 2010*

Como base comparativa da análise que segue foram seleccionados 37 países da OCDE e da UE27⁴. No *ranking* global do índice “Facilidade de Fazer Negócios” 2010 (Quadro 1), as primeiras posições cabem a países anglo-saxónicos e a países nórdicos, que de um modo geral mantêm posicionamentos idênticos ou muito próximos aos recalculados para o ano anterior⁵. Destacam-se a Nova Zelândia, os EUA e o Reino Unido, que passou a ser o primeiro classificado da UE, por troca com a Dinamarca. Portugal mantém a 48ª posição (18ª na UE), mas distancia-se da Espanha que desce 11 lugares e posiciona-se agora na 62ª posição, assim como da Itália (78ª) e da Grécia (109ª).

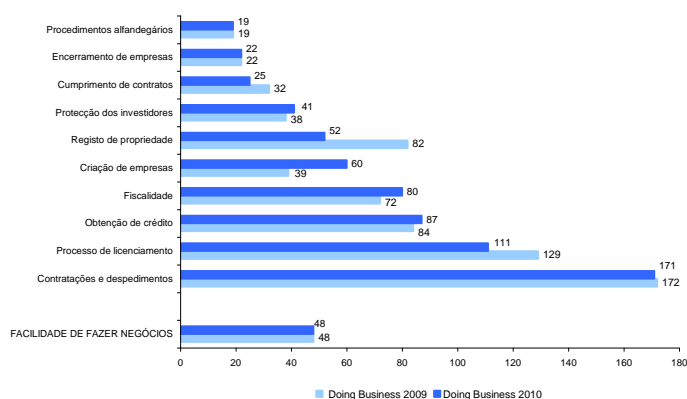
¹ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação (Direcção de Serviços de Análise Económica e Previsão). As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade da autora.

² Excepto para os dados da área Fiscalidade que se referem a Janeiro - Dezembro de 2008.

³ Ver, a este propósito, “Avaliação da Fiabilidade Estatística do *Ease of Doing Business*”, BMEP, Maio de 2009.

⁴ Não inclui Malta, por não constar do grupo de 183 países analisados no relatório.

⁵ Valores recalculados para o *ranking* 2009 de modo a reflectir as alterações na metodologia e a inclusão de dois novos países.

Figura 1. Evolução de Portugal nos rankings *Doing Business* 2009 e 2010

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2010
 Nota: Valores recalculados para o ranking 2009

Considerando as dez áreas de negócios (Figura 1), os posicionamentos de Portugal no *Doing Business* 2010 variam entre o 19º lugar nos procedimentos alfandegários e o 171º nas contratações e despedimentos. Face ao *ranking* 2009, as subidas mais significativas verificaram-se no registo de propriedade (30 posições), no licenciamento (18 posições) e em matéria de contratos comerciais (7 posições) enquanto que as maiores descidas se deram na criação de empresas (21 posições) e na fiscalidade (8 posições). O comportamento da área contratações e despedimentos permanece praticamente inalterado (sobe 1 posição).

Portugal é mencionado no relatório como tendo efectuado reformas facilitadoras da realização de negócios (*top reformer*⁶) em quatro áreas: processo de licenciamento, procedimentos alfandegários, cumprimento de contratos comerciais e registo de propriedade, com esta última área a integrar o *top 10* dos países que introduziram mais reformas. À excepção dos procedimentos alfandegários, estas reformas tiveram reflexos evidentes na melhoria de posição de Portugal nos *rankings* das respectivas áreas. De entre os países da OCDE e da UE, Portugal é 1º, *ex aequo* com a Polónia, no número de reformas facilitadoras dos negócios introduzidas entre Junho de 2008 e Junho de 2009. Em contrapartida, o *Ease of Doing Business* foi menos positivo em relação à área das contratações e despedimentos.

⁶ Economias que implementaram 3 ou mais reformas em 2008/2009, tornando mais fácil fazer negócios. No *Doing Business* 2010 foram apuradas 38 economias *top reformers*.

Quadro 1. Rankings do Índice Agregado “Facilidade de Fazer Negócios” (Ease of Doing Business) 2010 e respectivas áreas

Número de ordem em 183 países

Economia	Facilidade em Fazer Negócios		Criação de empresas	Processo de licenciamento	Contratações e despedimentos	Registo de propriedade	Obtenção de crédito	Protecção dos investidores	Fiscalidade	Procedimentos alfandegários	Cumprimento de contratos	Encerramento de empresas
	2009 (*)	2010										
Nova Zelândia	2	2	1	5	15	3	4	1	9	26	10	17
EUA	4	4	8	25	1	12	4	5	61	18	8	15
Reino Unido	6	5	16	16	35	23	2	10	16	16	23	9
Dinamarca	5	6	28	10	9	47	15	27	13	6	28	7
Irlanda	7	7	9	30	27	79	15	5	6	21	37	6
Canadá	8	8	2	29	17	35	30	5	28	38	58	4
Austrália	9	9	3	62	1	34	4	57	47	27	16	14
Noruega	10	10	35	65	114	8	43	20	17	9	4	3
Islândia	11	14	33	31	56	13	30	73	31	73	2	16
Japão	13	15	91	45	40	54	15	16	123	17	20	1
Finlândia	14	16	30	47	132	27	30	57	71	4	8	5
Suécia	17	18	43	19	117	20	71	57	42	7	51	18
Coreia do Sul	23	19	53	23	150	71	15	73	49	8	5	12
Suiça	19	21	71	35	16	15	15	165	21	39	29	38
Bélgica	20	22	31	46	48	167	43	16	73	43	21	8
Estónia	22	24	37	20	161	13	43	57	38	3	49	61
Alemanha	27	25	84	18	158	57	15	93	71	14	7	35
Lituânia	25	26	99	64	119	4	43	93	51	28	17	36
Letónia	29	27	51	78	128	58	4	57	45	22	15	88
Áustria	26	28	122	54	60	39	15	132	102	24	11	20
Holanda	28	30	70	104	123	29	43	109	33	13	30	10
França	31	31	22	17	155	159	43	73	59	25	6	42
Chipre	36	40	25	77	93	64	71	93	37	15	107	21
Eslováquia	35	42	66	56	81	11	15	109	120	113	61	39
Bulgária	42	44	50	119	53	56	4	41	95	106	87	78
Hungria	41	47	39	88	77	61	30	119	122	70	14	58
Portugal	48	48	60	111	171	52	87	41	80	19	25	22
México	55	51	90	37	136	99	61	41	106	74	81	24
Eslovénia	57	53	26	59	162	108	87	20	84	84	60	40
Roménia	45	55	42	91	113	92	15	41	149	46	55	91
Espanha	51	62	146	53	157	48	43	93	78	59	52	19
Luxemburgo	53	64	72	43	170	131	113	119	15	31	1	50
Polónia	72	72	117	164	76	88	15	41	151	42	75	85
Turquia	63	73	56	133	145	36	71	57	75	67	27	121
República Checa	66	74	113	76	25	62	43	93	121	53	82	116
Itália	74	78	75	85	99	98	87	57	135	50	156	29
Grecia	100	109	140	50	147	107	87	154	76	80	89	43

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2010

Nota: (*) - Valores recalculados para o ranking 2009 de modo a reflectir as alterações na metodologia e a inclusão de dois novos países

O Quadro 1A (em Anexo) identifica todos os indicadores que constituem as dez áreas de negócios para Portugal, Espanha, Reino Unido (país da UE melhor classificado) e média da OCDE, permitindo a comparação dos respectivos resultados e um melhor entendimento do conteúdo dos indicadores.

2. Apreciação de alguns resultados de Portugal

Em matéria de criação de um ambiente de negócios favorável às empresas e à competitividade, Portugal tem vindo a implementar um conjunto de iniciativas e medidas de política que visam contribuir para melhorar as interações entre as empresas e o Estado. Com efeito, os três últimos relatórios do *Doing Business* assinalaram Portugal como *top reformer* com incidência em oito das dez áreas de negócios, ficando excluídas as matérias ligadas ao crédito e ao emprego. Muitas destas medidas contribuem para o cumprimento do objectivo de “até 2012 reduzir em 25% os encargos administrativos impostos por normas legais e regulamentares de origem nacional”, integrado desde 2008 nos Programas “Legislar Melhor” e de “Simplificação Administrativa e Legislativa – Simplex”.

No Quadro 2 constam as áreas e respectivos indicadores para Portugal que apresentaram movimentos mais significativos nos rankings do *Doing Business* 2010 e/ou foram referidas como tendo implementado reformas em 2008/2009.

Quadro 2. Portugal - Áreas e evolução dos indicadores do *Doing Business* 2010

Áreas	Indicadores	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Registo de propriedade	Procedimentos (nº)		5	5	5	5	5	5
	Dias (nº)	n.d.	83	83	81	42	42	12
	Custos em % do valor da propriedade		7,4	7,5	7,4	7,4	7,4	7,4
Processo de licenciamento	Procedimentos (nº)			20	20	20	21	19
	Dias (nº)		n.d.	327	327	327	328	287
	Custos em % do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i>			61,8	60,3	54,0	53,5	52,9
Cumprimento contratos comerciais	Procedimentos (nº)	36	36	36	35	35	34	31
	Dias (nº)	577	577	577	577	577	577	547
	Custos em % do valor da dívida	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	13
Contratações e despedimentos	Índice de rigidez de emprego (1) (Corresponde à média dos três índices):					43	43	43
	- Índice de dificuldade de contratação					33	33	33
	- Índice de rigidez de horas					47	47	47
	- Índice de dificuldade de redundância					50	50	50
	Custos de redundância (semanas de ordenados)					95	95	97
Fiscalidade	Pagamentos (nº por ano)			8	8	8	8	8
	Horas (nº por ano)			328	328	328	328	328
	Imposto sobre o lucro (%)			n.d.				14,3
	Imposto laboral e contribuições (%)			n.d.				26,8
	Outros impostos (%)			n.d.				1,9
	Taxa total de imposto (% lucro)			45,2	45,2	44,8	43,6	42,9
Criação de empresas	Procedimentos (nº)	11	11	11	8	7	6	6
	Dias (nº)	78	78	54	8	7	6	6
	Custos em % do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i>	12	13,5	13,4	7,9	7	7	6,4
	Capital mínimo de registo em % do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i>	40,4	39,5	39,4	38,7	34,7	34,3	33,5

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2004 a 2010

Notas: Dados reportados ao período de Julho a Junho de cada ano, com excepção da área fiscalidade (Jan.-Dez.); (1) - Varia de 0 a 100, com os valores mais altos a representar maior rigidez de regulamentações; n.d. - não disponível.

Na área de **registo de propriedade**, na qual Portugal subiu 30 posições, é de assinalar a redução significativa de 42 para 12 dias para a efectivação do registo de uma propriedade em 2009 face a 2008, seguindo um decréscimo acentuado, também para metade, já ocorrido em 2007 relativamente a 2006. No *Doing Business* 2010 Portugal integra o *Top 10* dos países que mais reformas implementaram nesta matéria. De facto, a concretização da medida “Registo Predial On-line” do Simplex’08, resultou na possibilidade de todos os actos de registo predial poderem ser promovidos através da Internet, encurtando os prazos respectivos. Com esta evolução positiva, Portugal distancia-se da média dos países da OCDE, que se situa nos 25 dias (Quadro 1A).

No processo de **licenciamento** de construção de um armazém⁷, o número de procedimentos e de dias diminuiu em 2009, face aos resultados dos anos anteriores. Entre 2005 e 2009, revela-se uma descida gradual e continuada nos custos, colocando Portugal em melhor situação que a média dos países da OCDE, assim como da Espanha e do Reino Unido (Quadro 1A). Portugal subiu 18 posições nesta área e foi mencionado positivamente como país reformador. Em matéria de licenciamento num quadro mais alargado, o governo português aprovou, em Outubro de 2008, o novo Regime de Exercício da Actividade Industrial (REAI) que veio reduzir prazos de decisão e simplificar procedimentos entre a administração pública e as empresas. De acordo com o Balanço dos 4 anos do Simplex, o tempo médio para obter uma decisão sobre o processo de licenciamento industrial passou a ser de 30 dias.

Em 2009, na área que observa a eficiência do sistema judicial na resolução de disputas decorrentes do cumprimento de **contratos comerciais**, Portugal melhorou nos três indicadores que a constituem, subindo 7 posições e anulando o comportamento estático dos anos anteriores. Contudo, em comparação com a média da OCDE, Portugal continua a registar um tempo médio maior no tratamento dos processos judiciais (547 contra 426 dias), praticando custos mais baixos. Refira-se, contudo, que no âmbito do Projecto CITIUS do Ministério da Justiça, funciona desde Janeiro de 2009 um processo electrónico nos tribunais cíveis que permitiu uma maior transparência no sistema judicial e a resolução mais rápida dos

⁷ Caso específico estudado nesta área do *Doing Business*

processos, eliminando tarefas redundantes e burocráticas e reduzindo custos com a justiça. De acordo com o Ministério da Justiça, o novo mecanismo aplica-se a cerca de 74% dos processos que correm nos tribunais de primeira instância.

Em termos de **contratações e despedimentos** os indicadores de Portugal mantêm-se constantes entre 2007 e 2009⁸. O índice de rigidez nas regulamentações de emprego (43) em Portugal permanece superior ao da média da OCDE (26,4), e ligeiramente abaixo de Espanha. O relatório *Doing Business* 2010 refere que o indicador dos custos associados ao despedimento de um trabalhador redundante é mais alto em Portugal (97 semanas de ordenado) do que em qualquer país da OCDE e UE. Mas o relatório parece não reflectir as alterações ao Código do Trabalho⁹ no sentido da simplificação dos procedimentos necessários à realização de um despedimento, nomeadamente a redução do prazo, de 1 ano para 60 dias, em que o trabalhador ilicitamente despedido pode interpor uma acção de contestação em tribunal e a não obrigatoriedade de reintegração do trabalhador quando o despedimento não é confirmado em tribunal. Adicionalmente, a avaliação do relatório *Doing Business* parece ignorar que a reforma da legislação laboral aumentou a flexibilidade horária e introduziu dois novos tipos de contrato direccionados para as actividades sazonais, o "intermitente" (apenas durante uma parte do ano) e o de muito curta duração (relação de emprego com a duração máxima de uma semana).

Na área da **fiscalidade**, Portugal está em pior posição relativa do que no *ranking* anterior (desceu 8 posições), encontra-se muito próximo da Espanha (menos 2 lugares) e muito distanciado do Reino Unido. Dos indicadores fiscais, o que mede o número de horas dispendidas por ano, em Portugal, no pagamento de impostos é o que mais se afasta da média da OCDE (cerca de 130 horas). Dos impostos considerados neste indicador, o das contribuições da Segurança Social surge com o maior número de horas dispendidas (192) no preenchimento (ainda que possa ser feito on-line) e pagamento da contribuição respectiva. Do Simplex'08 já constavam algumas medidas para facilitar e simplificar os processos de pagamentos à Segurança Social, sendo estas reforçadas no Simplex'09 com a disponibilização de novos meios de pagamentos multi-canal¹⁰.

Em matéria de **criação de empresas**, os desempenhos evolutivos de Portugal ao longo dos últimos anos nos *rankings* do *Doing Business* têm sido muito significativos, espelhando as medidas implementadas em termos de simplificação administrativa e legislativa como é o caso da "Empresa na Hora" e da "Empresa on-line". No âmbito da iniciativa "Empresa na Hora", segundo o Ministério das Finanças, desde 2006 até ao final de Setembro de 2009, foram constituídas mais de 79 mil empresas, com um tempo médio geral de 43 minutos. De acordo com o Balanço de 4 anos do Simplex, em Julho de 2009, 84% das empresas constituídas foram empresas na hora e on-line. Segundo o "Manual de Redução de Custos" do Ministério da Justiça, constituir uma empresa no balcão único "Empresa na Hora" permite poupar mais de 28% em taxas, em comparação com o método tradicional, enquanto que na constituição de uma "Empresa on-line" a poupança em taxas é de mais de 64%. Igualmente de acordo com a mesma fonte, as empresas podem poupar 50% nos registos comerciais, quando efectuados através da Internet, em relação ao valor cobrado em qualquer conservatória.

Apesar deste avanço em matéria de criação de empresas, Portugal piorou a sua posição relativa no *Doing Business* 2010 face ao *ranking* anterior (desceu 21 posições). Esta evolução poderá estar ligada, por um lado, à implementação por alguns países de medidas simplificadoras similares às aplicadas em Portugal, e por outro, ao facto dos indicadores dos custos continuarem a apresentar um nível mais elevado face à média da OCDE.

Em conclusão, as principais ideias chave a reter sintetizam-se como segue:

⁸ Únicos anos com dados disponíveis na sequência de alteração da metodologia introduzida no *Doing Business* 2010.

⁹ Aprovada a revisão do Código do Trabalho pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

¹⁰ CTT, *Pay shop*, APB.

- Em praticamente todas as matérias usualmente tratadas no relatório *Doing Business*, Portugal tem vindo a implementar, desde 2005, medidas de cariz legislativo facilitadoras dos negócios, que se centraram na simplificação/redução de procedimentos e tempo dos processos, assim como na eliminação de burocracia desnecessária e na redução de custos e encargos administrativos para as empresas.
- No *Doing Business* 2010, Portugal foi alvo de menção positiva na promoção de medidas que favorecem os negócios em matérias de registo de propriedade, processo de licenciamento e cumprimento de contratos comerciais. Coincidentemente, foram estas três áreas que registaram progressos mais visíveis no *ranking* do *Doing Business* 2010. Contudo, na área ligada às questões do trabalho Portugal mantém uma posição desfavorável no contexto dos países da OCDE e da UE.
- Apesar das medidas legislativas que têm sido implementadas nas áreas da fiscalidade e da criação de empresas, Portugal desceu nos *rankings* respectivos do *Doing Business* 2010. O tempo dispendido no pagamento de impostos continua a ser penalizador para Portugal e os custos de constituição de empresas, apesar da diminuição registada, mantêm-se a um nível mais elevado do que a média dos praticados na OCDE.

Anexo

Síntese metodológica

Cada uma das áreas do Índice *Ease of Doing Business*, identificadas no Quadro seguinte, é composta por indicadores que recaem sobre questões ligadas à regulamentação de negócios e à protecção dos direitos de propriedade. Estes indicadores são baseados em informação factual relativa às leis e regulamentos em vigor e estão especialmente focados nas pequenas e médias empresas nacionais. Pretendem, no seu conjunto, reflectir 10 fases de vida de uma empresa.

Conteúdo das áreas do indicador agregado “Facilidade de Fazer Negócios” 2010

Áreas	Conteúdo
Criação de empresas	Procedimentos, tempo e custos associados ao início legal de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada.
Processo de licenciamento	Todos os procedimentos, tempo e custos requeridos na construção de um armazém normalizado.
Contratações e despedimentos	Flexibilidade das regulamentações de contratação e despedimento de trabalhadores redundantes assim como os custos de contratação e de despedimento.
Registo de propriedade	Etapas, tempo e custos envolvidos no registo de propriedades.
Obtenção de crédito	Direitos do credor e registos de informação de crédito na expansão do acesso ao crédito.
Protecção dos investidores	Nível de protecção dos accionistas minoritários em face da má utilização dos activos da empresa.
Fiscalidade	Impostos que uma empresa de dimensão média deve pagar ou reter num dado ano e peso administrativo no pagamento de impostos.
Procedimentos alfandegários	Custos e procedimentos envolvidos na importação e exportação de uma expedição <i>standard</i> de bens.
Cumprimento de contratos comerciais	Eficiência do sistema judicial na resolução de uma disputa comercial, custos e número de procedimentos envolvidos.
Encerramento de empresas / falências	Tempo, custos e resultados dos procedimentos de falência de empresas.

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2010

Os resultados são baseados em respostas a questionários quantitativos e qualitativos dadas por mais de 8 000 parceiros locais nos diversos países. No caso de Portugal, incluem-se gabinetes de advogados, empresas de consultoria, associações empresariais, Ministério da Justiça, AMA e Direcção-Geral de Registos e Notariado.

O cálculo do índice agregado passa por duas fases de tratamento dos dados relativos às 10 áreas a aos 183 países. A primeira corresponde ao cálculo da média simples dos *rankings* em percentil das áreas para cada país em análise, e a segunda trata da ordenação de todas as economias tendo por base os resultados da primeira fase.

O relatório defende que a metodologia do índice agregado “Facilidade de Fazer Negócios” resulta adequada dada a sua simplicidade, mas admite também que ainda apresenta deficiências na cobertura de algumas áreas importantes. As alterações de metodologia introduzidas no *Doing Business* 2010 centraram-se na área contratações e despedimentos e visaram um melhor alinhamento com as convenções relevantes no âmbito da Organização Mundial do Trabalho.

Contudo, o relatório refere, ainda, como limitação o facto de o índice não abarcar áreas importantes para os negócios, como a proximidade do país a grandes mercados, a qualidade dos serviços infraestruturais, a segurança da propriedade em termos de roubo/saque, entre outros.

Como nesta edição do relatório a metodologia de cálculo sofreu algumas alterações e foram adicionados 2 novos países, o *ranking* de 2009 foi recalculado de modo a permitir comparações evolutivas entre as 183 economias analisadas.

Quadro de indicadores

Quadro 1ª. Áreas e indicadores do agregado “Facilidade de Fazer Negócios” 2010

Áreas	Indicadores	Portugal		Espanha		Reino Unido		OCDE
		Valor	Nº de ordem (em 183 países)	Valor	Nº de ordem (em 183 países)	Valor	Nº de ordem (em 183 países)	
Indicador Agregado “Facilidade de Fazer Negócios”		48 (48)		62 (51)		5 (6)		
Criação de empresas	Número de procedimentos	6		10		6		5,7
	Número de dias	6	60	47	146	13	16	13,0
	Custos (% do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i>)	6,4	(39)	15,0	(139)	0,7	(9)	4,7
	Capital mínimo a depositar para obtenção do registo (% do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i>)	33,5		12,8		0,0		15,5
Processo de licenciamento	Número de procedimentos	19		11		11		15,1
	Número de dias	287	(129)	233	(50)	95	(61)	157,0
	Custos (% do rendimento <i>per capita</i>)	52,9		60,9		60,1		56,1
Contratações e despedimentos	Índice de rigidez de emprego. Varia entre 0 e 100, com os valores mais altos a representar maior rigidez de regulamentações. Corresponde a uma média dos três índices:	43		49		10		26,4
	- Índice de dificuldade de contratação	33	171	78	157	11	35	26,5
	- Índice de rigidez de horas	47	(172)	40	(154)	20	(34)	30,1
	- Índice de dificuldade de redundância	50		30		0		22,6
	Custos de redundância (semanas de ordenados)	97		56		22		26,6
Registo de propriedade	Número de procedimentos	5		4		2		4,7
	Número de dias	12	52	18	48	8	23	25,0
	Custos (% do valor da propriedade)	7,4	(82)	7,2	(46)	4,1	(22)	4,6
Obtenção de crédito	Índice de direitos legais (Varia de 0 a 10, com os valores mais altos a indicar leis mais adequadas para expandir o acesso ao crédito)	3		6		9		6,8
	Índice de informação de crédito (Varia entre 0 e 6, com os valores mais altos a indicar maior disponibilidade de informação sobre crédito)	5	87	5	43	6	2	4,9
	- Cobertura de crédito por registos públicos (% da população adulta)	81,3		45,3		0,0		8,8
	- Cobertura de crédito por agências privadas (% da população adulta)	16,4		7,6		100,0		59,6
Protecção dos investidores	Índice de protecção dos investidores (Varia entre 0 e 10, com os valores mais altos a representar condições mais favoráveis). Inclui três dimensões:	6		5		8,0		5,8
	- Índice de divulgação da informação (transparência das transacções)	6	41	6	93	10	10	5,9
	- Índice de responsabilidade dos directores das empresas	5	(38)	4	(88)	7	(9)	5,0
	- Índice de facilidade dos accionistas em processar judicialmente os funcionários por má conduta	7		5		7		6,6
Fiscalidade	Fiscalidade anual efectiva para uma empresa de dimensão média, medida através de:							
	Número de pagamentos a efectuar	8		8		8		12,8
	Número de horas a dispendir	328		213		110		194,1
	Imposto sobre o lucro (%)	14,3	80	21,2	78	21,9	16	16,1
	Impostos laborais e contribuições (%)	26,8	(72)	35,1	(86)	11,0	(16)	24,3
	Outros impostos (%)	1,9		0,5		3,1		4,1
Taxa total de imposto (% do lucro)	42,9		56,9		35,9		44,5	
Procedimentos alfandegários	Número de documentos para exportação	4		6		4		4,3
	Número de dias para exportação	16		9		9		10,5
	Custos de exportação (US\$ por contentor)	685	19	1 221	59	1030	16	1089,7
	Número de documentos para importação	5	(19)	8	(52)	4	(25)	4,9
	Número de dias para importação	15		10		8		11,0
Custos para importação (US\$ por contentor)	999		1 221		1160		1145,9	
Cumprimento de contratos comerciais	Número de procedimentos	31		39		30		30,6
	Número de dias	547	25	515	52	399	23	426,4
	Custos (% da dívida)	13,0	(32)	17,2	(52)	23,4	(23)	19,2
Encerramento de empresas / falências	Número de anos para completar o processo de falência	2,0		1,0		1,0		1,7
	Custos (% da propriedade)	9	22	15,0	19	6	9	8,4
	Taxa de recuperação (cêntimos por dólar)	69,4		73,2		84,2		68,6

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2010

Nota: () - Valores recalculados para 2009

Ensaio

Efeitos indirectos do IDE para as empresas nacionais e a evidência empírica para Portugal

Nuno Crespo (ISCTE)¹
Maria Paula Fontoura (ISEG-UTL)

1. Introdução

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) é reconhecido hoje como um dos motores mais vitais do crescimento económico de um país e de convergência real com as economias mais desenvolvidas. Para além dos efeitos directos do IDE, expressos, por exemplo, na criação de emprego, formação de capital, acréscimo de receitas fiscais ou contributo para a transformação da estrutura produtiva e de exportação dos países receptores, é frequentemente salientada a existência de significativos efeitos indirectos do IDE, mediante os quais as empresas nacionais obterão ganhos de produtividade através do contacto, no mercado local, com empresas multinacionais (EMN) mais eficientes (*Blomström e Kokko, 1998*). Se esses ganhos não forem internalizados na sua totalidade pelas EMN, serão geradas externalidades para as empresas nacionais. Estas externalidades podem ocorrer quando a empresa estrangeira e a empresa doméstica pertencem ao mesmo sector (externalidades horizontais) e/ou quando se situam em sectores diferentes (externalidades verticais).

A avaliação deste tipo de efeitos indirectos para a economia que acolhe o IDE tem inspirado um vasto conjunto de estudos que procura investigar a sua existência e magnitude. Tomando por referência os *surveys* sobre o tema de Crespo e Fontoura (2007a, 2007b), que reúnem o mais largo conjunto de estudos existente sobre esta temática, e os estudos específicos efectuados sobre a realidade portuguesa, o presente trabalho procura efectuar um balanço das conclusões a que tem sido possível chegar em termos gerais e no que se refere à indústria portuguesa.

O artigo está estruturado em 4 secções. Na secção 2, são referidos os canais de transmissão de externalidades do IDE para as empresas nacionais e é apresentada, sucintamente, a evidência empírica sobre o tema tendo em consideração a generalidade dos estudos disponíveis sumariados em Crespo e Fontoura (2007a e 2007b). A secção 3 aborda essa evidência no caso português. A secção 4 esboça alguns comentários conclusivos.

2. Vias de transmissão das externalidades do IDE para as empresas nacionais e resultados empíricos

Conforme sumariado em Fontoura e Crespo (2007a), as externalidades do IDE das EMN para as empresas nacionais podem concretizar-se mediante diversos canais/vias de transmissão. É possível considerar a existência de cinco grandes canais: processo de demonstração/imitação, mobilidade do factor trabalho, exportações, concorrência e relações com fornecedores e compradores locais. Vejamos, sucintamente, a argumentação subjacente a cada um deles.

(i) Processo de demonstração/imitação: este canal representa, provavelmente, a via mais evidente de geração de externalidades (Das, 1987; Wang e Blomström, 1992). A introdução de uma nova tecnologia num determinado mercado poderá constituir um risco e acarretar um custo demasiado elevado para as empresas nacionais, no sentido em que implica custos de informação sobre a nova tecnologia e tem associada alguma incerteza quanto ao sucesso da sua aplicação no mercado local. A utilização dessa

¹ As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.

tecnologia por parte da EMN poderá, neste contexto, representar uma indicação relevante quanto à viabilidade da tecnologia em causa, criando um incentivo para a sua adopção pelas empresas nacionais.

(ii) Exportações: a evidência empírica permite constatar que a presença das EMN exerce um efeito positivo sobre a capacidade exportadora das empresas nacionais (Aitken *et al.*, 1997; Kokko *et al.*, 2001). Na realidade, a exportação envolve um conjunto de custos relacionados, por exemplo, com o estabelecimento de redes de distribuição e de transporte, o conhecimento das preferências dos consumidores nos mercados exteriores, entre outros aspectos. As EMN, pela sua natureza, encontram-se numa posição mais favorável para enfrentar estes factores. Este facto pode contribuir para facilitar o processo exportador das empresas locais uma vez que estas, por imitação (ou, em circunstâncias específicas, por colaboração) podem ter um mais amplo conhecimento e minimizar os custos de entrada no mercado externo. Os ganhos obtidos por esta via poderão contribuir para melhorar a sua eficiência produtiva (Aitken *et al.*, 1997; Greenaway *et al.*, 2004)

(iii) Mobilidade do factor trabalho: uma terceira via de transmissão de externalidades refere-se à possibilidade de as empresas locais contratarem trabalhadores que, tendo trabalhado nas EMN, conheçam a tecnologia aí utilizada e possam implementá-la na empresa local, garantindo o seu funcionamento (Fosfuri *et al.*, 2001; Glass e Saggi, 2002). No entanto, o impacto da mobilidade do trabalho no nível de eficiência das empresas nacionais é difícil de quantificar, na medida em que requer a necessidade de acompanhar o percurso dos trabalhadores e apurar a sua influência na produtividade das empresas nacionais. É importante salientar a possível existência de um impacto negativo através deste canal, resultante do facto de as EMN, devido ao superior nível salarial praticado, poderem atrair os melhores trabalhadores das empresas nacionais (Sinani e Meyer, 2004).

(iv) Concorrência: o acréscimo de concorrência provocado pela presença das EMN no mercado local representa uma outra via de concretização dos efeitos de externalidade (Wang e Blomström, 1992; Markusen e Venables, 1999). Efectivamente, a concorrência entre as EMN e as empresas nacionais constitui um incentivo para estas últimas utilizarem os recursos e a tecnologia existentes de modo mais eficiente ou mesmo para a adopção de novas tecnologias. Note-se, todavia, que a presença das EMN pode exercer, através deste canal, um impacto negativo sobre a eficiência das empresas nacionais, na medida em que poderá provocar importantes perdas de quota de mercado, forçando-as a produzir numa escala menos eficiente, com o conseqüente aumento dos seus custos médios ou mesmo a saída do mercado por parte de algumas empresas (Harrison, 1994).

(v) Backward e forward linkages: uma última via através da qual as EMN podem beneficiar as empresas nacionais prende-se com as relações que estas estabelecem, no mercado local, com as EMN, enquanto suas fornecedoras (*backward linkages*) ou compradoras de *inputs* intermédios (*forward linkages*).

No que respeita às externalidades concretizadas através de *backward linkages*, é possível verificar que, existindo rendimentos crescentes à escala, a presença das EMN pode beneficiar as empresas nacionais fornecedoras no sentido em que aumenta a procura de *inputs* locais. Para além disso, visando assegurar um determinado padrão de qualidade, a EMN poderá auxiliar as empresas fornecedoras em variados aspectos, tais como: apoio técnico visando a melhoria da qualidade dos bens produzidos ou a introdução de inovações, por exemplo através da formação de trabalhadores; apoio na criação de infra-estruturas produtivas ou na aquisição de matérias-primas; apoio a nível organizacional e de gestão, entre outros aspectos (Lall, 1980).

As externalidades das EMN sobre as empresas nacionais podem ocorrer também através de *forward linkages*, materializando-se no possível fornecimento de *inputs* de maior qualidade e/ou a um preço inferior às empresas locais produtoras de bens finais (Markusen e Venables, 1999). Não é possível excluir, todavia, que o aumento de qualidade na produção possa provocar um aumento de preço; caso as empresas nacionais não tenham capacidade para beneficiar do acréscimo de qualidade dos *inputs*

adquiridos, suportarão um custo acrescido, ocorrendo um impacto negativo através de *forward linkages* (Javorcik, 2004).

Os quatro primeiros mecanismos descritos prendem-se, fundamentalmente, com as designadas externalidades horizontais (ou intra-sectoriais), enquanto o último canal está associado a externalidades verticais (ou inter-sectoriais). Da apresentação feita torna-se evidente que o impacto esperado da presença externa na produtividade das empresas nacionais é ambíguo, na medida em que podem ocorrer efeitos de sinal oposto. Alguns autores argumentaram que as externalidades verticais positivas são mais prováveis do que as horizontais, baseados no facto de os possíveis efeitos negativos associados aos canais da concorrência e da mobilidade do trabalho serem mais prováveis a nível intra-sectorial e os ganhos de eficiência serem mais fáceis de obter em relações *backward-forward* devido a um maior incentivo à cooperação.

Um vasto conjunto de estudos tem sido produzido para avaliar a ocorrência destas externalidades do IDE desde o trabalho pioneiro de Caves (1974). É possível distinguir duas vagas de estudos, respectivamente apresentadas de forma detalhada e caracterizadas com base no maior número de estudos empíricos utilizados em *surveys* sobre esta literatura, em Crespo e Fontoura (2007a e 2007b).

A primeira vaga aborda o fenómeno para o conjunto da indústria e circunscreve-se basicamente a externalidades intra-sectoriais. Na realidade, só recentemente começou a ser efectuada investigação sobre externalidades inter-sectoriais, remontando a 2002 os primeiros estudos neste domínio. Enquanto os primeiros trabalhos recorriam a dados seccionais e a uma desagregação ao nível do sector, posteriormente passou-se a utilizar predominantemente dados em painel e com uma desagregação ao nível da empresa, indiscutivelmente mais adequados a este tipo de análise. Quanto à evidência empírica, no que se refere a externalidades horizontais, enquanto os estudos pioneiros sugerem externalidades positivas, estudos mais recentes, usando técnicas econométricas mais adequadas, apontam para a heterogeneidade nos resultados (positivos, não significativos ou mesmo negativos). A mesma ambiguidade é encontrada relativamente às externalidades verticais.

Mais recentemente, a partir do início da presente década, uma nova via de investigação procura ir além da questão referente à existência de externalidades relativamente ao conjunto das empresas nacionais, concentrando-se antes na averiguação dos factores que condicionam a sua ocorrência e dimensão. A hipótese é que os efeitos esperados não sejam observados a um nível agregado mas existam, provavelmente, apenas para um sub-grupo de empresas domésticas e/ou quando estiverem reunidas determinadas condições (Fan, 2002; Lipsey, 2002).

De facto, a literatura recente sobre este tema tem realçado um amplo leque de factores condicionantes da ocorrência de externalidades, conforme exposto em Crespo e Fontoura (2007b). Dois deles têm merecido especial atenção. Por um lado, argumenta-se que a difusão tecnológica não se processa de forma automática sendo, pelo contrário, necessário que a empresa receptora possua a capacidade de “absorver” a nova tecnologia. Da literatura empírica sobre este tema emerge, de forma quase consensual, a conclusão de que as empresas nacionais necessitam de possuir a capacidade de absorção necessária (em termos de eficiência) para que sejam capazes de internalizar os benefícios que possam ser gerados pela presença das EMN no mercado local. A existência dessa capacidade requer, de acordo com a evidência produzida, que o *gap* tecnológico entre os dois grupos de empresas seja moderado. Outro factor que parece ser relevante, apesar de os resultados empíricos serem menos robustos do que no caso anterior, é a proximidade geográfica das empresas nacionais relativamente às EMN, o que encontra justificação no facto de os diversos canais de transmissão destas externalidades serem potenciados a nível regional.

Crespo e Fontoura (2007b) apresentam ainda diversos outros factores que podem condicionar a concorrência das externalidades do IDE mas cuja avaliação empírica é, por enquanto, escassa e pouco esclarecedora. Saliente-se, a este propósito, a dimensão das empresas domésticas, o facto de estas

serem ou não exportadoras, as características do país de origem do IDE, o grau de participação externa nos projectos de investimento, o modo de entrada do IDE, a política comercial adoptada no país de destino, a existência de direitos de propriedade intelectual, a dimensão da utilização de *inputs* intermédios, o tipo de formação fornecido pelas EMN aos seus trabalhadores, as formas assumidas pelos contratos entre as empresas domésticas e as EMN, o nível de concorrência no sector de implantação das EMN, o “valor” da tecnologia introduzida pelas EMN ou a motivação do IDE.

3. Evidência empírica relativa ao caso português

No quadro da avaliação empírica dos efeitos indirectos do IDE, alguns estudos têm tomado o caso português como referência. Nesta secção, concentramo-nos, especificamente, nesse grupo de estudos, procurando salientar as suas principais conclusões.

Utilizando dados de painel e uma desagregação sectorial, Santos (1991), num estudo relativo ao período 1977-1982, Reis (2001), considerando o período 1995-1998, e Flôres et al. (2007), analisando o lapso temporal entre 1992 e 1995, investigam a possível manifestação de externalidades horizontais do IDE para as empresas portuguesas no seu conjunto.

Os resultados obtidos por Santos (1991) apontam no sentido da efectiva ocorrência destes efeitos (para um nível de significância estatística de 10%). A mesma mensagem pode ser extraída do estudo de Reis (2001). Todavia, a análise desenvolvida por Flôres et al. (2007) não permite confirmar esta conclusão, na medida em que o impacto do IDE sobre o nível de produtividade das empresas nacionais é estatisticamente não significativo.

Outros estudos desenvolvidos para o conjunto da indústria transformadora tomam por suporte dados de painel e uma desagregação por empresa. Assim acontece nos estudos realizados por Farinha e Mata (1996), Proença et al. (2002, 2006) e Crespo et al. (2009). O primeiro destes trabalhos aborda o período 1986-1992 enquanto os trabalhos de Proença et al. (2002, 2006) centram a sua avaliação empírica no período que medeia entre 1996 e 1998 e, finalmente, Crespo et al. (2009) analisa o período 1996-2000. Todos eles são concordantes no facto de obterem evidência estatisticamente não significativa quanto à influência da presença externa sobre a eficiência produtiva das empresas domésticas pertencentes ao mesmo sector (externalidades horizontais). Crespo et al. (2009) engloba também o estudo das externalidades verticais, neste caso com alguma evidência positiva mas apenas a nível regional, conforme explicitaremos abaixo.

A propósito dos resultados obtidos para as externalidades horizontais, cumpre destacar o contributo de Proença et al. (2006), na medida em que salientam que alguns dos problemas econométricos associados aos métodos tradicionais de estimação em painel poderão estar na base de uma significativa sub-estimação dos reais efeitos de externalidade, situando neste facto uma possível justificação para o balanço geral muito reticente emergente de alguns *surveys* recentes sobre este tema quanto à existência deste tipo de efeitos indirectos.

Entre os estudos mencionados para o caso português, é ainda possível encontrar evidência sobre factores condicionantes das externalidades do IDE, designadamente no que se refere aos dois acima identificados como os mais relevantes na literatura sobre esta via de abordagem do fenómeno: a importância do *gap* tecnológico/capacidade de absorção e da proximidade geográfica entre EMN e empresas nacionais.

A importância de um *gap* tecnológico moderado entre as empresas nacionais e as EMN é confirmada por Proença et al. (2002) e Flôres et al. (2007). Adicionalmente, esses estudos procuram quantificar o intervalo de eficiência relativa das empresas domésticas face às EMN no qual os efeitos indirectos do IDE são maximizados. Os resultados obtidos por Flôres et al. (2007) indicam o intervalo entre 50 e 80% como aquele que potencia esses efeitos. Por sua vez, as conclusões obtidas por Proença et al. (2002) sugerem

um intervalo entre 60 e 95%. Para além, naturalmente, do facto de o período de análise coberto ser distinto, dois factores fundamentais poderão explicar esta relativa divergência de resultados. Por um lado, o estudo de Proença et al. (2002) utiliza informação desagregada ao nível da empresa enquanto o trabalho de Flôres et al. (2007) recorre a informação sectorial. Por outro lado, a *proxy* usada para captar o gap tecnológico é, também ela, distinta entre os dois estudos. De facto, o estudo de Flôres et al. (2007) compara a produtividade sectorial média das empresas nacionais com a média correspondente para as EMN enquanto no trabalho de Proença et al. (2002) a produtividade média das empresas locais é comparada com o nível máximo de produtividade das EMN.

Finalmente, Crespo et al. (2009) investigam a relevância da proximidade geográfica enquanto elemento potenciador das externalidades do IDE no período 1996-2000 com desagregação a nível empresarial. Para o efeito, são considerados dois níveis de análise regional: NUTS II e o concelho no qual se localiza a empresa nacional conjuntamente com os concelhos vizinhos. A análise é feita atendendo não apenas à dimensão intra-sectorial como, igualmente, à inter-sectorial. No seu conjunto, os resultados obtidos permitem confirmar a importância decisiva da proximidade geográfica entre EMN e empresas nacionais para a ocorrência de externalidades do IDE.

Um resultado interessante deste último estudo é o facto de se verificar um efeito positivo intra-sectorial ao nível nacional mas somente quando o modelo também inclui o nível regional, o que permite questionar as estimativas de outros estudos de externalidades do IDE que não tiveram em consideração a dimensão regional. De facto, em Crespo et al. (2009), num modelo que inclui simultaneamente a captação de externalidades horizontais a nível nacional e a nível regional, verifica-se que ambas são estatisticamente significativas mas com sinais opostos – positivo no primeiro caso e negativo no segundo. Assim sendo, a não inclusão da dimensão regional em modelos de estimação das externalidades horizontais, como é tradicionalmente feito, pode produzir um “falso” resultado não significativo para estas externalidades, consequência de o efeito negativo a nível regional estar a anular o efeito positivo a nível nacional, como aliás é comprovado pelos autores para o caso de Portugal.

No que se refere à ocorrência de externalidades horizontais negativas a nível regional, esta é provavelmente devida à influência negativa do canal da concorrência, mais acentuada a este nível espacial. Todavia, é também possível que esse efeito decorra da captação, por parte das EMN, de trabalho qualificado pelas empresas nacionais, na medida em que a proximidade geográfica entre os dois tipos de empresas pode facilitar a mobilidade do trabalho neste sentido.

Finalmente, os resultados obtidos em Crespo et al. (2009) mostram a ocorrência de externalidades verticais no caso de *backward linkages* a nível regional. Conclui-se, portanto, que o efeito de externalidade nas compras feitas pelas EMN às empresas nacionais só ocorre quanto existe proximidade geográfica entre estes dois tipos de empresas. Por outro lado, identifica-se um impacto neutro no caso de relações *forward*, sugerindo que os fornecedores estrangeiros não estão interessados em construir redes locais.

4. Conclusões e implicações para a política económica em Portugal

A conclusão fundamental que é possível extrair da primeira vaga de estudos sobre a existência de externalidades do IDE para as empresas nacionais, que procurou captar o fenómeno para o conjunto da indústria, é o de uma acentuada ambiguidade nos resultados obtidos tanto à escala internacional como no que respeita, especificamente, à economia portuguesa. Perante esta evidência, tem emergido, nos anos mais recentes, uma nova via de investigação, que procura ir além da questão referente à existência de externalidades relativamente ao conjunto das empresas nacionais, concentrando-se na averiguação dos factores que condicionam a sua ocorrência e dimensão.

A hipótese subjacente à segunda via de análise é, portanto, que as externalidades do IDE poderão ocorrer apenas num sub-grupo de empresas. Acompanhando o esforço de natureza teórica neste âmbito, vários estudos têm procurado testar empiricamente a relevância dos diferentes factores condicionantes do IDE. Também neste domínio, contudo, a evidência obtida não é plenamente esclarecedora dado que, relativamente a vários dos factores analisados, os resultados não legitimam conclusões robustas ou, em certas situações, são ainda insuficientes para que se possa efectuar uma leitura mais conclusiva. Uma importante excepção parece ser a coincidência de resultados no que se refere à indispensabilidade de a empresa nacional possuir capacidade para “absorver” a nova tecnologia das EMN. Também a importância da proximidade de localização entre empresas nacionais e EMN apresenta alguma robustez empírica. Ambos os factores são claramente identificados em estudos recentes para o caso português, facultando a ocorrência de externalidades positivas horizontais a nível nacional e verticais tipo *backward* a nível regional.

A leitura dos resultados obtidos para Portugal sugere algumas mensagens de relevância para a política económica

Primeiro, os efeitos indirectos positivos do IDE só ocorrem no contexto de algumas empresas nacionais. Neste âmbito, destacam-se as que têm um *gap* tecnológico moderado relativamente às estrangeiras no que se refere a efeitos no âmbito do mesmo sector, e as que fornecem *inputs* às EMN desde que se verifique proximidade geográfica.

Segundo, o facto de existirem externalidades negativas das empresas estrangeiras para as nacionais quando operam no âmbito do mesmo sector e estão geograficamente próximas, deve ser tido em consideração na atribuição de incentivos ao IDE. De facto, os resultados obtidos mostram que as entradas de IDE poderão suscitar perdas de curto prazo na produtividade das empresas nacionais devido a uma redução na escala do sector em que operam.

Terceiro, deverá ser encorajado o IDE se as EMN se localizarem próximo de empresas nacionais com as quais estabelecem laços a montante, seja para disseminarem novas tecnologias, seja para estimular a emergência de novas ligações com os fornecedores nacionais.

5. Referências

- Aitken, B., G. Hanson e A. Harrison (1997), “Spillovers, Foreign Investment and Export Behaviour”, *Journal of International Economics*, 43(1-2), pp. 103-132.
- Caves, R. (1974), “Multinational Firms, Competition and Productivity in Host-Country Markets”, *Economica*, 41, pp. 176-193.
- Blomström, M. e A. Kokko (1998), “Multinational Corporations and Spillovers”, *Journal of Economic Surveys*, 12(3), pp. 247-277.
- Crespo, N. e M. Fontoura (2007a), “30 Anos de Investigação sobre Externalidades do IDE para as Empresas Domésticas – Que Conclusões? *Estudos Económicos*, Universidade de S. Paulo, 37, pp.1-26.
- Crespo, N. e M. Fontoura (2007b), “Determinant Factors of FDI Spillovers – What Do We Really Know?”, *World Development*, 35, pp. 410-425.
- Crespo, N., Fontoura, M. e I. Proença (2009), “FDI spillovers at regional level: Evidence from Portugal”, *Papers in Regional Science*, 88, nº 3, pp. 591-608.
- Das, S. (1987), “Externalities and Technology Transfer through Multinationals Corporations – a Theoretical Analysis”, *Journal of International Economics*, 22(1-2), pp. 171-182.
- Fan, E. (2002), “Technological Spillovers from Foreign Direct Investment – A Survey”, ERD Working Paper No. 33, Asian Development Bank.

- Farinha, L. e J. Mata (1996), "The Impact of Foreign Direct Investment in the Portuguese Economy", Banco de Portugal, Working Paper, 16-96.
- Flôres, R., M. Fontoura e R. Santos (2007), "Foreign Direct Investment and Spillovers: Additional Lessons from a Country Study", *The European Journal of Development Research*, 19, nº 3, pp. 372-390.
- Fosfuri, A., M. Motta e T. Ronde (2001), "Foreign Direct Investment and Spillovers through Workers' Mobility", *Journal of International Economics*, 53(1), pp. 205-222.
- Glass, A. e K. Saggi (2002), "Multinationals Firms and Technology Transfer", *Scandinavian Journal of Economics*, 104(4), pp. 495-513.
- Greenaway, D., N. Sousa e K. Wakelin (2004), "Do Domestic Firms Learn to Export from Multinationals?", *European Journal of Political Economy*, 20(4), pp. 1027-1043.
- Harrison, A. (1994), "Productivity, Imperfect Competition and Trade Reform", *Journal of International Economics*, 36(1-2), pp. 53-73.
- Javorcik, B. (2004), "Does Foreign Direct Investment Increase the Productivity of Domestic Firms? In Search of Spillovers through Backward Linkages", *American Economic Review*, 94(3), pp. 605-627.
- Kokko, A., M. Zejan e R. Tansini (2001), "Trade Regimes and Spillover Effects of FDI: Evidence from Uruguay", *Weltwirtschaftliches Archiv*, 137(1), pp. 124-149.
- Lall, S. (1980), "Vertical Inter-firm Linkages in LDCs: An Empirical Study", *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 42(3), pp. 203-226.
- Lipsev, R. (2002), "Home and Host Country Effects of FDI" NBER Working Paper No.9293.
- Markusen, J. e A. Venables (1999), "Foreign Direct Investment as a Catalyst for Industrial Development", *European Economic Review*, 43(2), pp. 335-356.
- Proença, I., M. Fontoura e N. Crespo (2002), "Productivity Spillovers from Multinational Corporations in the Portuguese Case: Evidence from a Short Time Period Panel Data", Working Paper 06/2002, Departamento de Economia, CEDIN, CEMAPRE, ISEG/UTL, Universidade Técnica de Lisboa.
- Proença, I., M. Fontoura e N. Crespo (2006), "Productivity Spillovers from Multinational Corporations: Vulnerability to Deficient Estimation", *Applied Econometrics and International Development*, 6, nº 1, pp. 87-98.
- Reis, C. (2001), "Investimento Directo Estrangeiro e Spillovers Sobre a Produtividade – Um Estudo Aplicado à Indústria Transformadora Portuguesa", Tese de Mestrado em Economia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Santos, V. (1991), "Investimento Directo Estrangeiro e a Eficiência da Indústria Portuguesa", *Estudos de Economia*, 11(2), pp. 181-201.
- Sinani, E. e K. Meyer (2004), "Spillovers of Technology Transfer from FDI: the Case of Estonia", *Journal of Comparative Economics*, 32(3), pp. 445-466.
- Wang, J. e M. Blomström (1992), "Foreign Investment and Technology Transfer: a Simple Model", *European Economic Review*, 36(1), pp. 137-155.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
Reunião ECOFIN Bruxelas, 10 de Novembro de 2009	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 10 de Novembro destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Sustentabilidade de Longo Prazo das Finanças Públicas: Com base no Relatório de Sustentabilidade da Comissão Europeia, o Ecofin aprovou conclusões sobre este tema, as quais reconhecem o aumento da despesa pública devido ao envelhecimento populacional como um desafio muito importante, agravado pelo impacto negativo da actual crise na sustentabilidade orçamental de longo prazo. Neste contexto, é salientada a importância de retornar a situações orçamentais sustentáveis, devendo também a necessária redução dos rácios da dívida resultar de uma combinação de consolidação orçamental, melhoria da qualidade das finanças públicas e reformas estruturais. Adicionalmente, é necessário implementar a estratégia acordada no Conselho Europeu de Estocolmo em 2001, que inclui como três pilares: <i>(i)</i> a redução do défice e dívida, <i>(ii)</i> o aumento da taxa de emprego e <i>(iii)</i> a reforma dos sistemas de protecção social. <p>O Relatório de Sustentabilidade da Comissão Europeia coloca Portugal no grupo de países de médio risco em termos da sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas, reiterando o impacto muito positivo da reforma do sistema de segurança social, mas chamando a atenção para o facto de a posição orçamental actual de Portugal em termos estruturais ser ainda pouco equilibrada.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Redução dos Encargos Administrativos: O Conselho aprovou conclusões sobre esta matéria, nas quais: <i>(i)</i> acolhe com agrado a Comunicação da Comissão Europeia, apresentada a 22 de Outubro, contendo o ponto de situação e apresentando os próximos passos no que se refere aos Planos de Redução Sectoriais nas 13 áreas prioritárias de intervenção identificadas no Programa de Acção para a Redução de Encargos Administrativos na UE, <i>(ii)</i> apela a um reforço da acção conjunta das instituições comunitárias relevantes e dos estados-membros tendo em vista o cumprimento do compromisso de até ao final de 2012 reduzir em 25% os encargos administrativos para as empresas, decorrentes da legislação e regulamentação europeias, <i>(iii)</i> convida os estados-membros a prosseguirem a redução dos encargos administrativos e a simplificação da legislação a nível nacional e a fortalecer a troca de melhores práticas, bem como a completar os exercícios de medição dos encargos administrativos a nível nacional, preferencialmente até ao final de 2010 e <i>(iv)</i> compromete-se a evitar acrescentar encargos administrativos desnecessários às propostas legislativas em geral e a dar primazia ao tratamento das propostas de redução já apresentadas pela Comissão, convidando o Parlamento Europeu a adoptar uma abordagem semelhante.▪ Imposto Especial sobre o Tabaco: O Conselho alcançou acordo político sobre a proposta de directiva relativa à actualização das regras comunitárias sobre a estrutura e as taxas mínimas de imposto aplicáveis ao tabaco manufacturado. Esta directiva tem por objectivo garantir um nível mais elevado de protecção da saúde pública através do aumento da taxa mínima do imposto especial sobre os cigarros e uma aproximação gradual das taxas mínimas aplicáveis ao tabaco de corte fino das aplicáveis aos cigarros.

Reunião ECOFIN
Luxemburgo, 20
de Outubro de
2009

Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 20 de Outubro destacam-se os seguintes pontos:

- **Estratégias de saída orçamental:** Os Ministros aprovaram conclusões a serem apresentadas ao Conselho Europeu de 29-30 de Outubro, sobre as estratégias de saída orçamental, referindo que, apesar de estarem a surgir os primeiros sinais de recuperação económica, esta ainda se mantém frágil, não sendo ainda o momento de retirar as medidas de apoio implementadas pelos governos nacionais. No entanto, foi reconhecida a importância de definir antecipadamente estratégias coordenadas como forma de fomentar a confiança nas políticas de médio prazo e ancorar as expectativas dos agentes económicos. Foi igualmente referida a necessidade de uma profunda consolidação orçamental, bem como de reforçar a eficiência e a eficácia das finanças públicas e de intensificar as reformas estruturais.

Neste âmbito, os Ministros acordaram um conjunto de princípios que deverão guiar estas estratégias de saída: (i) coordenação entre os estados-membros, no contexto de uma implementação coerente do Pacto de Estabilidade e Crescimento; (ii) consolidação orçamental a ter início em 2011, o mais tardar, se a retoma económica for confirmada pelas previsões da Comissão; (iii) consolidação orçamental ambiciosa, cujo ajustamento deverá ir bastante além do valor de referência de 0,5% do PIB por ano, em termos estruturais; (iv) reforço das regras e instituições orçamentais nacionais e das medidas de apoio à sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas.

- **Supervisão financeira:** Dando seguimento ao mandato do Conselho Europeu de Junho deste ano, e tendo em vista a preparação do Conselho Europeu de 29-30 de Outubro, os Ministros fizeram um ponto de situação sobre as negociações em curso atinentes às propostas legislativas que visam reformar o quadro de supervisão dos serviços financeiros na União Europeia, analisando, em particular, as propostas relativas à criação do Comité Europeu do Risco Sistémico (CERS), na vertente macroprudencial. Sem prejuízo dos procedimentos parlamentares nacionais em curso, verificou-se um amplo acordo quanto à essência do regulamento em questão e à decisão do Conselho que atribui ao Banco Central Europeu tarefas específicas relacionadas com o referido Comité. A Presidência foi convidada a encetar negociações com o Parlamento Europeu sobre o regulamento e a tomar as medidas necessárias, junto daquela instância, relativamente à decisão do Conselho, tendo em vista a sua adopção.

Os Ministros chamaram ainda a atenção para a necessidade de prosseguir as negociações políticas na vertente microprudencial, para que seja possível alcançar um acordo final sobre todo o pacote legislativo (vertentes macro e microprudencial) em Dezembro de 2009.

- **Estabilidade financeira e gestão de crises:** Os Ministros aprovaram conclusões sobre o reforço dos mecanismos de estabilidade financeira na União Europeia, incluindo uma actualização do roteiro de trabalhos do ECOFIN sobre supervisão, estabilidade e regulação financeira.

De notar que o reforço dos mecanismos de prevenção, gestão e resolução de crises contribui e complementa o trabalho em curso sobre a estrutura de supervisão na União Europeia. As conclusões realçam a necessidade de prosseguir os trabalhos conducentes (i) ao reforço do quadro regulamentar para a prevenção, gestão e resolução de crises, e (ii) à elaboração de um quadro geral a nível da União Europeia que permita uma cooperação política mais estreita em matéria de estabilidade financeira.

Com base nos trabalhos do Ecofin, o Conselho Europeu, que reuniu nos dias 29 e 30 de Outubro, discutiu a situação económica e as questões

INICIATIVA

SUMÁRIO

financeiras em linha com as referidas conclusões do Ecofin, tendo, em particular, endossado os aspectos relativos às estratégias de saída orçamental. Foi ainda debatida a situação ao nível do emprego, chamando-se em especial a atenção para a necessidade de implementar políticas que evitem que os elevados níveis de desemprego neste momento verificados se tornem persistentes, de forma a assegurar no longo prazo elevados níveis de emprego e finanças públicas sustentáveis. O Conselho Europeu acolheu de forma positiva as conclusões da Cimeira do G20 em Pittsburgh, em particular a iniciativa para um crescimento económico mais dinâmico, sustentado e equilibrado, devendo neste contexto o G20 e o FMI ter em conta o enquadramento institucional económico da União Europeia.

Estratégia de internacionalização da economia nacional

No Conselho de Ministros de 19 de Novembro de 2009 foi aprovada a Resolução que estabelece medidas específicas para a concretização da estratégia de internacionalização da economia nacional, nomeadamente para aumento das exportações, procurando estimular o crescimento económico no médio prazo, promover a renovação da base produtiva e reduzir o défice externo.

A internacionalização da economia visa, nomeadamente, (i) o aumento da actividade das actuais empresas exportadoras, (ii) o alargamento da base de empresas com capacidade exportadora, (iii) o aumento das exportações de maior valor acrescentado, (iv) o reforço da captação do investimento modernizador, assim como (v) o posicionamento da economia nacional em novos mercados e a dinamização de um novo mapa da diplomacia económica.

As medidas para a concretização desta estratégia passam pela:

a) Criação, durante o primeiro trimestre de 2010, de um novo fundo, no montante de 250 milhões de euros, para apoiar operações de desenvolvimento das PME portuguesas em mercados internacionais, nomeadamente operações de capital;

b) Criação do Programa Inov-Export, destinado a apoiar a inserção, numa primeira fase, de 500 jovens quadros profissionais especializados em comércio internacional em PME nacionais exportadoras ou potencialmente exportadoras. Em fases subsequentes atingir a meta de inserção de 1500 quadros nessas empresas;

c) Criação, durante o primeiro trimestre de 2010, de 14 Lojas da Exportação em Portugal, enquadradas na rede de agências do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), em articulação com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP). Estas lojas visam fornecer apoio técnico às empresas exportadoras ou potencialmente exportadoras;

d) Criação do Conselho Coordenador para a Internacionalização, composto por representantes das Confederações Empresariais e do Estado, tendo em vista a definição de prioridades e estratégias em matéria de internacionalização.

Programa do XVIII Governo Constitucional

O Programa do XVIII Governo Constitucional para a legislatura 2009-2013, cuja discussão na Assembleia da República ficou concluída em 16 de Novembro de 2009, assume três prioridades fundamentais:

- Relançar a economia e promover o emprego;
- Reforçar a competitividade, reduzir a dependência energética e o endividamento externo e valorizar as exportações;
- Desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades.

A estratégia para relançar a economia e promover o emprego passa por cinco linhas de acção: i) avançar com investimento público modernizador; ii) apoiar as PME; iii) internacionalizar a economia; iv) firmar um Pacto para o Emprego; v) reforçar a parceria com o sector social.

INICIATIVA

SUMÁRIO

Quanto à modernização estrutural são sete as áreas a privilegiar: i) energia; ii) aproximar Portugal do Centro mais desenvolvido; iii) qualificação dos portugueses; iv) renovação do Plano Tecnológico e avanço na inovação, na tecnologia e na sociedade do conhecimento; v) reforçar a competitividade empresarial; vi) impulsionar o empreendedorismo; vii) modernizar o Estado, simplificar a vida às famílias e às empresas.

Outras linhas de actuação prioritária envolvem matérias que se prendem com: mais e melhor educação para todos; alargamento do acesso ao ensino superior; renovação do compromisso com a ciência; investimento na cultura; políticas de protecção social; políticas de saúde; política integrada de juventude; políticas de desenvolvimento sustentável e ambiente e de ordenamento do território e cidades; medidas de política para que a justiça seja mais simples e desburocratizada, mais célere, mais acessível e mais transparente; combate à corrupção.

Alteração ao
Orçamento do
Estado para 2009

Foi aprovada, no Conselho de Ministros de 19 de Novembro de 2009, uma Proposta de Lei de alteração ao Orçamento do Estado para 2009, nomeadamente ao nível da redistribuição dos limites do endividamento previstos na Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro. Esta alteração destina-se a introduzir os ajustamentos adequados à evolução da execução orçamental, fortemente condicionada pelo contexto económico internacional e pelo andamento desfavorável das principais variáveis macroeconómicas.

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Pagamento especial por conta</i> Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 494/2009 - I Série n.º 206, de 23/10</p>	<p>Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no n.º 9 do artigo 98.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, na parte em que impõe que efectuem pagamento especial por conta entidades que, no exercício a que o pagamento respeita, apenas auferiram rendimentos isentos de IRC. Adicionalmente, declara a inconstitucionalidade consequential da norma contida no n.º 5 do artigo 44.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, na parte em que se refere às mesmas entidades, e ressalva efeitos produzidos até à publicação deste acórdão pelas normas cuja declaração de inconstitucionalidade agora se opera.</p>
<p><i>Obras em prédios arrendados</i> Decreto-Lei n.º 306/2009 - I Série n.º 206, de 23/10</p>	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados. Assegura a compatibilização entre o novo regime da reabilitação urbana e o regime aplicável à denúncia ou suspensão do contrato de arrendamento para demolição ou realização de obras de remodelação ou restauro profundos, e da actualização de rendas na sequência de obras de reabilitação, nos termos da secção II do Novo Regime do Arrendamento Urbano. O presente decreto-lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.</p>
<p><i>Regime jurídico da reabilitação urbana</i> Decreto-Lei n.º 307/2009 - I Série n.º 206, de 23/10</p>	<p>Aprova o regime jurídico da reabilitação urbana. O objectivo central do presente decreto-lei é o de substituir o actual quadro legislativo da reabilitação urbana por um outro regime que procede ao enquadramento normativo da reabilitação urbana ao nível programático, procedimental e de execução. Complementarmente, associa-se à delimitação das áreas de intervenção (as «áreas de reabilitação urbana») a definição, pelo município, dos objectivos da reabilitação urbana da área delimitada e dos meios adequados para a sua prossecução. A política de reabilitação urbana obedece aos seguintes princípios: da responsabilização dos proprietários e titulares de outros direitos; da subsidiariedade da acção pública; da solidariedade intergeracional; da sustentabilidade; da integração; da coordenação; da contratualização; da protecção do</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Cursos de hotelaria e turismo</i></p> <p>Portaria n.º 1361/2009 - I Série n.º 208, de 27/10</p>	<p>existente; da justa ponderação; da equidade. Incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais assegurar a promoção das medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas que dela careçam. O presente decreto-lei entra em vigor 60 dias após a data da sua publicação.</p>
<p><i>Controlo metrológico</i></p> <p>Declaração de Rectificação da Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico n.º 82/2009 - I Série n.º 209, de 28/10</p>	<p>Por ter saído com inexactidões, rectifica a Portaria n.º 1129/2009, de 1 de Outubro, do Ministério da Economia e da Inovação, que aprova o Regulamento do Controlo Metrológico dos Instrumentos de Medição e Registo da Temperatura a Utilizar nos Meios de Transporte nas Instalações de Depósito e Armazenagem dos Alimentos a Temperatura Controlada.</p>
<p><i>Elaboração de projectos, direcção e fiscalização de obras</i></p> <p>Portaria n.º 1379/2009 - I Série n.º 211, de 30/10</p>	<p>Regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, pela direcção de obras e pela fiscalização de obras previstas na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho. A presente portaria é aplicável: a) Aos projectos de operações urbanísticas, incluindo os loteamentos urbanos; b) Aos projectos de obras públicas; c) À direcção de obras públicas e particulares; d) À direcção de fiscalização de obras públicas e particulares; e) À elaboração de projectos, à direcção de obras e à fiscalização de obras sujeitas a legislação especial, em tudo o que nela não esteja especificamente regulado. A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.</p>
<p><i>Instituições de pagamento e prestação de serviços de pagamento</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 317/2009 - I Série n.º 211, de 30/10</p>	<p>No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 84/2009, de 26 de Agosto, aprova o regime jurídico relativo ao acesso à actividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/64/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro. O presente regime jurídico é aplicável aos serviços de pagamento prestados em Portugal pelos prestadores de serviços com sede em Portugal e respectivos agentes, bem como pelos agentes e sucursais de prestadores de serviços sedeados noutro Estado membro. De acordo com o artigo 7.º do presente decreto-lei só podem prestar os serviços de pagamento a que se refere o seu artigo 4.º as seguintes entidades: a) As instituições de crédito, incluindo as instituições de moeda electrónica, com sede em Portugal; b) As instituições de pagamento com sede em Portugal; c) A entidade concessionária do serviço postal universal; d) O Estado, as Regiões Autónomas e os serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado, quando actuem desprovidos de poderes de autoridade pública; e) O Banco de Portugal, quando não exerça poderes públicos de autoridade; f) As instituições de crédito, incluindo as instituições de moeda electrónica, e as instituições de pagamento com sede noutro Estado membro da Comunidade Europeia, nos termos do presente decreto-lei. O presente decreto-lei entra em vigor em 1 de Novembro de 2009.</p>
<p><i>Eficiência energética</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 319/2009 - I Série n.º 213, de 3/11</p>	<p>Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/32/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos públicos e estabelece objectivos e instrumentos que devem ser utilizados para incrementar a relação custo-eficácia da melhoria da eficiência na utilização final de energia. É estabelecido um objectivo geral indicativo de economias de energia de, pelo menos, 9 % para 2016, a alcançar através de serviços energéticos e de outras medidas de melhoria da eficiência energética. O presente decreto-lei é aplicável: a) Aos fornecedores de medidas de melhoria da eficiência energética, aos distribuidores de energia, aos operadores das redes de distribuição e aos comercializadores de energia a retalho; b) Aos consumidores finais, com excepção das empresas envolvidas em qualquer das actividades enumeradas no anexo I do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, que estabelece o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade Europeia, na sua actual redacção; c) Às Forças Armadas, apenas na medida em que a sua</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Código de Processo do Trabalho</i></p> <p>Declaração de Rectificação da Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico n.º 86/2009 - I Série n.º 227, de 23/11</p>	<p>aplicação não colida com a natureza e com o objectivo principal das actividades destas, e com excepção do material usado exclusivamente para fins militares.</p>
<p><i>Certificados especiais de dívida pública (CEDIC)</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2009 - I Série n.º 229, de 25/11</p>	<p>Altera o regime aplicável à emissão e gestão de certificados especiais de dívida pública, alargando o âmbito de aplicação da possibilidade da sua utilização, aumentando o prazo de amortização, bem como possibilitando a amortização antecipada e transacção dos mesmos. A presente resolução entra em vigor a partir da data da sua aprovação.</p>
<p><i>Criação do Programa Inov-Social</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2009 - I Série n.º 230, de 26/11</p>	<p>Cria uma nova medida no âmbito do Programa INOV, o INOV-Social, destinado à inserção anual de 1000 jovens quadros qualificados, designadamente nas áreas da economia, gestão, direito, ciências sociais ou engenharia, em instituições da economia social sem fins lucrativos, tendo em vista apoiar a modernização das instituições e o emprego jovem. Estabelece como entidades abrangidas pela medida as instituições da economia social sem fins lucrativos, nomeadamente instituições particulares de solidariedade social, mutualidades, misericórdias, cooperativas de solidariedade social, associações de desenvolvimento local, instituições de empreendedorismo social e entidades culturais sem fins lucrativos que desenvolvam actividades de âmbito social.</p>

Abreviaturas Utilizadas

